



INSTITUTO SUPERIOR DE  
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

# Do acolhimento residencial para o mundo exterior: que desafios no processo de autonomização

Discente: Joana Casado Alves

Dissertação apresentada/o ao Instituto Superior de Serviço Social  
do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social  
na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Doutora  
Idalina Machado

Maio  
2022

## Resumo

Ao longo dos anos, o crescimento e desenvolvimento das crianças e dos jovens têm sido alvo de atenção por parte dos poderes públicos. Nesse sentido, têm sido implementadas e ajustadas políticas de proteção e medidas de intervenção por forma a salvaguardar o interesse superior da criança, as suas necessidades e o seu bem-estar.

O estudo sobre os sinais de risco e de perigo, bem como das suas consequências para as crianças e jovens tem vindo a ser cada mais desenvolvido por forma a encontrar soluções que preservem o seu estado quer físico, psicológico e emocional.

Várias são as medidas de proteção existentes em Portugal direcionadas à infância e juventude e, não obstante se privilegiar as que se destinam à manutenção da criança no seu meio natural de vida, o acolhimento continua a ter uma expressão a não desconsiderar, sendo o acolhimento residencial claramente superior ao acolhimento familiar.

Quando se pensa no acolhimento residencial, deve ter-se em conta que é necessário promover um crescimento e desenvolvimento digno e, desta forma, os acolhimentos residenciais, juntamente com cada uma das crianças e dos jovens, traçam o seu caminho tendo por base as suas necessidades. Atendendo a que há crianças e jovens que crescem nos acolhimentos residenciais e aí se tornam adultos, o desenvolvimento de um projeto de autonomia constitui uma fase importante para a preparação para uma vida adulta independente.

Compreender de que modo se processa essa preparação para a vida adulta em jovens com percursos de institucionalização, bem como os desafios que enfrentam quando saem do acolhimento residencial foi o mote da pesquisa desenvolvida e da qual se dá conta nesta dissertação. Com recurso a entrevistas a jovens com percursos de institucionalização e a técnicos que trabalham em acolhimentos residenciais procurou compreender-se como se processa o trabalho com vista à promoção da autonomia. Foram identificados para entrevista, através de um processo em bola de neve, jovens em projeto de autonomia ou que já estavam fora do contexto de acolhimento. De forma intencional e por conveniência, entrevistaram-se, igualmente, profissionais que trabalham em contextos de acolhimento residencial com o objetivo de perceber de que forma são desenvolvidos esses projetos de autonomia e quais os desafios/dificuldades que os jovens possam sentir no momento da saída para o exterior.

Destaca-se que este trabalho pode ser uma mais-valia para qualquer acolhimento residencial visto que pode ser o início de uma investigação mais aprofundada. Com isto pretende-se desafiar os técnicos, juntamente com os jovens, a identificar as dificuldades e os desafios aquando da saída do acolhimento residencial para poder melhorar o trabalho desenvolvido ao nível dos projetos de autonomia. Não podemos esquecer que cada projeto difere uns dos outros. Contudo se houver a possibilidade de entender quais os problemas identificados de um modo geral, é possível priorizar certas ações nos acolhimentos residenciais com o objetivo de capacitar os jovens para a sua vida autónoma.

**Palavras-chave:** Acolhimento residencial, projeto de autonomia, jovens

## **Abstract**

Over the years, the growth and development of children and young people have been the focus of attention from public authorities. In this sense, protection policies and intervention measures have been implemented and adjusted in order to safeguard the child's best interest, needs and well-being.

The study of the signs of risk and danger, as well as their consequences for children and young people, has been increasingly developed in order to find solutions that preserve their physical, psychological and emotional state.

There are several protection measures in place in Portugal aimed at children and young people, and although priority is given to those aimed at keeping the child in its natural environment, foster care is still an important factor to be taken into consideration, with foster care in institutions being clearly superior to family foster care.

When thinking about residential care, it should be taken into account that it is necessary to promote a dignified growth and development and, in this way, the institutions, together with each of the children and young people, map out their path based on their needs. Since there are children and young people who grow up in institutions and become adults there, the development of an autonomy project is an important phase in the preparation for an independent adult life.

Understanding how this preparation for adult life takes place in young people with paths of institutionalisation, as well as the challenges they face when they leave the institution was the motto of the research developed and reported in this dissertation. Through interviews with young people in institutions and with professionals working in host institutions, an attempt was made to understand how the work is carried out with a view to promoting autonomy. Through a snowball sample, we identified young people (in autonomy projects or who had already left the institution) and, intentionally and for convenience, we also interviewed professionals working in institutions with the aim of understanding how these autonomy projects are developed and what challenges/difficulties young people may experience when leaving the institution.

It should be noted that this work can be an added value for any institution since it can be the beginning of a more in-depth research. This is intended to challenge the technicians, together with the young people, to identify the difficulties and challenges when they leave the institution in order to improve the work developed in terms of

autonomy projects. We cannot forget that each project differs from one another. However, if there is a possibility to understand what the problems identified are in general, it is possible to prioritise certain actions in the institutions with the aim of enabling young people to lead an autonomous life.

**Keywords:** Residential care, autonomy project, young people

## Resumé

Au fil des ans, la croissance et le développement des enfants et des jeunes ont été au centre de l'attention des pouvoirs publics. En ce sens, des politiques de protection et des mesures d'intervention ont été mises en œuvre et ajustées afin de préserver l'intérêt supérieur, les besoins et le bien-être de l'enfant.

L'étude des signes de risque et de danger, ainsi que de leurs conséquences pour les enfants et les jeunes, est de plus en plus développée afin de trouver des solutions qui préservent leur état physique, psychologique et émotionnel.

Il existe au Portugal plusieurs mesures de protection des enfants et des jeunes, et bien que la priorité soit donnée à celles qui visent à maintenir l'enfant dans son environnement naturel, le placement reste un facteur important à prendre en considération, étant le placement en institution nettement supérieur au placement familial. Lorsque l'on pense au placement en institution, il faut tenir compte du fait qu'il est nécessaire de promouvoir une croissance et un développement dignes et, de cette façon, les institutions, avec chacun des enfants et des jeunes, tracent leur chemin en fonction de leurs besoins. Comme il y a des enfants et des jeunes qui grandissent dans des institutions et y deviennent adultes, l'élaboration d'un projet d'autonomie est une phase importante de la préparation à une vie d'adulte indépendant.

Comprendre comment cette préparation à la vie adulte se déroule chez les jeunes ayant un parcours d'institutionnalisation, ainsi que les défis auxquels ils sont confrontés lorsqu'ils quittent l'institution, tel était le mot d'ordre de la recherche développée et rapportée dans cette thèse. Par le biais d'entretiens avec des jeunes ayant un parcours d'institutionnalisation et avec des techniciens travaillant dans les institutions d'accueil, on a tenté de comprendre comment se déroule le travail en vue de promouvoir l'autonomie. Grâce à un échantillon boule de neige, des jeunes (en projet d'autonomie ou ayant déjà quitté l'institution) ont été identifiés et, intentionnellement et par convenance, des professionnels travaillant dans des institutions ont également été interrogés dans le but de comprendre comment ces projets d'autonomie sont développés et quels défis/difficultés les jeunes peuvent ressentir lorsqu'ils quittent l'institution.

Il convient de noter que ce travail peut constituer une valeur ajoutée pour toute institution puisqu'il peut être le début d'une recherche plus approfondie. L'objectif est d'inciter les techniciens, ainsi que les jeunes, à identifier les difficultés et les défis à relever lorsqu'ils quittent l'institution afin d'améliorer le travail développé en termes de projets

d'autonomie. Il ne faut pas oublier que chaque projet diffère des autres. Cependant, s'il est possible de comprendre quels sont les problèmes identifiés en général, il est possible de donner la priorité à certaines actions dans les institutions dans le but de permettre aux jeunes de mener une vie autonome.

**Mots-clé:** Accueil résidentiel, projet de autonomie, jeunes

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar queria agradecer a todos os que me acompanharam neste percurso acadêmico, desde a minha família, ao meu noivo e aos meus amigos mais próximos. Foram, sem dúvida, os meus pilares ao longo do desenvolvimento desta dissertação, esta foi um dos maiores desafios e conquistas que consegui fazer até hoje. Nos momentos de maior dúvida, de desespero e de desistência, estiveram para me apoiar, acreditando que eu era capaz de fazer este trabalho.

Um grande agradecimento à Professora Doutora Idalina Machado, por ter sido a minha orientadora e que me acompanhou neste percurso encorajando-me para desenvolver este trabalho, mas acima de tudo por ter ajudado a acreditar em mim mesma. Foi sem dúvida um apoio fundamental.

Agradeço de forma particular aos jovens que participaram nesta investigação pois tornaram a sua voz ativa neste processo! Jovens, vocês podem e devem ser ativos no vosso projeto de autonomia, os adultos do futuro são vocês. Quanto mais investirmos no desenvolvimento e crescimento nos projetos de autonomia, mais preparados estarão vocês para os desafios da vida adulta! Agradeço inclusive aos profissionais que se disponibilizaram para as entrevistas, também foram importantes para mim. Um dia, caso exerça a mesma função, vou lembrar-me deste trabalho e poder fazer mais e melhor com todos estes ensinamentos que me transmitiram.

# Índice

Resumo .....	i
Abstract.....	iii
Resumé .....	v
Agradecimentos .....	vii
Índice .....	viii
Índice de gráficos.....	x
Índice de tabelas .....	xi
Lista de abreviaturas/siglas.....	xii
Introdução.....	1
Capítulo 1. A Problemática teórica enquadradora do trabalho de investigação .....	4
1.1. <i>A família enquanto instituição social</i> .....	4
1.2. <i>O outro lado da família: as situações de perigo</i> .....	9
1.3. <i>Medidas de proteção</i> .....	15
1.4. <i>Processos de autonomização: a aquisição de competências para a vida</i> .....	19
Capítulo 2. Problema científico, objetivos, modelo analítico e metodologia de investigação .....	27
2.1. <i>Problema e objetivos da pesquisa</i> .....	27
2.2. <i>Método</i> .....	28
2.3. <i>Procedimentos de recolha de dados: a entrevista</i> .....	28
2.4. <i>Participantes e processo de recolha</i> .....	31
2.5. <i>Procedimentos de tratamento da informação</i> .....	31
2.6. <i>Pressupostos éticos</i> .....	32
Parte 3. Autonomização de jovens em casas de acolhimento: análise de dados .....	34
3.1. Jovens – percursos e desafios .....	34
3.1.1 <i>Caracterização sociodemográfica dos/das jovens entrevistados/as</i> .....	34
3.1.2 <i>Processo de acolhimento residencial</i> .....	35
3.1.3 <i>Processos de autonomia</i> .....	44
3.1.4 <i>Processo de saída e vida autónoma</i> .....	48
3.1.5 <i>Apartamentos de autonomia</i> .....	51
3.1.6 <i>Aspetos a melhorar</i> .....	53
3.2 Análise das entrevistas aos técnicos .....	59
3.2.1 <i>Caracterização académica e profissional</i> .....	61
3.2.2 <i>Acolhimento das crianças e dos jovens</i> .....	62
3.2.3 <i>Trabalho desenvolvido com as crianças e os jovens</i> .....	64

<i>3.2.4 Relação entre profissionais e crianças/jovens</i> .....	67
<i>3.2.5 Principais causas do acolhimento residencial e relação com as famílias</i> .....	71
<i>3.2.6 Promoção da autonomia</i> .....	75
Conclusão .....	80
Bibliografia.....	87

## Índice de gráficos

Gráfico 1. <i>Situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento em 2020 (em % do total)</i> .....	14
Gráfico 2. <i>Crianças e jovens em situação de acolhimento no ano, em Portugal (2010-2020) (valores absolutos)</i> .....	17
Gráfico 3. <i>Evolução do nº de medidas de colocação “acolhimento familiar” e “acolhimento residencial”, em Portugal (2014-2019) (em %)</i> .....	18
Gráfico 4. <i>Crianças e jovens por tipo de resposta de acolhimento, em Portugal, em 2020 (valores absolutos)</i> .....	18
Gráfico 5. <i>Evolução do nº de jovens em apartamentos de autonomia entre 2010 e 2018, em Portugal (valores absolutos)</i> .....	26
Gráfico 6. <i>Jovens entre os 15 e os 24 anos que trabalham (%)</i> .....	58

## Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Conceitos de autonomia, liberdade, independência e emancipação</i> .....	24
Tabela 2. <i>Caracterização sociodemográfica dos jovens entrevistados</i> .....	35
Tabela 3. <i>Processo de acolhimento residencial</i> .....	35
Tabela 4. <i>Duração do período de acolhimento residencial</i> .....	36
Tabela 5. <i>Remuneração média mensal de base, total e para o grupo etário dos 18-24 anos, por sexo</i> .....	58
Tabela 6. <i>Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no 4<sup>a</sup> trimestre de 2020 e 2021</i> .....	59
Tabela 7. <i>Nº de crianças e jovens por nº de profissionais</i> .....	68

## **Lista de abreviaturas/siglas**

ATL: Atividades em Tempos Livres

CAFAP: Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CNPDPJ: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e dos Jovens

CPCJ: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LIJ: Lar de Infância e Juventude

LPCJP: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP

Relatório CASA: Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens

SS: Segurança Social

UNICEF: United Nations International Children's Emergency Fund

## Introdução

A família, enquanto agente de socialização primária, tem um papel importante na vida das crianças e dos jovens. Com isto pretende-se referir que cabe aos adultos cuidar das crianças durante um período de tempo mais ou menos longo, até que estas se tornem autónomas. Assim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Convenção dos Direitos das crianças, *“A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primacialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental”* (UNICEF, 2019, p. 16). Cabe aos adultos proporcionar o bem-estar das crianças e dos jovens, bem como satisfazer as suas necessidades básicas para que tenham um crescimento e desenvolvimento saudável e estável.

Quando não são asseguradas as condições mínimas e, concomitantemente, existam situações que possam pôr em causa o bem-estar das crianças e dos jovens, há entidades competentes que devem intervir para assegurar a qualidade de vida tendo em conta o interesse superior da criança. Isto é, e de acordo com o artigo 1.º da Lei 147/99 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - LPCJP), essas entidades devem desenvolver ações que sejam benéficas para o bem-estar dessas crianças e desses jovens, de forma que o seu desenvolvimento e crescimento não seja prejudicado.

Na referida Lei 147/99, no seu artigo 4.º, estão estabelecidos os princípios orientadores de intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo. Para além disso, é importante saber distinguir as situações de risco e as situações de perigo, para que as entidades competentes possam promover as ações de forma mais adequada às necessidades, quer da criança e/ou jovem, quer das suas famílias.

Tal como é estabelecido no artigo 34.º e 35.º da LPCJP, existem várias medidas para a promoção e proteção das crianças e dos jovens, tendo todas elas como finalidade promover o bem-estar das crianças e dos jovens, de entre as quais podemos destacar: apoio junto dos pais; apoio junto de elementos familiares, nomeadamente a família alargada, como por exemplo, avós, tios, entre outros; apoio junto de acolhimentos residenciais específicas; junto de pessoas idóneas, isto é, alguma pessoa que seja significativa para a criança ou o jovem, entre outros.

Importa também destacar a importância do ponto 3 do artigo 20º da Convenção dos Direitos das Crianças que refere que: “*A proteção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a kafala do direito islâmico, a adoção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística*” (UNICEF, 2019, p. 17)

De entre as medidas de acolhimento, a integração em Lar de Infância e Juventude (LIJ) é das mais implementadas (cf. Relatório CASA de 2019). Desta forma, sabe-se que em 2019, 7046 crianças foram acolhidas nas diversas respostas. O número de crianças e jovens que integraram os LIJ correspondeu a 4179, ou seja, para mais de 50% daquelas crianças/jovens a solução encontrada foi a institucionalização.

Os LIJ constituem “*uma resposta social desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.*” (Social I. d., 2010, p. 7). Dito por outras palavras, são acolhimentos residenciais que acolhem crianças e jovens por um período de tempo estipulado, com o intuito de desenvolver as condições necessárias para a satisfação das necessidades e promoção do bem-estar. Para além disso, retira-as de exposições a situações de perigo que possam pôr em causa o seu crescimento e desenvolvimento. Ainda que se pretenda que a integração em LIJ não seja uma medida definitiva, a verdade é que há crianças e jovens aí integrados que permanecem até atingirem a maioridade, podendo inclusivamente ficar nos acolhimentos residenciais até aos 25 anos (cf. artigo 5º da LPCJP). Cabe então à instituição preparar estas crianças e estes jovens para a vida autónoma. Mas como se processa esse trabalho? Que desafios são enfrentados pelos jovens quando têm de sair do acolhimento residencial por terem atingido o limite de idade para aí permanecerem?

Esta dissertação denominada “*Do acolhimento residencial para o mundo exterior: que desafios no processo de autonomização*” tem como objetivo principal conhecer alguns dos desafios enfrentados pelos jovens com percursos de acolhimento em LIJ nos seus projetos de autonomização. Pretende-se com este trabalho conhecer alguns dos desafios que estes jovens tiveram de superar em matéria de integração e participação ativa na sociedade, após a saída do contexto de acolhimento residencial, nas dimensões pessoal, social e profissional.

Com este propósito, esta dissertação está dividida em três capítulos principais para além da introdução e da conclusão.

O Capítulo 1 é dedicado ao enquadramento teórico do trabalho e encontra-se subdividido em 4 pontos: o primeiro ponto, denominado “*A família enquanto instituição social*” é dedicado à análise da família e do seu papel no desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, nomeadamente enquanto agente de socialização primária, pelo que se aborda, igualmente, o conceito de socialização e as suas duas diferentes dimensões; o segundo ponto, com o título “*O outro lado da família: as situações de perigo*”, tem como objetivo analisar em que medida as famílias podem colocar as crianças e os jovens em situações de risco e de perigo, pelo que se procede aqui à distinção entre as situações de perigo e as situações de risco tendo em conta a lei; de seguida, no terceiro ponto, “*Medidas de proteção*”, serão abordadas as várias medidas existentes, quais os seus princípios e objetivos, dando ainda a conhecer vários indicadores e dados estatísticos referentes à resposta social que será aprofundada neste trabalho: o acolhimento residencial; finalmente, o quarto ponto, denominado “*Processos de autonomização: a aquisição de competências para a vida*”, é dedicado à análise dos conceitos de autonomia e de competências para a vida, bem como da importância do desenvolvimento de projetos de vida/autonomia nos LIJ.

O capítulo 2 é dedicado à explicitação dos objetivos do trabalho, dos procedimentos metodológicos inerentes à recolha e tratamento dos dados e dos pressupostos éticos subjacentes à pesquisa.

Finalmente, o capítulo 3 - *Autonomização de jovens institucionalizados: análise de dados* – é dedicado à exploração e leitura crítica dos dados recolhidos. Este ponto está organizado em diversos subpontos de modo a dar conta do processo de acolhimento residencial, do trabalho desenvolvido nas casas de acolhimento com vista à promoção da autonomia e dos desafios que os jovens enfrentam no momento da saída.

## **Capítulo 1. A Problemática teórica enquadradora do trabalho de investigação**

Ao longo deste capítulo, serão abordados quatro pontos fundamentais. Em primeiro lugar, deve-se ter consciência da importância que a família tem para o crescimento e desenvolvimento das crianças e dos jovens, nomeadamente por via da sua função de socialização primária. Quando existem défices e incumprimentos nas funções parentais, importa refletir sobre as possíveis situações de risco e de perigo, bem como as medidas que possam promover, não só os direitos das crianças e dos jovens, como também a satisfação das suas necessidades e do seu bem-estar. Pretende-se, assim, dar mais ênfase à resposta de acolhimento em casas de acolhimento para entender quais os objetivos estipulados e a importância de criar um projeto de autonomia completo com o jovem para que este se consiga incluir na sociedade com mais segurança e enfrentar os desafios da vida adulta.

### ***1.1. A família enquanto instituição social***

Neste primeiro subcapítulo designado por “*A família enquanto instituição social*” pretende-se refletir sobre duas questões principais: a importância do papel da família no processo de desenvolvimento e crescimento das crianças e dos jovens e, conseqüentemente, o papel da família no processo de socialização.

Para poder desenvolver estes conceitos, é importante perceber que o valor da família, quer o valor da socialização. Assim, começa-se desde já por referir que o conceito de família tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo e nas diversas sociedades. Com isto, pretende-se referir que a definição de família tem-se vindo a modificar, indo ao encontro das alterações que a sociedade tem sofrido. Assim, é imprescindível abordar as diversas tipologias familiares, bem como, perceber em que consiste o conceito de família.

De um modo geral, pode entender-se por família como sendo “*(...) a principal agência de socialização, desde a infância à adolescência e para além desta (...) a região e a classe social da família em que o indivíduo nasce afectam bastante os padrões de socialização. As crianças adquirem modos de comportamento característicos dos seus pais ou de outras pessoas da vizinhança ou da comunidade*” (Giddens, 1997, p. 99).

O modelo dominante de famílias nas sociedades mais desenvolvidas é a chamada família nuclear, ou seja, composta pelos progenitores e pelos seus filhos, como Giddens afirma “nas sociedades modernas, a maior parte da socialização primária tem lugar num contexto familiar de pequena dimensão” (1997, p. 99). Mas têm-se verificado mudanças importantes que se traduzem no crescimento de novos modelos de organização familiar: crescem as famílias monoparentais sobretudo na sequência de situações de divórcio, surgem as famílias homossexuais, famílias reconstruídas, entre outros (Papalia, Feldman, & Olds, 2001). Independentemente do modelo que assumir a família, importa perceber o seu papel enquanto agente ativo no crescimento e desenvolvimento quer das crianças, quer dos jovens. Tal como é salientado por Matos et al. “O tipo de família não importa, se for família no sentido de proteção, apoio, disponibilidade, segurança, educação, saúde, nutrição, afeto, estímulo” (2015, p. 18). Desta forma, entende-se que a família tem um papel importante em diversos níveis: financeiro (por exemplo, garantir a compra dos bens essenciais e do material escolar); educacional (promover um local apropriado em casa para que as crianças e jovens possam estudar, ajudá-los quando têm dúvidas e dificuldades); saúde (garantir que os problemas de saúde são devidamente tratados e acompanhados); afetivo (dar carinho, incentivo, apoio, entre outros). Em suma, os pais ou os adultos que estejam encarregues de cuidar e proteger as crianças/jovens, devem promover a sua segurança e construir com elas uma relação assente no afeto.

Desta forma, a família corresponde a um “grupo de indivíduos ligados entre si por laços de sangue, casamento ou adoção, que forma uma unidade económica, sendo que os membros adultos são responsáveis pela educação das crianças. Todas as sociedades conhecidas têm alguma forma de sistema familiar, embora a natureza das relações familiares seja muito variável. Enquanto que nas sociedades modernas a principal forma de família é a família nuclear, é frequente encontrar uma grande variedade de família extensas” (Giddens, 1997, p. 879).

Para Bourdieu existem quatro tipos de capitais, sendo estes: o capital social, o capital económico, o capital simbólico e por último o capital cultural. O capital social define-se por ser “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) o volume do capital social que um agente

*individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (...)*” (Bourdieu, 1999, p. 67). O segundo capital diz respeito às posses, bem como, aos recursos económicos que os indivíduos têm. É certo que estes podem ser adquiridos por exemplo através do emprego.

O capital simbólico diz respeito à imagem da pessoa, isto é, como pode ser visto pelos outros indivíduos e está relacionado com os outros capitais, a título de exemplo, uma pessoa que tenha uma carreira profissional dotada de sucesso pode influenciar (ou ser influenciada) os outros capitais. Desta forma, quanto mais sedimentados forem os capitais, maior será a adaptação e integração dos indivíduos na sociedade em diversas circunstâncias (Campenhoudt, 2003).

Importa destacar que o capital cultural subdivide-se em três categorias, nomeadamente: estado incorporado, estado objetivado e o estado institucionalizado. O primeiro consiste na transmissibilidade de conhecimento, quer seja de valores, crenças e regras. Para tal, é imprescindível que o indivíduo esteja predisposto a interiorizar este conhecimento acabando por se tornar no *habitus*. Por sua vez, o segundo estado refere-se a uma forma mais material de transmissão de cultura, isto é, adquirindo livros, quadros, entre outros. Por fim, o terceiro estado é centrado sobretudo nos certificados que as pessoas vão adquirindo de forma académica e que terá repercussões nos outros capitais, a título de exemplo, o certificado de licenciatura poderá proporcionar um emprego bem remunerado, aumentar a rede relacional, entre outros aspetos. (Bourdieu, 1999)

Importa destacar que “*A herança cultural, que difere, sobre dois aspectos, segundo as classes sociais, é responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente por taxas de êxito*” (Bourdieu, 1999, p. 42)

Após analisar cada um dos capitais, é imprescindível refletir sobre o conceito de *habitus*, na medida em que este está interligado principalmente com o capital cultural. Com isto pretende-se destacar que o *habitus* é entendido como um sistema de disposições que os indivíduos têm. Contudo, as disposições são distintas de pessoa para pessoa pois, tal como referimos anteriormente, o *habitus* está ligado ao desenvolvimento dos capitais. Bourdieu defende como sendo, “*(...) um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”*” (1999, pp. 74-75). Assim, a pessoa vai adquirindo os seus capitais e vai apropriar-se dos mesmos ao longo da vida.

Após abordar os diferentes capitais, bem como, o *habitus* é pertinente fazer uma distinção entre o ser humano e os animais, de modo a entender a importância da

socialização. Sabemos que uma das características que distingue os seres humanos dos animais é a racionalidade. Para além disso, os seres humanos são caracterizados por serem mais dependentes dos outros na altura do nascimento e durante o processo de crescimento do indivíduo. Dito por outras palavras, aquando do nascimento, uma criança depende sempre dos adultos para satisfazer as suas necessidades básicas. Desta forma, entende-se que os seres humanos dependem das pessoas que estejam mais próximas, visto que não dispõem, à nascença, de condições para sobreviverem sozinhos. Isto é, os adultos ficam encarregues de alimentar, tratar da saúde, do conforto e bem-estar.

Contudo, ao longo do crescimento e desenvolvimento, os seres humanos vão adquirindo saberes, a cultura e os valores da sociedade na qual estão inseridos e que constituem a base fundamental para que se consigam integrar nela. Tal como referem Berger e Luckman, “(...) o indivíduo não nasce membro da sociedade (...) torna-se membro da sociedade” (1999, p. 137). Para que o indivíduo se torne membro da sociedade, este tem de passar por um processo crucial, sendo este, a socialização. Esta encontra-se dividida em duas etapas: a socialização primária e a socialização secundária. “*Em todas as culturas a família é a principal agência de socialização da criança durante a infância. Mas, em períodos posteriores da vida do indivíduo, entram em ação outras agências de socialização*” (Giddens, 1997, pp. 98-99), como por exemplo a escola e o grupo de pares.

Importa destacar que a socialização primária é a fase mais importante para o crescimento e desenvolvimento da criança, na medida em que tudo o que aprende nesta fase é considerada o alicerce para a sua vida. A socialização primária ocorre no seio dos grupos primários, dos quais se destaca a família. É a partir da relação que estabelece com os outros significativos, que a criança constrói o seu primeiro mundo. Por ocorrer num contexto marcado pela afetividade, as crianças vão interiorizando e colocando em prática o que lhes é ensinado de uma forma muito emotiva. (Berger & Luckmann, 1999).

Ao longo da socialização primária, as figuras mais próximas da criança devem investir de forma a proporcionar uma base segura e consistente, de modo que a fase da socialização secundária não signifique “um choque” de realidades para a criança. Mas, e como referem Berger & Luckmann “*os processos formais da socialização secundária são determinados pelo seu problema fundamental: pressupõe sempre um processo prévio da socialização primária, isto é, deve tratar com uma personalidade já formada e um mundo interiorizado*” (1999, p. 147). Como referimos, o processo de socialização

primária é vivido de forma tão intensa por parte da criança, que esta identifica o mundo como sendo apenas a realidade que vivencia, não existindo mais nada para além disso. Desta forma, para a criança, é difícil entender os novos conhecimentos e interiorizá-los, sabendo que já passou por um processo, que considerava ser único e intocável. Porém, se houver uma continuidade entre a socialização primária e a socialização secundária, a adaptação da criança será facilitada (Berger & Luckmann, 1999).

De uma forma resumida, a segunda etapa - a socialização secundária - ocorre quando o indivíduo começa a descobrir novas realidades para além daquela que lhe foi transmitida, tal como por exemplo, no ingresso do ensino. Desta forma, a socialização secundária vai depender sempre da forma como foi desenvolvida a socialização primária da criança, ou seja, caso, os saberes transmitidos às crianças tenham sido semelhantes aos que foram assimilados na socialização primária, mais facilidade estas terão em interligar todos os conhecimentos. Vejamos um exemplo, uma criança que tenha por hábito ir a museus, teatros, visitar monumentos, entre outros, no momento em que na escola seja desenvolvida matéria relacionada com este tema ser-lhe-á mais fácil interligar a matéria com as suas experiências e aprendizagens anteriores. A socialização é, assim, um processo contínuo, visto que os seres humanos vão adquirindo conhecimento para o resto da vida (Abrantes, 2011).

Destaca-se que, *“a influência do capital cultural se deixa apreender sobre a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança”* (Bourdieu, 1999, p. 42). Através desta citação, importa refletir sobre a importância da transmissão de conhecimentos pela família às suas crianças e jovens. Com isto, pretende-se destacar que, se o conhecimento transmitido às crianças não for semelhante aquilo que é aprendido na instituição escolar, os progenitores podem demonstrar alguma dificuldade em acompanhar o percurso escolar destas crianças e dos jovens, sobretudo se pertencerem a classes mais desfavorecidas e menos escolarizadas. Colocando assim, as crianças e os jovens em situação de risco e/ou perigo. Desta forma, destaca-se o papel da escola junto dos progenitores porque o desafio será incluir os pais ao longo do percurso escolar, visto que a transmissibilidade de conhecimento não é feito apenas na escola, isto é, existe uma continuação que deve ser feita em casa, por exemplo através dos trabalhos de casa ou dos estudos que devem ser realizados para superar as provas. Pode-se ter em conta esta citação para refletir sobre os desafios que as crianças e os jovens podem ter para conseguirem obter sucesso ao longo do seu percurso, *“Crianças*

*de lares pobres podem receber pouco encorajamento dos pais para procurarem êxito escolar, especialmente se os pais foram indiferentes ou hostis em relação aos objetivos da escola”* (Giddens, 1997, p. 102).

Para além destes dois conceitos, importa refletir inclusive sobre o conceito de ressocialização na medida em que este trabalho analisa os percursos dos jovens que integram lares de infância e juventude. A ressocialização pode ser entendida “*pela desintegração dos valores e padrões de comportamentos anteriormente aceites, seguida da adoção de outros radicalmente diferentes*” (Giddens, 1997, p. 103). Existem várias situações que possam fazer com que o indivíduo passe por uma ressocialização. Atendendo a um exemplo, um jovem que vá para uma instituição, este terá que integrar-se num novo ambiente com determinadas regras onde terá de as cumprir. Todo este novo ambiente certamente que irá mexer com os seus pensamentos, bem como, os comportamentos uma vez que estava habituado a uma determinada rotina que foi quebrada aquando a sua entrada na instituição.

Ao longo da ressocialização, é feito um trabalho bastante complexo na medida em que tenta-se reconstruir os verdadeiros alicerces, contudo, pode ser considerado como uma etapa complicada pois aquilo que foi transmitido ao longo da socialização primária poderá entrar em conflito com o que é adquirido naquele momento, para além de que, tal como já foi referido anteriormente, a criança adquire aquele conhecimento como algo inato, enquanto na ressocialização não é desenvolvido dessa forma.

### ***1.2. O outro lado da família: as situações de perigo***

Durante séculos, as crianças foram consideradas como “mini adultos”. As crianças e os jovens acompanhavam os pais nas suas atividades quotidianas e trabalhavam em alguns ofícios com eles, com a finalidade de os ajudar a nível monetário. Para além do trabalho, algumas também tinham de cuidar dos irmãos mais novos para que os seus pais pudessem ir trabalhar (Papalia, Feldman, & Olds, 2001). Esta situação era recorrente num período em que as famílias funcionavam como unidades de produção, tendo todos os elementos um importante contributo a dar para a economia doméstica.

Em Portugal, antes do 25 de Abril de 1974, as crianças eram vistas como um apoio para a sustentabilidade da sua família. Com isto pretende-se afirmar que, a partir de uma certa idade a criança começava a trabalhar ou a cuidar dos irmãos mais novos. Importa

ainda referir que, no nosso país, as famílias eram bastante numerosas e tinham baixos rendimentos, trabalhando sobretudo na agricultura e pecuária (Almeida, 1994).

A partir desta altura e com a aceitação do divórcio bem como a migração das pessoas para o meio urbano, fez com que o número de crianças diminuísse passando as famílias a terem apenas um ou dois filhos. Acrescenta-se ainda que se verificou um aumento de mulheres a trabalharem para poderem sustentarem a sua família. A partir dos anos 80 cada vez mais se instala a preocupação de estabelecer a equidade entre homens e mulheres, relativamente ao mercado de trabalho e à divisão de tarefas (domésticas e cuidados com os filhos). Por fim, importa ainda referir que se verificava uma parca resposta social ao nível da infância e juventude, nomeadamente, ao nível da creche, ATL, infantário, entre outros (Almeida, 1994).

Existem vários acontecimentos que deixam marcas na vida dos mesmos, por várias razões, tal como por exemplo, a escravatura ou até o trabalho infantil. As entidades que desenvolvem as leis são promotoras da evolução e da mudança da sociedade. A título de exemplo, a violência doméstica, hoje em dia, é considerada como crime público e é visto como uma situação de perigo para a criança e para o jovem, porém, há relativamente pouco tempo não era assim.

A título de exemplo, os direitos e deveres constituídos na Constituição da República Portuguesa, o Interesse Superior da Criança, a Convenção dos Direitos da Criança, o Código Civil, a LPCJP, que como já foi referido, ao longo do tempo tem sofrido algumas alterações e melhorias. Cada vez mais a etapa da infância e da juventude tem mais relevância para as pessoas e para o Estado, uma vez que é uma fase fulcral na vida de qualquer indivíduo.

Desta forma, devemos ter consciência do conceito de criança e jovem. Assim, no artigo 5º da Lei 147/99, alínea a): *“Criança ou jovem - a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existem, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional”* (Assembleia da República, 1999).

Como podemos verificar, o papel da criança tem vindo a sofrer mudanças, o que contribuiu para a reflexão de vários cientistas que se debruçaram sobre o estudo do crescimento e desenvolvimento da criança e da sua transição para a etapa de adulto.

Importa referir assim que “(...) *pelo menos desde o século XVI, as crianças são vistas e tratadas de maneira diferente dos adultos*” (Papalia, Feldman, & Olds, 2001, p. 15).

Um dos autores que se destaca na análise do desenvolvimento da criança é Erikson. Este autor desenvolve a teoria psicossocial que aborda o desenvolvimento da personalidade das crianças, isto é, o processo que dá origem à criação da personalidade e os fatores que podem influenciar este procedimento (Papalia, Feldman, & Olds, 2001).

Aquando da consciencialização da importância da infância na vida das crianças para o seu desenvolvimento, várias entidades começaram por impor algumas medidas que ajudassem a diminuir situações que pusessem em causa o seu desenvolvimento integral e saudável.

Uma das primeiras ações que demonstram a mudança da visão do papel das crianças foi a criação da Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Não podemos esquecer que as crianças bem como os jovens necessitam de cuidados mais específicos quer por parte da família quer por parte do Estado. É imprescindível cuidar das suas necessidades e do bem-estar para salvaguardar o crescimento e desenvolvimento saudável. Desta forma, destaca-se a importância da Convenção dos Direitos da Criança de modo a poder salvaguardá-las. Não obstante e de forma a comprovar a afirmação anterior, o estatuto de criança bem como o seu papel da sociedade tem vindo a sofrer alterações significativas. “*Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade*” (UNICEF, 2019). Para tal, é da responsabilidade de todos, quer das famílias, quer do Estado, promover os direitos das crianças para que estas possam desenvolver as suas competências e capacidades com o intuito de ter uma vida independente e autónoma quando forem adultas.

Tal como já foi referido anteriormente, as crianças, bem como os jovens, dependem de adultos ao longo do seu crescimento. Desta forma, importa destacar algumas situações que possam colocar em causa quer o seu desenvolvimento, quer as suas necessidades. Para além disso, importa refletir sobre a importância da transmissibilidade das informações acerca dos cuidados, da satisfação das necessidades e a promoção do bem-estar das crianças e dos jovens. Questionámo-nos desta forma, será que todos têm esses conhecimentos? A vinda de uma criança ao mundo suscita algumas dúvidas, no que diz respeito aos cuidados a ter? Terão os adultos todos esses conhecimentos para estarem

à altura do desafio? É certo que têm dúvidas, na medida em que existem crianças e jovens que estão em situações de perigo e de risco. Seria importante trabalhar com as famílias que têm dificuldades em cuidar de forma a capacitá-las e envolvê-las neste processo. Perceber as razões que estão a jusante destes acontecimentos é fundamental para encontrar respostas ou formas de os diminuir.

Para além disso, é importante destacar as diferenças entre as situações de risco e as situações de perigo. Assim sendo, distinguir estas situações é fundamental na medida em que, implicam diferentes formas de atuação; implicam a elaboração de estratégias e ações para a prevenção adequada, de forma a diminuir as consequências na vida das crianças e dos jovens. Para o estabelecimento destas diferenças recorreremos ao Código Civil e a LPCJP.

De acordo com o artigo 1918º do Código Civil “*Quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício das responsabilidades parentais, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indiciadas no nº1 do artigo 1915º, decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência*” (Código Civil, 2015, p. 341). Desta forma, as situações de perigo são designadas por ações que interferem com alguma gravidade, tanto na segurança das crianças e dos jovens, como, na sua saúde e ainda na educação, ou em outros aspetos intrínsecos ao seu saudável desenvolvimento.

Por sua vez, no artigo 3º nº 2 da Lei 147/99, encontram-se definidas as situações de perigo que podem pôr em causa o bem-estar e as necessidades das crianças e dos jovens:

- “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;*
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- f) Está sujeito, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*

g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação,

h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional” (Assembleia da República, 1999).

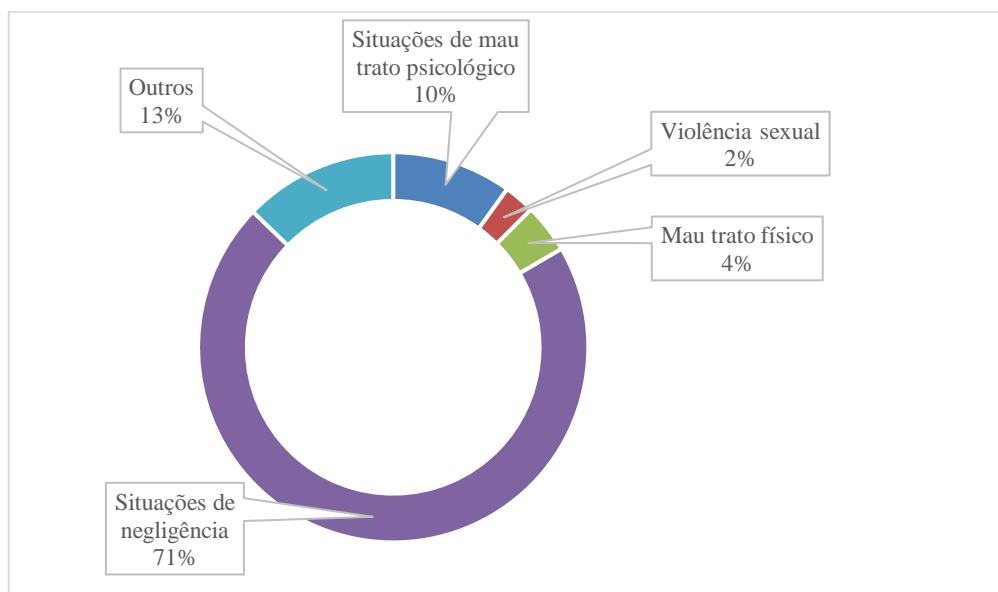
Por conseguinte, “O conceito de risco representa o défice na satisfação das necessidades e a ausência de oportunidades, condicionando o desenvolvimento e a inserção na sociedade de maneira integrada e saudável. Pode estar relacionado com os itinerários de vida, que não permitem um correto desenvolvimento psicológico, uma aprendizagem de comportamentos e de competências, uma ausência de experiências positivas” (Sousa & de Carvalho, 2015, p. 170). Assim, dito por outras palavras, as situações de risco podem ser consideradas como possíveis acontecimentos/ações, provenientes de quem esteja a cuidar das crianças e/ou jovens. É certo que existem situações com diferentes graus de gravidade, contudo, qualquer uma delas merece ter a atenção por parte das entidades e serviços que apoiem e que trabalhem com as famílias.

De forma a poder distinguir a diferença entre situações de risco e perigo pode-se ter em conta o que Alves refere: “risco: *eminência de perigo*; perigo: *ameaça à existência de alguém*” (2007, p.50).

Importa também destacar o que pode ser considerado como situação de emergência. Assim, e de acordo com a alínea c) do artigo 5º da Lei 147/99, “*Situação de emergência - a situação de perigo atual ou iminente para a vida ou a situação de perigo atual ou iminente de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem, que exija proteção imediata nos termos do artigo 91º, ou que determine a necessidade imediata de aplicação de medidas de promoção e proteção cautelares*” (Assembleia da República, 1999).

Desta forma, seria importante refletir sobre quais as situações de perigo que mais se evidenciam no ano de 2020 e que estiveram na base do acolhimento em 2020. Foram identificadas 15403 situações de perigo (para um total de 6706 crianças e jovens acolhidos).

**Gráfico 1.** Situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento em 2020 (em % do total)



Fonte: Relatório Casa 2020

Assim sendo, tendo por base o Gráfico 1, pode-se destacar que foram essencialmente as situações de negligência (71%) que originaram processos de acolhimento. Estas situações de negligência comportam, por ordem de incidência: a falta de supervisão e de acompanhamento familiar, a negligência ao nível da educação, ao nível da saúde, a exposição a modelos parentais desviantes e a negligência face a comportamento de risco da criança/jovem.

Identificadas estas situações, é de extrema relevância que as entidades competentes trabalhem com as famílias identificadas, mas também que desenvolvam ações de prevenção de situações de risco e de perigo e ainda promovam os direitos das crianças e dos jovens. Desta forma, importa refletir novamente sobre a importância da promoção e proteção dos direitos das crianças através da prevenção. Com isto pretende-se referir que as equipas técnicas devem procurar apoiar as famílias identificadas como problemáticas, de forma a combater as situações de risco e de perigo, nomeadamente por via da aposta em projetos de prevenção contra os problemas que foram identificados anteriormente e que fizeram com que as crianças fossem sinalizadas. Contudo, este trabalho carece da existência de mais profissionais no terreno, devidamente capacitados para o efeito e a

desenvolver trabalho numa lógica multidisciplinar. No próximo ponto discutiremos algumas respostas e medidas mais utilizadas para salvaguardar os direitos das crianças e dos jovens, bem como a sua segurança e o seu bem-estar.

### ***1.3. Medidas de proteção***

Quando as famílias não conseguem garantir um crescimento e desenvolvimento em segurança, e quando as crianças e os jovens vivenciem situações de risco e de perigo, cabe ao Estado intervir com vista a garantir o seu bem-estar e segurança. São diversas as medidas que podem ser implementadas com vista à intervenção e prevenção do risco e do perigo.

A LPCJP rege-se por vários princípios que orientam a ação das entidades que promovem os direitos das crianças e dos jovens. Assim, e de acordo com o artigo 4º da referida lei, constituem princípios fundamentais: o *“interesse superior da criança e do jovem”*, a *“privacidade”*, a *“intervenção precoce”*, a *“intervenção mínima”*, o princípio da *“proporcionalidade”* e da *“atualidade”*, a *“responsabilidade parental”*, *“primado da continuidade das relações psicológicas profundas”*, a *“prevalência na família”*, a *“obrigatoriedade da informação”*, a *“audição obrigatória e participação”* e por último a *“subsidiariedade”* (Assembleia da República, 1999).

Note-se que as finalidades das medidas tal como é salientado na lei 147/99 no artigo 34º são as seguintes: *“a) Afastar o perigo em que estes se encontram; b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso”* (Assembleia da República, 1999).

Tal como foi referido anteriormente, só há intervenção junto de crianças e dos jovens quando os pais ou os adultos que sejam responsáveis pela sua guarda ponham em causa a sua segurança, a sua educação, a sua saúde bem como o seu próprio desenvolvimento. Desta forma, destaca-se as medidas para a promoção e proteção das crianças e dos jovens tendo em consideração o artigo 35º da Lei 147/99: *“a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento residencial; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção”* (Assembleia da República, 1999).

As medidas podem ser agrupadas de duas formas: as que privilegiam a manutenção no meio natural de vida e as que promovam o crescimento e desenvolvimento em contexto de acolhimento residencial, isto é, fora do seio familiar. Destaca-se que, através das leis e medidas implementadas percebe-se que deve ser na família que a criança e/ou o jovem deve crescer. Isto quer dizer que deve existir medidas que ajudem as famílias a conseguirem fazê-lo, apenas em último caso é que se deve recorrer ao acolhimento residencial. Contudo, ainda neste ponto, poderemos observar que, com alguma regularidade a colocação em casas de acolhimento tem sido a resposta mais utilizada. Contudo, seria importante entender de que forma podemos converter esta situação. Para apoiar o acolhimento familiar ou colocar em prática as medidas propostas no meio natural de vida da criança, o que deve ser feito? De que forma podemos colocar em prática estas medidas? De acordo com o Relatório CASA, importa identificar a percentagem da medida de apoio junto dos pais por relação à medida de acolhimento residencial. Assim, sabemos que no ano de 2019, a medida de apoio junto dos pais teve um peso de 81,74%, isto quer dizer que se privilegiou desenvolver práticas no seio da família, ou seja no meio onde a criança vive e cresceu. Por relação à medida de acolhimento residencial teve apenas um peso de 7,07% (CNPDP CJ, 2020, p. 50). Para corroborar a ideia acima referida, consideramos pertinente explicar a evolução das medidas de colocação, mais concretamente o acolhimento residencial. Segundo os dados do Relatório CNPDPCJ, em 2014 existiam 1432 medidas e no ano de 2018, existiam 819. Destaca-se que houve um decréscimo de medidas neste período (diminuiu aproximadamente 42,80%). Por sua vez, a partir do ano de 2018, verifica-se uma tendência exponencial da medida chegando a atingir, em 2019 o valor de 1007 (CNPDP CJ, 2020, p. 50).

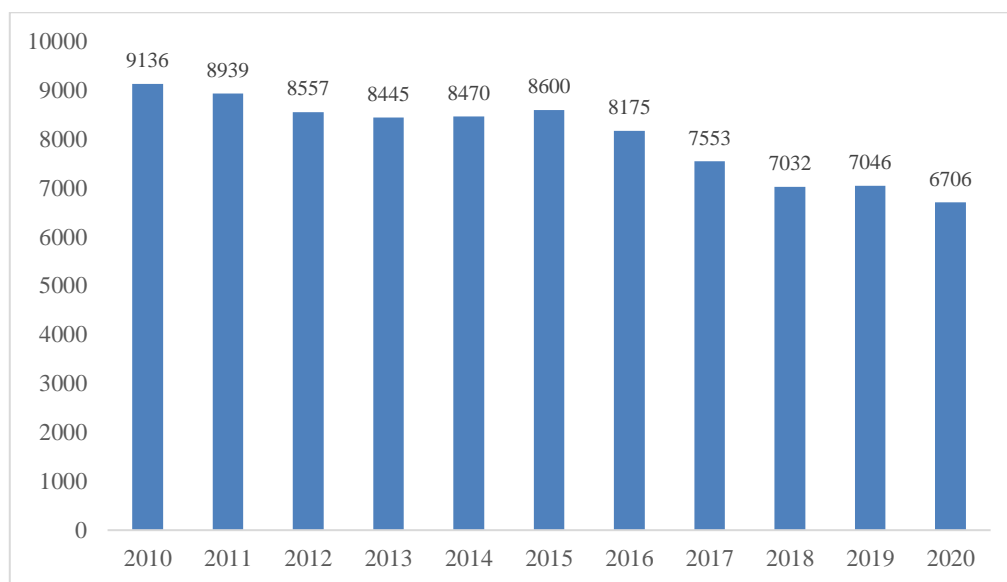
Importa destacar que, qualquer que seja a medida implementada, as finalidades e/ou os objetivos devem ser sempre cumpridos de acordo com os princípios acima identificados, de forma a promover o bem-estar, satisfazer as necessidades e garantir o crescimento e desenvolvimento saudável e integral da criança/jovem.

Após identificar várias medidas que ajudam a proteger as crianças e os jovens, bem como promover os seus direitos, as suas necessidades e o seu bem-estar, importa referir que uma das medidas mais implementadas nas situações de perigo ao longo dos anos é o acolhimento residencial. O recurso a esta medida ocorre sempre como última opção visto que se tenta privilegiar as ações junto da família da criança, quer seja a família

nuclear, quer seja a família alargada ou junto de um adulto que seja significativo para esta criança ou jovem (como por exemplo a madrinha e/ou o padrinho).

De acordo com o relatório CASA de 2019, pode-se refletir sobre os seguintes dados que apresentam:

**Gráfico 2.** Crianças e jovens em situação de acolhimento no ano, em Portugal (2010-2020)  
(valores absolutos)

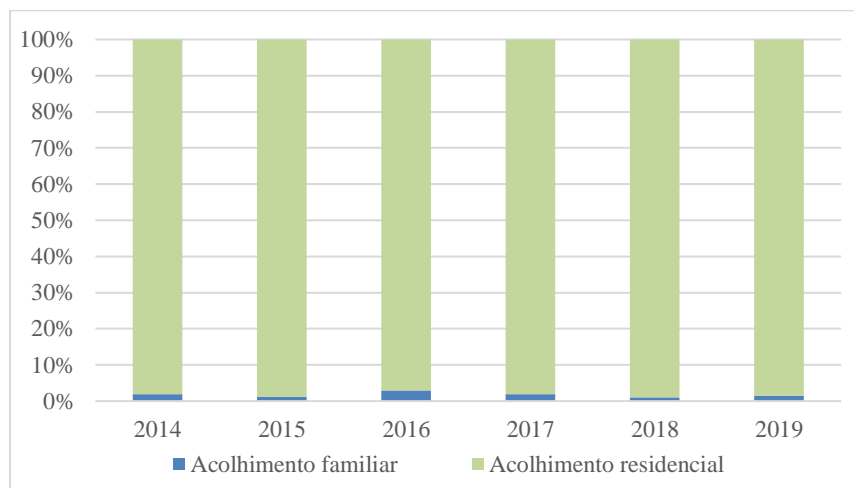


Fonte: Relatório Casa 2019 e Relatório Casa 2020

Em relação ao Gráfico 2, pode-se destacar que o número de crianças em situação de acolhimento tem vindo a diminuir ao longo dos anos: entre 2010 e 2020 deu-se uma variação de -26,6%.

No que concerne às medidas de colocação aplicadas entre os anos 2014 até 2019, e de acordo com os dados do Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ's do ano de 2019, o acolhimento residencial continua a ser muito mais expressivo do que o acolhimento familiar. Como se pode constatar no Gráfico 3, o acolhimento residencial representa sempre cerca de 98% das situações de acolhimento.

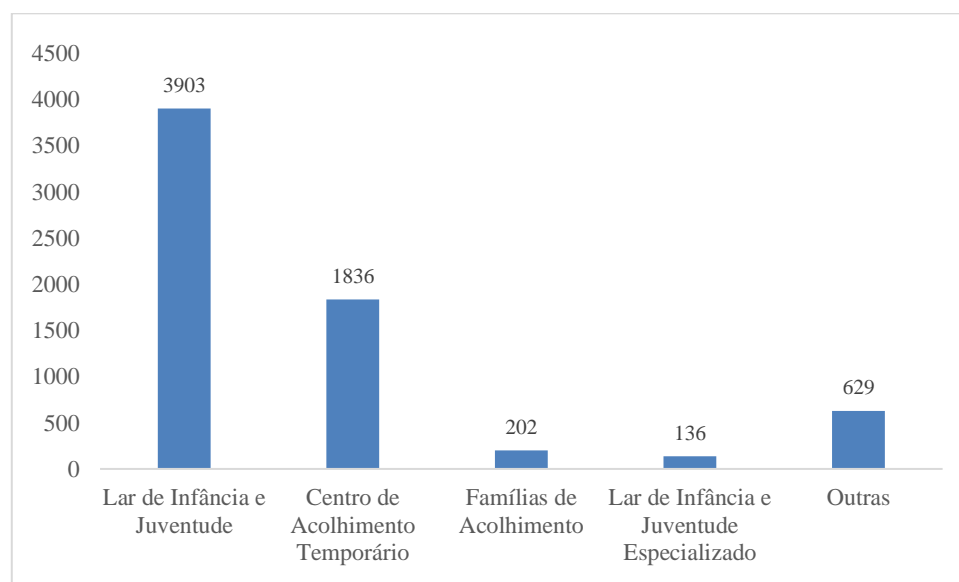
**Gráfico 3.** *Evolução do nº de medidas de colocação “acolhimento familiar” e “acolhimento residencial”, em Portugal (2014-2019) (em %)*



Fonte: (CNPDP CJ, 2020, p. 50)

Assim, e apesar do número de crianças e jovens em acolhimento residencial ter vindo a diminuir ao longo dos anos, esta continua a ser uma das medidas mais usadas para salvaguardar o bem-estar e segurança destas crianças e jovens.

**Gráfico 4.** *Crianças e jovens por tipo de resposta de acolhimento, em Portugal, em 2020 (valores absolutos)*



Fonte: Relatório Casa 2020

Tendo em conta que o acolhimento residencial se destaca como principal medida junto destas crianças e jovens, é importante entender quais os acolhimentos residenciais

que mais acolhem este grupo. Assim sendo, em 2020 foram os Lares de Infância e Juventude (3903) e os centros de acolhimento temporário (1836) os acolhimentos residenciais que mais acolheram crianças e jovens (cf, Gráfico 4).

Estes dados mostram, por isso, que, não obstante os LIJ surjam como a última solução, são aquela que mais crianças e jovens acolhe. De acordo com o manual *Recomendações Técnicas para equipamentos sociais – lares de infância e juventude*, desenvolvido pela Segurança Social, sabemos que estas casas de acolhimento devem proporcionar às crianças um acolhimento que seja semelhante a uma habitação familiar, bem como, proporcionar ações que visem a integração na sociedade, a nível escolar, social, profissional, entre outros (Social I. d., 2010). Por mais que a lei destaque as intervenções junto das famílias das crianças e dos jovens, importa destacar a importância das casas de acolhimento, como podemos constatar no ponto seguinte do trabalho.

#### ***1.4. Processos de autonomização: a aquisição de competências para a vida***

É na fase da adolescência que se inicia o processo de autonomização. Contudo, destaca-se que não existe idade exata para começar esta etapa de vida.

Assim, importa refletir sobre o conceito da adolescência. Deste modo, esta fase pode ser definida como “*a transição no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta que envolve grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais*” (Diane E. Papalia, Sally Wendkos Olds, & Ruth Duskin Feldman, 2006, p. 440). Como refere a autora Alves (2007), “*(...) podemos afirmar que o desenvolvimento ocorre através de interações recíprocas e dinâmicas entre o indivíduo (características psicológicas, biológicas, intelectuais e de personalidade) e os contextos envolventes (outras pessoas, os grupos, a cultura, a comunidade e a sociedade)*” (p.42).

Sendo uma etapa que antecede a fase de adulto, é necessário ensinar os jovens a desenvolverem competências e capacidades que são fundamentais no seu dia-a-dia. Assim, de acordo com a Dirección General De Acción Social Del Menor Y La Familia (2002, cit in Alves, 2007, pp. 43-44) as competências que são desenvolvidas ao longo da adolescência são as seguintes: “*competências sociais*”; “*competências de controlo emocional e de resolução de problemas*”; “*competências linguísticas*” e por último, “*competências académicas*”. Assim, “*as competências sociais*” significam que o jovem aprende a lidar com outras pessoas, comunicando e estabelecendo relações de proximidade com os pares, inculcando também o civismo, a confiança e o respeito pelo

outro (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, 2011, p. 231) A “*competência de controlo emocional e de resolução de problemas*” pressupõe a aprendizagem da gestão de conflitos de forma ponderada, evitando a agressividade e a violência. Para além destas competências, há também o desenvolvimento de “*competências linguísticas*” que permitam “*o relacionamento do jovem com os objetos e as relações presentes, mas também com objetos e relações passadas e futuras. Permite-lhe, assim, avaliar o passado, planificar e prever o futuro e discernir situações reais de situações irreais*” (Alves, 2007, p. 44). Importa ainda falar das “*competências académicas*” que remetem para a “*aquisição de competências associadas a estratégias de aprendizagem (aquisição, interpretação, armazenamento e recuperação de informação, compreensão e organização dos conceitos apreendidos) e hábitos de estudo (estabelecimento de metas pessoais, organização do espaço e do tempo, capacidade de síntese)*” (Alves, 2007, p. 44).

Para além disso, é importante que a equipa demonstre que acredita neles e no seu potencial, bem como, desenvolva com eles as competências acima indicadas. Portanto, pode-se referir que é desta forma, que os jovens conseguem desenvolver um “*sentimento de competência e investimento*” (Alves, 2007, p. 46).

No artigo 58º alínea d) da Lei 147/99 “*ser ouvido e participar ativamente, em função do seu grau de discernimento, em todos os assuntos do seu interesse, que inclui os respeitantes à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e ao funcionamento da instituição e da família de acolhimento*” (Assembleia da República, 1999).

É extremamente importante que as crianças/jovens consigam ter os seus pertences no lar de acolhimento, para que estes consigam interiorizar que têm o seu espaço pessoal e privado com os objetos mais significativos para si. Se a privacidade e a identificação pelo espaço não for assegurada, está-se perante o que Goffman apelidou de “*mortificação do eu*” (1961). Para além disso, o facto de cada criança ficar responsável por cuidar e tratar do seu espaço pessoal facilitará, não só o processo de acolhimento, como o de criar o sentimento de pertença. Para a autora Alves (2007), pode-se referir que tanto a criança como o jovem vão desenvolvendo o “*sentimento de ligação aos outros*” e ainda o “*sentimento de identidade*” (p. 47).

A institucionalização é bastante difícil para cada criança e jovem, visto que é uma realidade completamente diferente daquela que vivenciaram anteriormente, uma vez que

estavam habituados a lidar com pessoas com formas de pensar, de agir iguais às deles, tal como lhes foi inculcado ao longo da socialização primária. Toda essa rotina é quebrada com a institucionalização, instalando-se algum mal-estar, confusão, entre outros sentimentos e emoções. Assim, ao longo da adaptação, a equipa deve ser agente facilitadora, com o intuito de possibilitar ao grupo o tempo e o espaço necessário para se reencontrar. Tal como é referido no Manual de Processo Chave, “*A identificação e a organização do espaço da criança/jovem é de grande importância, já que ao vir para o Lar, deixando o seu contexto familiar, perdeu, em parte, os seus referenciais e com eles o sentimento de identificação ao espaço, onde tinha as suas raízes, os seus objetos preferidos, os jogos e as boas e más recordações* (Social I. d., s.d, p. 30).”

Após abordar a institucionalização, importa refletirmos sobre o processo de autonomia nos acolhimentos residenciais.

Tal como acontece numa família, dependendo de várias situações, os pais acabam por treinar os filhos para a sua autonomia: por exemplo, começam por dar-lhes uma semana/mesada para que eles aprendam a gerir o seu dinheiro, vão com eles às compras, ensinam-lhes a realizar as tarefas domésticas, entre outros aspetos. A possibilidade de treinar estas competências permitir-lhes-á, em adulto, o desempenho dessas funções, nomeadamente, assegurar as despesas da habitação, gerir a rotina diária com o trabalho e a vida social.

Desta forma, no artigo 45º, nº1 da Lei 147/99, “*A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida*” (Assembleia da República, 1999). Assim sendo, compete aos profissionais criarem um projeto de acompanhamento adequado às necessidades, às especificidades de cada jovem e auxiliarem-no de modo que, no momento da saída da instituição, consiga adaptar-se a esta nova realidade e se integre com sucesso na sociedade. Para tal, os técnicos que acompanham o processo de acolhimento devem desenvolver um diagnóstico complexo, que abranja várias dimensões, nomeadamente, a nível pessoal, social, saúde, escolar, entre outras. Deste modo, importa refletir sobre o trabalho que as equipas técnicas têm junto deste grupo-alvo. De que forma conseguem promover estes “saberes”? Como

cativar a atenção e a participação dos jovens, com o intuito de serem também agentes de promoção dos seus direitos?

O trabalho desenvolvido pelos técnicos nas casas de acolhimento permite criar um projeto juntamente com o jovem, de forma a proporcionar as condições necessárias para um crescimento e desenvolvimento adequado. Para além disso, este trabalho tem de ir ao encontro das especificidades de cada jovem, não podendo existir uma prática de projeto estandardizado. Posto isto, cada projeto de autonomia deve ser individual, visto que, cada criança e jovem tem objetivos e necessidades diferentes, por esse motivo, deve ser um plano único e ajustável às mudanças. Assim, o “*projeto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros atores sociais, implicando fortemente com as crianças e jovens acolhidos e suas famílias, tendo como objetivo principal a sua desinstitucionalização segura*” (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, 2011, p. 104).

Ao falarmos do papel dos técnicos, é importante refletir sobre as regras de funcionamento que possam influenciar o crescimento e desenvolvimento das crianças e dos jovens, visto que devem promover um ambiente familiar. De acordo com o Manual “*Recomendações Técnicas para equipamentos sociais – lares de infância e juventude*”, desenvolvido pela Segurança Social, sabemos que estas casas de acolhimento devem proporcionar às crianças um acolhimento que seja semelhante a uma habitação familiar, bem como, proporcionar ações que visem a integração na sociedade, a nível escolar, social, profissional, entre outros (Social I. d., 2010). Como comprova o artigo nº53 nº1 da Lei 147/99, “*As casas de acolhimento são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade*” (Assembleia da República, 1999).

Assim, as casas de acolhimento são compostas por instalações, equipamentos e equipas de profissionais que conseguem garantir a satisfação das necessidades e bem-estar das crianças e jovens. De acordo com o artigo 3º da Lei 147/99, sabemos que estas instituições têm como principal objetivo proporcionar a aquisição de competências e integrá-los socialmente quer na sua própria família, quer na sociedade onde se inserem (Assembleia da República, 1999).

Importa referir que o trabalho desenvolvido pelas casas de acolhimento deve ser orientadas pelos princípios que defendem, sendo estes: a *individualização* e a *adequação*, ou seja, cada criança é um caso. Dito por outras palavras, devem direcionar a sua

intervenção tendo em conta as suas necessidades e a história de vida. Seguindo o terceiro princípio – *normalização*-, isto é, deve-se criar um ambiente e uma rotina semelhante a qualquer outra criança. Por fim, a *privacidade* (conforme o artigo 58º alínea c) da Lei 147/99) é outro princípio importante, visto que, é necessário respeitar a intimidade de cada criança/jovem e o seu próprio espaço.

Para além disso, tanto a criança como o jovem têm direitos que são importantes aquando do processo de acolhimento residencial. Desta forma, destaca-se o artigo 58º alínea b) da Lei 147/99, “*Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas*” (Assembleia da República, 1999). Quando a criança é acolhida, a equipa técnica e os profissionais que acompanham o grupo têm um papel muito importante no processo de crescimento e desenvolvimento de cada um deles. Assim, ao longo do acolhimento os técnicos devem, com cada um deles, planear um processo de autonomia para que possam promover o desenvolvimento das capacidades e competências exigidas na sociedade, tendo sempre em consideração a colmatação das dificuldades e das exigências que possam deparar na vida adulta.

Desta forma, importa salientar a importância das relações que os profissionais devem estabelecer com os jovens, na medida em que podem ser agentes de (re)socialização, tal como já foi abordado no ponto 1.1). Por conseguinte, Strecht afirma que os profissionais devem trabalhar “*numa perspetiva reconstrutiva e reparadora do funcionamento psicossocial destes adolescentes, que contenha, cuide e transforme. Para que crescer possa a ser possível*” (2003, p. 180). Deste modo, é importante que os técnicos consigam estabelecer uma relação de proximidade, através da escuta ativa e da empatia, de modo que o jovem confie nestes profissionais.

Através da criação de relação de proximidade, é importante estabelecer regras e desenvolver uma rotina, e proporcionar a cada um deles funções para que consigam adquirir a competência de responsabilidade. Desta forma, para além desta competência, é fundamental inculcar inclusive a autonomia, a liberdade, a independência e emancipação, de forma responsável de forma gradual. Assim, é pertinente definir estes conceitos, que se encontram presentes na Tabela 1.

**Tabela 1.** *Conceitos de autonomia, liberdade, independência e emancipação*

<b>Conceito</b>	<b>Definição</b>
Autonomia	<i>“Conjunto de (in)competências psicossociológicas transitórias ou premanentes, também servindo para aferir a condição global do sujeito face aos outros, numa ou em todas as dimensões da sua existência, independentemente da fase do seu ciclo de vida (...). A autonomia pode ser entendida como uma competência de um sujeito, ou seja, uma condição eminentemente subjetiva interior.”</i>
Liberdade	<i>“Capacidade de agir sem constrangimentos e com os recursos e o poder necessários para objetivar as intenções que motivam a ação em primeiro lugar (...) Constrói-se como propriedade primária da ação onde confluem as intenções e motivações, por um lado, e o conjunto de potenciais restrições e constrangimentos exteriores ao ator, por outro. (...). A liberdade situar-se-ia no espaço que vai do indivíduo e suas motivações ao exterior e aos potenciais constrangimentos à ação.”</i>
Independência	<i>“Que liberdade, tal como a independência, devem ser entendidas como condições favoráveis ao desenvolvimento das próprias motivações ao construir o espaço (maior ou menor) para o exercício das competências (por via da redução dos obstáculos à ação) que constituem os “ingredientes” da autonomia, daí a relação próxima entre os três conceitos.”</i>
Emancipação	<i>“Reconhece-se, portanto, que há no conceito de emancipação, para além da separação (relativa) do indivíduo da sua família de origem a que se refere o dilema da transição para a vida adulta, dimensões que remetem para a posição de maior ou menor subordinação do indivíduo no plano público e privado.”</i>

Fonte: (Pappámikail, 2013, pp. 119-121)

Desta forma, para os jovens conseguirem desenvolver determinadas competências, é necessário que os acolhimentos residenciais estabeleçam objetivos diários e semanais, suscite ou faça suscitar o interesse nas atividades e desenvolva a imaginação deste grupo-alvo. Importa referir que cada jovem terá o seu ritmo de aprendizagem, logo cabe a cada pessoa envolvente respeitar o tempo de cada um (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, 2011).

Importa ainda referir que cabe aos técnicos, ao longo do projeto de autonomia, encontrar soluções em conjunto com os jovens, para os incentivar e fomentar a sua formação, para que mais tarde possam ingressar no mercado de trabalho e progredir na sua carreira profissional, que inevitavelmente terá impacto nos seus rendimentos.

Como foi referido anteriormente, após o acolhimento residencial, alguns dos jovens regressam às suas famílias, dependendo das situações, ou então vivem sozinhos ou acompanhados com outras pessoas. Assim, na seguinte etapa desta dissertação será possível entender qual foi o caminho que cada um dos jovens/adultos entrevistados desenvolveram após a saída da casa de acolhimento.

Para além disso, importa ainda destacar os motivos que estão na base da cessação da medida de colocação. Segundo o Relatório CASA de 2019, num total de 986 jovens, o motivo que mais se destaca é cessarem a medida por vontade própria quando atingem a maioridade (com aproximadamente 65,4%), seguindo-se o motivo de cessação do acolhimento por decisão do “*tribunal pela não aplicação de medida de promoção e proteção subsequente*”, com um peso de aproximadamente 13,2% (Macedo, Silva, & Banhudo, 2020, p. 120).

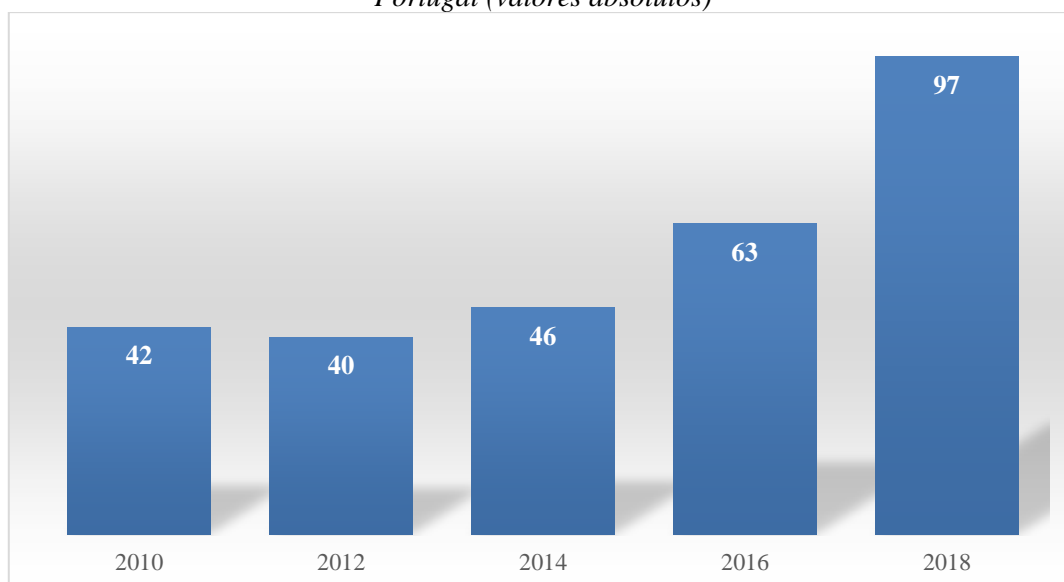
Outro aspeto importante refletir é os apoios para os jovens que terminam o seu processo de autonomia. Segundo o Relatório CASA de 2019, os recursos que foram mais solicitados para apoiar os jovens na sua reintegração foram: apoios económicos (com um peso aproximadamente de 61%); apoios de ação social (com um peso de aproximadamente de 60%) e apoio de centro/serviços de emprego ou formação profissional (com um peso de 45%) num total de 129 jovens (Macedo, Silva, & Banhudo, 2020, p. 125). Contudo, é uma avaliação importante para refletir, visto que, o percurso do jovem não termina quando sai da casa de acolhimento. É importante que haja um acompanhamento após a saída na medida em que, há um período de adaptação e existem certos desafios a superar.

Num total de 129 jovens, consegue-se retirar algumas conclusões pois mais de metade ainda necessitam de apoio principalmente a nível financeiro. Seria relevante acompanhar e analisar todos os jovens, ou sua maioria em cada ano, que saem dos acolhimentos residenciais, ao longo de um período de tempo, para entender qual foi o seu percurso e as suas dificuldades, bem como, os seus sucessos, para que a nível institucional, trabalhar nos projetos de vida de forma mais detalhada. Isto é, sabendo da existência de determinados desafios que têm após a saída da casa de acolhimento, a equipa juntamente com os jovens devem desenvolver mais recursos e parcerias para fazerem face aos obstáculos. É certo que, pode ser um objetivo bastante complexo e de extrema relevância, por esse mesmo facto, esta dissertação tem como finalidade dar voz a alguns jovens, para entender como foi/é a sua integração nesta nova fase da sua vida. É

impossível numa investigação destas estar com todos os jovens para desenvolver este estudo, contudo, pode lançar-se um desafio para que cada instituição consiga adaptar e melhorar as suas práticas em prol das crianças e dos jovens que forem acompanhando ao longo dos tempos.

Por fim, de acordo com o Relatório Casa de 2019, importa destacar a resposta dos apartamentos de autonomia, na medida em que há um aumento de jovens apoiados, tal como se pode verificar no Gráfico 5.

**Gráfico 5.** *Evolução do nº de jovens em apartamentos de autonomia entre 2010 e 2018, em Portugal (valores absolutos)*



**Fonte:** *Relatório Casa*, 2020, p.35.

Indo ao encontro da ideia apresentada no parágrafo anterior, os apartamentos de autonomia têm vindo a ganhar peso como medida de preparação para a autonomia. No ano de 2010, abrangiam 42 jovens. No ano de 2012, verificou-se uma pequena diminuição, mas, a partir desse ano, volta a registar-se um crescimento atingindo 97 jovens no ano de 2018. (Social I. d., 2020, p. 35)

Por fim, os jovens vão desenvolvendo nestes apartamentos as competências necessárias para a vida adulta autónoma. Certamente que esta resposta é de extrema relevância para que possam colocar em prática as aprendizagens requeridas nas casas de acolhimento residencial.

## Capítulo 2. Problema científico, objetivos, modelo analítico e metodologia de investigação

Este capítulo é dedicado à explicitação do problema em análise, dos objetivos da pesquisa bem como, das estratégias metodológicas para lhes dar resposta, mais concretamente a entrevista.

### 2.1. Problema e objetivos da pesquisa

Esta investigação tem como principal foco compreender como os jovens que estiveram institucionalizados caracterizam o seu processo de autonomização, dando enfoque aos desafios e obstáculos que enfrentam/enfrentaram e de que forma conseguiram superá-los. É, por isso, uma pesquisa que se centra na perspetiva dos jovens/adultos. Pretende-se que esta investigação seja uma ferramenta útil para os interventores que trabalham com estes jovens, de forma a aprofundar e inovar os seus projetos de autonomização. De forma a enriquecer este trabalho, desenvolveram-se, igualmente, entrevistas a técnicos que trabalham os projetos de autonomia juntamente com este grupo-alvo.

Assim, o objetivo geral desta investigação é “*Compreender os desafios que os jovens institucionalizados encontraram quando saíram da instituição*”.

Para além deste objetivo geral, a pesquisa assenta ainda nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar os percursos de acolhimento residencial: motivos que levaram ao acolhimento, existência de irmãos acolhidos e não acolhidos, número de situações de acolhimento, duração do acolhimento;
- Analisar e compreender, a partir da visão dos jovens, os modos de vida dentro da casa de acolhimento: rotinas, trabalho desenvolvido com vista à aquisição de competências para a vida, relação com as equipas de profissionais;
- Identificar os desafios que se colocaram aos jovens após o período do acolhimento residencial;
- Analisar os desafios atuais e compreender em que medida as aprendizagens na casa de acolhimento foram úteis para a vida adulta autónoma;

- Entender o papel dos interventores e como podem enriquecer e adequar as suas práticas de forma a capacitar os jovens para a sua autonomia e independência.

## **2.2. Método**

Antes de analisar o método utilizado nesta dissertação, é fulcral explicitar o significado do mesmo. Desta forma, este conceito é definido por ser o “(...) *caminho para chegar a um fim*” (Freixo, 2012, p. 85). Por outras palavras compreende-se como o “(...) *percurso do conhecimento e à busca da verdade*” (Freixo, 2012, p. 86). Através de diversos meios, procura-se descobrir a resposta a uma ou várias questões.

É possível explicitar que existem diversos tipos de métodos para se realizar uma investigação. Esta dissertação enquadra-se na investigação qualitativa já que não pretende quantificar nem generalizar. Assim, tendo por base as auscultações elaboradas aos jovens, segue-se a análise dos seus percursos de vida.

Para prosseguir uma investigação qualitativa, é necessário ter em consideração algumas etapas fundamentais para a sua concretização, tais como:

- Numa primeira fase, é imprescindível identificar o “*problema geral de investigação*” (Freixo, 2012, p. 177).
- De seguida, analisar os conceitos envolvidos no problema acima referido. Aliado a isto, no decorrer da investigação, importa selecionar a forma como será estudado o caso em si.
- Após essa decisão, os investigadores deverão escolher ou identificar onde estudar e quem, para que possam retirar informações importantes para a investigação.
- Por fim, será necessário elaborar questões através das quais permitem analisar e observar os problemas inicialmente colocados. (Freixo, 2012).

## **2.3. Procedimentos de recolha de dados: a entrevista**

Nas investigações qualitativas, segundo Freixo (2012) umas das técnicas de recolha de informação mais utilizada é a entrevista. A opção pela entrevista deve-se à própria natureza da pesquisa e aos seus objetivos: não é possível conhecer os percursos de vida dos jovens, os desafios enfrentados sem lhes dar a possibilidade de se expressarem sobre as diversas temáticas. Seguimos a visão de Kvale (1996) da entrevista enquanto

viagem que permite descobrir o mundo do outro e, simultaneamente, estar aberto à mudança.

Quanto ao tipo de entrevista, optou-se pela entrevista semiestruturada já que é aquela que permite um grau de flexibilidade adequado ao tema em análise: há um guia orientador mas com um grau de flexibilidade que permite ao investigador adequá-lo ao entrevistado: gerir a colocação das questões conforme o perfil do entrevistado, colocar questões adicionais ou não colocar questões que não se ajustem ao entrevistado. Este tipo de entrevista permite, ainda, captar informação adicional como, por exemplo, as expressões faciais.

Foram elaborados dois guões de entrevistas<sup>1</sup>: um direcionado para os jovens que estiveram institucionalizados e outro para técnicos que trabalham em acolhimentos residenciais. O guia direcionado aos jovens, para além de um ponto relativo a informação de caracterização sociodemográfica (idade; habilitações literárias; situação perante o trabalho e com quem vive) é composto pelos seguintes temas: o período da pré-institucionalização; o período da institucionalização e o período pós-institucionalização.

O tema da *pré-institucionalização* tinha como principal objetivo compreender qual ou quais os motivos que levaram a criança/ jovem a ser institucionalizado, com que idade é que iniciou esse processo, a duração e se sempre esteve ou não na mesma instituição. Considerou-se ainda importante averiguar, caso existam irmãos, se também foram institucionalizados e por que razão.

O tema relativo ao *período de institucionalização* tinha como principal objetivo entender qual a opinião do jovem em relação ao seu processo de institucionalização: como foi acolhido, o que sentiu quando entrou na instituição, como se desenvolveu a vida no acolhimento residencial (rotinas, relações com técnicos, relações com pares, relações com família, atividades desenvolvidas com vista à aquisição de competências para a vida e de preparação para a autonomização, entre outros aspetos).

Por fim, o tema relativo ao pós institucionalização (*o processo de saída da instituição*) engloba várias questões das quais destacamos as relacionadas com a identificação dos receios e/ou dificuldades sentidas na saída da instituição, tanto a nível escolar, profissional, como pessoal. Caso tenha havido permanência em apartamento de autonomia, procurou-se entender que tipo de competências o jovem teve possibilidade de

---

<sup>1</sup> Ver guia de entrevistas para jovens em Anexo 1 e guia de entrevista para técnicos em Anexo 2.

desenvolver durante esse período, bem como as dificuldades sentidas (como era feito o acompanhamento? Aspectos positivos e negativos de viver num apartamento de autonomia?). Importava igualmente compreender o percurso após a saída do apartamento de autonomia – desafios, dificuldades, aprendizagens, planos para o futuro, entre outros aspetos.

Quanto ao guião direcionado aos técnicos que trabalham com os jovens nos acolhimentos residenciais, mais propriamente nos LIJ's, procurou-se compreender sobretudo como são desenvolvidos os processos de autonomização. Deste modo, o guião de entrevista é composto por seis partes:

1. Caracterização académica e profissional (área de formação, especificamente formação na área, tempo de trabalho e funções exercidas);
2. Organização no acolhimento de crianças (conhecer os procedimentos usados no acolhimento das crianças e dos jovens quando chegam à instituição);
3. Trabalho desenvolvido com as crianças e jovens (nomeadamente em matéria de apoio escolar, de atividades desenvolvidas ao longo do ano nos diferentes períodos e acompanhamento após a saída; condições de promoção de um ambiente familiar));
4. Relação dos profissionais com crianças/jovens (importância do trabalho desenvolvido pelos técnicos, relações estabelecidas, desafios do trabalho);
5. Causas da institucionalização e relação com as famílias (caracterizar as causas da institucionalização, assim como, em conformidade com o trabalho desenvolvido junto das crianças e jovens, analisar o papel das famílias compreendendo se estão ou não presentes e ativas na vida dos mesmos);
6. Promoção da autonomia (explorar quais as atividades desenvolvidas para a promoção da autonomia; quais as aprendizagens significativas, e de que forma são desenvolvidas nos acolhimentos residenciais; caso estes tenham apartamentos de autonomia, importa saber de que forma é preparado o jovem para essa transição; que dificuldades sentem nessa fase).

#### **2.4. Participantes e processo de recolha**

A pesquisa contou com a participação de 7 entrevistados: 4 jovens entre os 18 até aos 35 anos, 3 profissionais que trabalham em LIJ's, lidando diretamente com jovens institucionalizados.

As entrevistas foram aplicadas a jovens que tiveram percursos de acolhimento residencial, mas que se encontram já em situação de autonomia. Foram contemplados jovens com idades superiores a 18 anos, identificados através das casas de acolhimento residencial. Foram entrevistados aqueles que se mostraram disponíveis para responder e solicitou-se a cada um a identificação de outro jovem (estratégia de bola de neve).

Quanto aos técnicos, estabeleceu-se contacto via email e telefónico com alguns acolhimentos residenciais e realizaram-se entrevistas aos que se disponibilizaram para tal.

No que concerne às entrevistas, foi dada a possibilidade a todos os entrevistados de escolherem o local para a realização das mesmas. Os espaços escolhidos foram adequados para o desenvolvimento das entrevistas, podendo ser caracterizadas como sendo sala de reuniões. Aquando do decorrer das entrevistas não houve qualquer tipo de dificuldade a apontar, caso houvesse alguma dúvida de ambas as partes havia sempre a possibilidade de esclarecer ou voltar a fazer a pergunta.

#### **2.5. Procedimentos de tratamento da informação**

Os materiais recolhidos foram tratados com recurso à análise de conteúdo qualitativa que “...permite a atribuição de significado aos dados organizados...” (Freixo, 2012, p. 180), podendo a sua representação ocorrer de diversas formas (excertos, grelhas, tabelas, etc.).

Após a realização das entrevistas, o tratamento da informação foi dividido em duas partes: primeiramente, procedeu-se à transcrição da gravação das entrevistas para um documento; depois procedeu-se à sua análise através da elaboração de grelhas de sinopse de acordo com os temas constantes do guião contendo excertos e análise teórica. A análise do material seguiu a proposta de Bardin (2018): primeiro a pré-análise com leitura dos materiais e sua organização, em seguida a exploração do material e, por fim, o tratamento dos dados.

## 2.6. Pressupostos éticos

Para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos são cada vez mais desenvolvidos mecanismos que têm como finalidade a proteção da identidade e dos dados pessoais. As políticas de privacidade são disso exemplo (Peixoto, 2017).

Na área de trabalho do assistente social, como noutras, cada profissional deve reger-se pela ética já definida, assim como conhecer o que significa a deontologia. Com isto pretende-se referir que existem regras/normas, bem como princípios que consistem em orientar as práticas, por forma a não colocar em causa as pessoas que são acompanhadas. Por Deontologia entende-se “(...) o conjunto de deveres exigidos aos profissionais, uma ética de obrigações para consigo próprio, com os outros e com a comunidade (...)” (Henríquez, et al., 2001, p. 52).

Para a concretização do presente trabalho, foi fundamental a elaboração de um consentimento informado<sup>2</sup> explicitando a pesquisa e todos os procedimentos que seriam seguidos. Todos os entrevistados participantes na pesquisa assinaram o consentimento informado.

Para além da obtenção do consentimento informado, é preciso garantir a confidencialidade e o anonimato. Assim, mesmo que uma pessoa aceite, de uma forma voluntária, partilhar a sua vida, dever ver respeitado o seu desejo de não divulgação da sua identidade. Como refere Peixoto (2017) a “(...) necessidade de garantir o anonimato e da precaução em relação ao dano ou ao dolo, tem especificamente a ver com a privacidade e com a confidencialidade” (Peixoto, 2017, p. 157). Este último conceito para o mesmo autor pode ser definido tendo por base principalmente com (...) “o princípio da precaução que alerta para a vicissitude das mudanças a que estão sujeitas as realidades sociais” (Peixoto, 2017, p. 157).

Ao longo desta pesquisa foram entrevistados jovens com percursos de institucionalização e técnicos, tendo sido as entrevistas gravadas com o seu consentimento. Na transcrição, análise e apresentação dos resultados procurou garantir-se esse anonimato, nunca publicando qualquer dado ou informação que permitisse a identificação do entrevistado. Para além disso, os entrevistados foram informados de que poderiam não responder a algumas questões, se assim entendessem, e que poderiam solicitar a paragem da gravação quando considerassem necessário. Saliente-se, ainda, que

---

<sup>2</sup> Ver modelo de consentimento informado em Anexo 3.

os participantes numa pesquisa têm o direito de obter o feedback dos resultados da investigação, podendo também modificar algum dado ou informação que deram.

Quanto às consequências da participação, ao longo das entrevistas destacou-se a relevância e a importância dos testemunhos dos jovens, visto que é através das suas experiências, opiniões que se pode fazer a diferença, por exemplo, contribuindo para melhorar os projetos de autonomia das crianças e dos jovens que ainda estejam institucionalizadas. Assim, este tipo de investigações pode contribuir para a criação de novos projetos de apoio e reformular ou adaptar a forma como são desenvolvidos os projetos de autonomia nos acolhimentos residenciais. Para tal, aumentar a participação dos jovens nestes estudos pode ser considerado como o objetivo a concretizar a longo prazo na medida em que devem e podem, juntamente com os acolhimentos residenciais, promover uma adaptação mais bem-sucedida.

No que concerne a participação dos técnicos, pode destacar-se como mais-valia a possibilidade de refletir sobre as práticas e, deste modo, reforçar aquilo que é desenvolvido com sucesso e melhorar as que precisam de ser melhoradas.

## **Parte 3. Autonomização de jovens em casas de acolhimento: análise de dados**

Este terceiro capítulo estará dividido em duas partes principais: análise e discussão dos resultados obtidos por via das entrevistas aos jovens; análise e discussão das entrevistas aos técnicos/profissionais que trabalham diretamente com as crianças e jovens em casas de acolhimento residencial.

### **3.1. Jovens – percursos e desafios**

Neste subponto, como referido, são abordadas as entrevistas aos jovens. Os dados serão analisados em 6 pontos: dados sociodemográficos; processo de acolhimento residencial; processo de autonomia; apartamento de autonomia; processo de saída e vida autónoma e, por fim, aspetos a melhorar.

#### ***3.1.1 Caracterização sociodemográfica dos/das jovens entrevistados/as***

Tal como foi referido anteriormente, o grupo de jovens entrevistados é composto por quatro elementos com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos de idade que, durante a sua infância e juventude, integraram nos acolhimentos residenciais.

De uma forma resumida, importa destacar que as entrevistas foram desenvolvidas com o intuito de perceber quais os desafios que tiveram aquando da saída do acolhimento residencial e ao longo do seu percurso. Para além disso, importa compreender se os jovens que ainda permanecem nas casas de acolhimento ou apartamentos de autonomia sentem algum receio e o que é que esperam pela nova etapa das suas vidas. Com isto pretende-se referir que interessa entender o que estes pensam sobre a autonomia e que importância atribuem ao desenvolvimento de competências para uma vida adulta independente e autónoma.

Assim, ao longo das entrevistas foi possível perceber todo o percurso dos jovens nos acolhimentos residenciais, desde os motivos que levaram à sua institucionalização, às atividades que desenvolviam, quais as rotinas, que acompanhamentos tinham até à criação do projeto de autonomia. Por fim, os jovens avaliaram como foi a saída do acolhimento residencial fazendo um balanço de todo este percurso.

**Tabela 2.** Caracterização sociodemográfica dos jovens entrevistados

Jovens	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Condição perante o trabalho	Com quem vive
A	Masculino	18	11º ano	Estudante	Instituição
B	Masculino	24	Licenciatura	Estudante	Apartamento de autonomia
C	Feminino	25	CETESP (Nível 5)	Trabalhadora por conta de outrem (ajudante de ação direta – full-time)	Companheira
D	Feminino	21	12º ano	Trabalhadora por conta de outrem – dois trabalhos em part-time	Companheiro e mãe do companheiro

**Fonte:** Construída a partir das entrevistas realizadas aos jovens

Como se pode observar na tabela 2, no total de quatro entrevistados, dois são do sexo masculino e dois são do sexo feminino, com idades compreendidas entre um mínimo de 18 anos e um máximo de 25 anos e uma média de idades de 22 anos. Dois dos entrevistados – os de sexo masculino - ainda estão a estudar e outros dois elementos – os de sexo feminino - estão integrados no mercado de trabalho. Podemos referir que nenhum dos entrevistados está integrado na família de origem após a saída da instituição.

### 3.1.2 Processo de acolhimento residencial

Em relação ao processo de acolhimento residencial, e de acordo com os dados constantes na tabela 3, todos os jovens integraram casas de acolhimento, tendo a jovem D estado em duas. As idades de acolhimento são variadas: o jovem C foi aquele cuja integração em casa de acolhimento ocorreu mais precocemente – com 2 anos de idade e a jovem C aquela que foi integrada mais tarde, com 14 anos.

**Tabela 3.** Processo de acolhimento residencial

Jovens	Nº de instituições onde esteve acolhido	Irmãos em casas de acolhimento	Idade de entrada na casa de acolhimento	Motivo do acolhimento residencial
A	1	3	9	Falta de condições
B	1	5	2	Negligência
C	1	0	14	Negligência
D	2	1	6 (na 1ª) 14 (na 2ª)	Negligência Maus-tratos Direito à educação

**Fonte:** Construída a partir das entrevistas realizadas aos jovens

Apenas um jovem (filha única) não tem irmãos em casas de acolhimento. Todos os restantes têm irmãos que passaram pelo mesmo processo. Quanto aos motivos que levaram ao acolhimento, destaca-se a negligência como causa mais comum:

*“o meu pai e a minha mãe terem consumos excessivos de álcool e porque prontos, não havia os cuidados mínimos de higiene e de cuidados, sim, basicamente foi por negligência, assim nos campos do acompanhamento, nunca por maus-tratos” (Jovem B)*

*“foi principalmente lacunas familiares e alguns problemas familiares não tinha grande retaguarda” (Jovem C)*

*“Por causa dos meus pais...o meu pai era agressivo com a minha mãe, eu não ia a escola e pronto, maus-tratos, não havia condições” (Jovem D)*

Há ainda um jovem que refere, de modo mais geral, a ausência de condições da família:

*“falta de condições” (Jovem A)*

Quanto à duração do período de acolhimento nos acolhimentos residenciais (cf. Tabela 4), destaca-se que há um jovem que ainda permanece no acolhimento residencial e um outro que se encontra em apartamento de autonomia. As duas entrevistadas já saíram dos acolhimentos residenciais e não estão em apartamento de autonomia.

**Tabela 4.** *Duração do período de acolhimento residencial*

Jovens	Idade com que saiu da instituição	Duração do acolhimento	Apartamento de autonomia
<b>A</b>	Continua na instituição	-----	Não
<b>B</b>	24	22 anos	Está em apartamento de autonomia
<b>C</b>	23	9 anos	Esteve em apartamento de autonomia entre 2 a 3 anos
<b>D</b>	19	13 anos	Não

**Fonte:** Construída a partir das entrevistas realizadas aos jovens

Desta forma, o Jovem A continua na instituição, estando institucionalizado há 9 anos. O jovem B esteve institucionalizado 22 anos, encontrando-se em apartamento de autonomia que pertence ao acolhimento residencial onde esteve institucionalizado. De seguida, olhando para o percurso da Jovem C, entrou para o acolhimento residencial aos 14 anos e saiu do apartamento de autonomia aos 23 anos de idade tendo estado institucionalizada 9 anos. Por fim, a Jovem D esteve desde os 6 anos até aos 19 anos institucionalizada, pelo que conta como 13 anos na instituição. De um modo geral, e em média, os jovens estão/estiveram institucionalizados cerca de 13 anos, o que significa, que toda a fase da adolescência foi passada na instituição.

Ao longo do processo de acolhimento, tal como foi analisado no capítulo anterior, sabemos que os jovens devem munir-se de competências e de capacidades que lhes permitem ser, aquando da sua saída, um adulto autónomo e independente. Assim, compete aos acolhimentos residenciais criarem um projeto, juntamente com cada um dos jovens, de forma a promoverem atividades que visam o desenvolvimento psicológico, social e emocional. Não obstante, o sentido de responsabilidade também deve fazer parte deste projeto para além da criação de rotinas, visto que, permitirá à criança ou ao jovem cumprir com os horários e os compromissos. De seguida através de um excerto conseguimos entender como era a rotina e o dia-a-dia de um dos jovens entrevistados, dando ênfase, principalmente, ao elemento da comunicação, ou seja, a importância de haver comunicação entre todos os elementos do lar.

*“então até ao 7º ano íamos sempre para a cama imagina, nós tínhamos por hábito comer às 19 horas, porque isto depende de casa para casa, na minha entre as 19 e as 19h30 tínhamos de começar a refeição, por volta das 20h30 era o momento do dia que toda a gente falava à mesa, comunicavam todos uns com os outros, como é que correu como é que não correu, hum, tínhamos onde, mesmo quando havia alguém que com resistência era lhes muito incutido que houvesse abertura para com todos, para que houvesse o sentido de proteção uns dos outros, para que o meu problema não fosse só o meu problema.” (Jovem B)*

Podemos pensar nas práticas a serem desenvolvidas nas casas de acolhimento residencial, bem como nas características que devem ter (quer a nível estrutural quer a

nível do próprio local onde se inserem) de modo a promoverem a saúde, o bem-estar, a qualidade de vida e os direitos das crianças e dos jovens que nelas estejam integrados. Desta forma, destaca-se a importância de avaliar todos os recursos possíveis para concretizar os objetivos e as missões a que se propõem (Alberto, 2021).

Destaca-se, assim, que tudo se encontra interligado, isto é, as ações, as pessoas envolvidas, as entidades competentes, as normas e as próprias crianças e jovens, conseguem influenciar o rumo dos projetos de vida. Cabe a todos os responsáveis gerirem as situações com o intuito de promover uma maior integração dos jovens na sociedade tendo por base as necessidades e as especificidades de cada um.

Para Alberto “(...) o envolvimento das C/J em tomadas de decisão ajuda ainda a consolidar a dimensão securizante e afetiva do contexto, na medida em que se sentem valorizados, acarinhados” (p. 154, 2021). São várias as estratégias que se podem desenvolver para envolver as crianças no dia-a-dia na instituição. Uma dessas estratégias é chamá-las a participar na definição e criação de atividades e ações que vão de encontro aos seus interesses e às suas particularidades. De acordo com o Manual de Boas Práticas (2011), as casas de acolhimento devem orientar as ações tendo por base um conjunto de princípios. Desta forma, deve reforçar-se a ideia da individualidade visto que cada jovem é diferente dos outros. Com isto, pretende-se refletir sobre a importância dos projetos centralizados em cada um deles, visto que as necessidades, as prioridades e os objetivos de cada um são diferentes. Pode haver atividades pensadas para o grupo, mas os profissionais que trabalham com estes jovens devem ter sempre em mente que cada jovem é único, tem os seus gostos, os seus interesses, a sua visão, as suas metas estipuladas (quer a nível pessoal quer a nível profissional) e, desta forma, pode-se tentar encontrar ações que facilitem o desenvolvimento de cada um deles.

O Manual de Boas Práticas (2011) refere, igualmente, que é necessário promover uma “Inclusão Comunitária” ou seja, “A estrutura residencial deve promover e facilitar a participação das crianças ou jovens em actividades exteriores à estrutura residencial” (p.116). Podemos dar exemplos que consiga concretizar o que é solicitado aos acolhimentos residenciais, sendo estas: a prática de um desporto, atividades extra-curriculares, atividades desenvolvidas em conjunto com outros acolhimentos residenciais, entre outros. A realização das atividades fora do acolhimento residencial é fundamental pois a criança e o jovem devem ter contacto com o mundo real, isto é, não

devem ter apenas como realidade o mundo que vivem na instituição. Importa, por isso, que não se crie apenas a rotina: casa-escola, escola-casa.

Assim, através das entrevistas, foi possível identificar alguns exemplos de atividades que foram promovidas pelos acolhimentos residenciais, quer em tempo letivo, quer nas férias. Os relatos seguintes retratam o dia-a-dia dos jovens na casa de acolhimento:

*“(...) alguém acorda-nos e depois vamos para a escola, vimos, quem sai tarde não tem assim muito apoio para estudar. Mas quem sai cedo tem aquele horário para estudar. Mas quando há tardes livres claro que há sempre horário para estudar e pronto é isso” (...) “íamos para a piscina, íamos para a praia mas tínhamos atividades tipo campeonato de jogos tradicionais, esse tipo de atividades” (Jovem A)*

*“Às vezes havia do género campos de férias, ou várias atividades promovidas pela junta de freguesia e hum, nós por norma participávamos, era de opção também das meninas quem queria participar ia participar, quem não queria ficava no lar e ajudava sempre nas tarefas e havia também consoante o comportamento, se fosse um bom comportamento e afins, hum, as meninas costumavam, ter horas de saída, por exemplo quem tivesse um comportamento exemplar tinha 4 horas para sair e ir onde quisesse e voltar por dia, se não fosse um comportamento assim tão exemplar as horas iam diminuindo” (Jovem C)*

*“Chegávamos às vezes se tivéssemos tempo lanchávamos, preparávamos as coisas para a escola íamos a lavandaria, tomar o duche, o jantar, tínhamos tarefas da cozinha, se às vezes quiséssemos ficávamos no salão outras vezes já íamos para a cama (...) íamos passear, por exemplo, íamos às vezes a Espanha, uma vez, ou íamos à Serra da Estrela, passeamos para outros sítios, fazíamos atividades com outras instituições, fazíamos aqui atividades com outras pessoas que vinham, organizavam festas, assim. (...) organizavam atividades como sempre e depois íamos para X (local) que é uma casa que tínhamos lá e íamos lá durante duas semanas de férias.” (Jovem D)*

Não menos importante revelou-se ser o saber qual o papel que as famílias dos jovens desempenharam nas suas vidas? Tiveram um papel ativo no seu crescimento independentemente de estarem em situação de acolhimento residencial? Existiram, ou não, visitas por parte de amigos, professores, familiares ou pessoas significativas? Existe a possibilidade de regressarem a casa? Para além de desenvolver projetos de vida com os jovens, o acolhimento residencial faz algum trabalho com as famílias? Para além disso, de que forma podem promover os direitos das crianças no seio familiar? São questões que ajudam a refletir no trabalho que pode e deve ser desenvolvido nos acolhimentos residenciais.

Para além de todas as atividades que podem envolver a participação dos jovens, foi importante entender se ao longo dos seus percursos nos acolhimentos residenciais tinham visitas de familiares, amigos, professores ou outras pessoas significativas. Desta forma, destacamos que todos tinham visitas, quer de famílias, quer de amigos. De facto, manter o contacto e fomentar as relações com a rede de suporte é muito importante na manutenção da própria identidade da criança ou do jovem. Os relatos seguintes demonstram que tinham visitas:

*“No início tive sim, e hum, mas depois entretanto com o falecimento da minha mãe deixei de ter grande contacto com a minha família, só tinha mesmo com os tios meus em segundo grau.” (Jovem C)*

*“Tinha de amigos eles podiam vir se nós pedíssemos eles deixavam com regras claro e tínhamos também dos nossos pais contudo autorizado pelo tribunal e tudo deixavam” (Jovem D)*

Sendo as casas de acolhimento residencial espaços que vão, em boa medida, substituir as famílias, é fundamental compreender como foram desenvolvidas as relações, não só com a equipa de profissionais, mas também com as outras crianças. Que imagem ou o sentimento tiveram nos primeiros dias do acolhimento? Como foram acolhidos pelas restantes crianças e jovens e pelos profissionais? Foram algumas questões a que procuramos ter resposta.

Todos os entrevistados referiram que foram bem acolhidos por parte das outras crianças que já estavam integradas na casa de acolhimento. Para além disso, referiram

que também foram bem rececionados por parte da equipa técnica. Pode-se exemplificar esta ideia com o seguinte excerto:

*“Cheguei lá, apresentaram-me a casa, apresentaram-me aos colegas, hum, e prontos (...) fui bem acolhido por acaso” (Jovem A)*

Contudo os primeiros dias ficaram registados com alguma tristeza, angustia, receios, entre outros. Os seguintes relatos dos jovens são relativos à forma como foram acolhidos e os sentimentos que tiveram nos primeiros dias após a entrada na casa de acolhimento:

*“hum, senti-me triste, naquele tempo também era criança e não entendia muito bem o porquê de, prontos, de ir para a instituição. Mas, claro que percebia que, que não estávamos bem e que havia falta de condições e prontos, mas claro que me sentia triste, sentia-me angustiado e com vontade de chorar, pronto este tipo de coisas que acho que é normal”(Jovem A)*

*“foi estranho não te sei dizer, era tipo, tive que me adaptar a um novo mundo com regras, com gente nova para conhecer era muito coisa, coisa que eu não tinha, era entre aspas livre, não é que aqui não fosse mas havia regras tal como em nossa casa” (Jovem D)*

Mesmo que considerem ter sido bem acolhidos, importa refletir sobre o impacto que teve, na sua vida, a entrada numa instituição, ou seja, o que sentiram? Assim, é importante deixar alguns excertos que demonstrem como estes jovens se sentiram após deixarem o seu lar. Este ponto serve para refletirmos de que forma podemos acolher as crianças e os jovens de forma a diminuir o grande impacto desta mudança. Qual é a melhor maneira de trabalhar este acontecimento após estarem expostas a sinais de risco e de perigo junto das suas famílias?

*“na altura é sempre aquele impacto porque nos estamos bem ou mal, estamos no nosso seio familiar não é, e de repente ir para uma instituição onde tem muitas pessoas, nos na altura quando eu entrei eramos cerca de 20 meninas é tudo gente nova, tudo, e depois temos de dividir quarto não estamos no nosso*

*quarto sozinhas, não temos aquela... como é que hei de dizer, não é independência mas aquela privacidade não é, e ainda por cima eu que era filha única, tinha um quarto só para mim de repente vou dividir quarto com outras pessoas e, foi um bocadinho choque por assim dizer, depois de estar em contacto com as técnicas que eram pessoas estranhas para mim também não foi muito fácil de gerir, então no início eu era mais ou menos um bichinho do mato por assim dizer, estava muito resguardada, não queria abrir muito com as pessoas estranhas e hum, no início foi um bocadinho difícil a integração, mas depois com o tempo a habituação as pessoas e hum a convivência fui-me habituando” (Jovem C)*

*“foi estranho não te sei dizer, era tipo, tive que me adaptar a um novo mundo com regras, com gente nova para conhecer era muito coisa, coisa que eu não tinha, era entre aspas livre, não é que aqui não fosse, mas havia regras tal como em nossa casa.” (Jovem D)*

Ao longo das entrevistas questionou-se aos jovens se tinham algum lugar na casa de acolhimento residencial que fosse da responsabilidade deles, isto é, algum espaço que seja deles, que o possam decorar e ter os seus pertences. Deste modo, podemos referir que todos os entrevistados tinham a possibilidade de terem os seus objetos pessoais, tal como se pode verificar nos excertos seguintes:

*“(...) dividia com mais miúdos, da minha idade (...) “5 a contar comigo (...) mas se tivesse fotos elas arranjavam assim qualquer coisa no quarto que pudesse montar lá foto (...) sim, guardava no meu armário, temos chaves e prontos” (Jovem A)*

*“dependia dos quartos, nos tínhamos quartos duplos, triplos e havia um quarto com 4 meninas. Eu inicialmente fui para um quarto de duas, depois até tive a dividir um quarto triplo (...) era uma mesinha de cabeceira para mim e um armário para mim, se eu quisesse eventualmente colar alguma coisa na parede do meu lado da cama podia fazê-lo” (Jovem C)*

*“partilhava com mais duas meninas (...) sim nós tínhamos sempre o nosso espacinho e depois começámos a decorar os nossos quartos” (Jovem D)*

Tal como é referido no Manual de Boas Práticas (2011) o ambiente que existe nos acolhimentos residenciais deve ser o mais acolhedor possível. Não se pode deixar de pensar no que sente aquela criança/jovem aquando da sua chegada a um sítio desconhecido com pessoas que não conhece após ter passado por momentos de tristeza, angústia e medo. Assim, de acordo com o Manual de Boas Práticas (2011), sabe-se que “o acolhimento na estrutura residencial deve ter em atenção os riscos que importa minimizar, como os de perda de vínculo afetivo, perda de identidade, desenraizamento, receio da mudança, tendência a rejeitar a integração, auto-culpabilização ou sensação de estar a sofrer uma punição” (p.111). Para além disso, “a pessoa responsável pelas admissões deve receber pessoalmente a criança ou jovem, num espaço próprio para o efeito, confortável, sem a interferência de terceiros ou a perturbação de entradas de pessoas ou toques de telefones, e com a disponibilidade total (...) (p.111). Destacamos que os profissionais devem estar centralizados no acolhimento da criança, ajudando-a integrar-se de forma segura e tranquila. Existem várias estratégias para a promoção do bem-estar e da integração da criança, como por exemplo acompanhá-la na visita à casa e deixá-la escolher o seu novo espaço. Contudo, pode ser uma ação difícil de ser aplicada pelo facto de haver um grande número de crianças e jovens nos acolhimentos residenciais e também pelo facto de haver poucos quartos para ajudar a promover esta estratégia.

A própria receção dos mesmos tanto por parte dos profissionais como das restantes crianças deve ter em conta o carinho, o conforto e principalmente o apoio, uma vez que são dias que ficam marcados para sempre na vida destas crianças: do ambiente familiar e do seu próprio espaço passam para um acolhimento residencial com um espaço partilhado com outras crianças que desconhecem. Estes pormenores vão facilitar a integração dos mesmos na sua “nova casa”. Não obstante tal como foi referido anteriormente, os profissionais devem ter em conta a personalidade e a identidade da criança.

Com esta afirmação pretende-se realçar a questão feita aos entrevistados: “*Tinha um quarto só para si ou partilhava com outros? Podia decorá-lo ao seu gosto?*”. Um dos princípios que as casas de acolhimento devem ter em conta trata-se da privacidade das crianças e dos jovens. Desta forma, tentou-se entender se os entrevistados tinham um quarto só para eles ou se partilhavam com mais pessoas. Para além disso, insistindo no conceito da identidade própria, a importância dos jovens continuarem a ter os seus objetos

peçoais, os seus pertences e ter um espaço que só a eles dizem respeito, é de facto bastante importante uma vez que representa a sua história de vida.

Com os excertos expostos anteriormente, percebe-se que, embora tendo de partilhar o quarto com outras crianças, todos tinham um espaço para ter os seus objetos pessoais e ao longo do tempo podiam decorar os seus quartos a gosto. Respeitar o espaço das crianças e dos jovens pode levá-los a promover a responsabilidade de tratarem dos seus objetos pessoais e do seu espaço.

### **3.1.3 Processos de autonomia**

As crianças acolhidas não poderão permanecer na casa de acolhimento por toda a vida, pelo que cabe à instituição, enquanto responsável pela socialização, garantir que aquelas são preparadas para serem autónomas. Através das entrevistas conseguiu-se identificar quais as atividades que os jovens desenvolviam e que estavam intrinsecamente ligados ao seu projeto de autonomia.

*“(...) a partir dos 14/15 era mais por aí, aí sim, já tínhamos um dia por semana destinado para fazermos nos o arrumar da cozinha, aos fins de semana ficávamos responsáveis pelo nosso quarto já de forma completamente autónoma na sua higienização e tudo mais, e hum, a dinâmica da casa funcionava assim mais ou menos desta forma, depois pronto, a minha mãe social, mas isto depende depois de casa para casa, não é um modelo da instituição, não era assim, agora sim já é, hum nós, ela incutiu na participação da elaboração da ementa da casa por exemplo, do confeccionar mesmo das refeições e já íamos participando a partir dos 14/15 anos já íamos, ela já nos convidada a fazer isso, para nós também aprendermos às vezes o ver já é uma forma de aprendizagem, ela defendia muito isso então nós, nem que fosse para estar com ela na cozinha enquanto ela fazia as refeições para nos irmos aprendendo” (Jovem B)*

*“As atividades da escola, o horário da escola era fora, então hum, quem andava na mesma escola às vezes íamos juntas de autocarro e assim porque não era logo à porta de casa e então tínhamos que apanhar um autocarro até à escola, depois chegávamos era fazer as nossas higenes ou as nossas tarefas ou arrumar o quarto ou assim, às vezes até costumávamos ir para a cozinha,*

*para pôr a mesa, quando somos assim entre os 14-17, não costumamos ajudar muito na cozinha, mas a partir de uma certa altura quando as técnicas percebem que nós já temos alguma autonomia deixam-nos ir para a cozinha ajudar mesmo na confeção da alimentação e pronto era assim mais ou menos o dia-a-dia da semana. No fim-de-semana tínhamos as tarefas divididas por nós todas, da limpeza do lar até à cozinha e íamos fazendo.” (Jovem C)*

*“Sim, tínhamos era que quem estava no grupo de autonomia tinha tarefas por exemplo às vezes cozinhávamos por exemplo eu era ao sábado, ao sábado era eu de manhã havia um dia que íamos para a lavandaria tínhamos que passar a nossa roupa a ferro para aprender, tínhamos de saber as máquinas e tudo.” (Jovem D)*

*“(…) nós os de autonomia mesmo têm reuniões semanais com os de pré autonomia, somos tipo, é como se fossemos mentores ... é uma coisa fixe, sempre que possível ter um mentor que seja o jovem, alguém mais avançado na fase da autonomia (...)” (Jovem B)*

Como podemos ver através dos excertos anteriores, as tarefas domésticas são uma das atividades que fazem parte do processo de autonomia dos jovens. De facto, na vida adulta o jovem terá à sua responsabilidade a organização do seu quarto, as limpezas (quer do espaço, quer dos seus pertences) e, ainda, a confeção dos alimentos. Assim, a prática destas tarefas no acolhimento residencial é uma mais-valia para cada um deles. De acordo com o Manual de Boas Práticas (2011) *“Esta participação das crianças e jovens nas atividades domésticas da estrutura residencial deve ter por objetivos a aprendizagem das referidas tarefas, no sentido da preparação para a autonomia, a participação ativa na vida da estrutura residencial, mas também, tanto quanto possível, a perceção do que o bem-estar de todos se constrói com a colaboração de cada um (...)” (p.138).*

Contudo, importa referir que não são apenas as tarefas domésticas que devem ser desenvolvidas com vista à promoção do processo de autonomia. Nas entrevistas elaboradas foi possível entender que existem várias atividades, regras, tarefas que cada um deles vai desenvolvendo. Em primeiro lugar, o estabelecimento de horários, quer em tempo letivo, quer em tempo de férias: existe um momento para acordar, para ir para a

escola, chegar à instituição, lanchar, fazer os trabalhos de casa, deitar, acordar, entre outras tarefas.

Aos fins-de-semana alguns jovens iam a casa dos familiares e os outros, para além das tarefas de gestão da vida doméstica, podiam desenvolver outras atividades como, por exemplo, passear. Para além disso, foi referido que existiam regras que deviam cumprir. Por exemplo, quando queriam sair ao fim de semana deviam ter um comportamento exemplar, cumprir com os horários estipulados para puderem sair, avisar os técnicos caso queiram sair, entre outros exemplos. Estas situações também fazem parte do processo de autonomia. Inculcar a responsabilidade nos jovens pode ser feita de diversas maneiras.

Para conquistar algo é necessário trabalhar. Podemos pensar nas recompensas, quando um jovem tem um bom aproveitamento escolar. Isto quer dizer que o seu esforço foi valorizado, logo terá um benefício. Caso haja comportamentos menos ajustados estes devem ser chamados à atenção.

O próximo excerto demonstra uma das possíveis maneiras de como envolver a participação dos jovens ao longo dos seus projetos de autonomia. O facto de haver espaço para a comunicação entre todos pode criar momentos de entajuda, entre outros aspetos. Para além disso, dá a liberdade ao jovem de se expressar e comunicar, quer verbalmente, quer através da escrita.

*“temos assembleia gerais quando nós participamos, hum, é promovido sempre pela equipa técnica, mas é um espaço de partilha sem filtros eu se estiver completamente irritado, vou demonstrar irritado, não há pressões nesse sentido e pronto. Mesmo que quem não se sinta a vontade tem uma caixinha para por as ideias” (Jovem B)*

Tal como foi referido anteriormente, estes jovens passaram a sua adolescência na instituição, pelo que seria relevante identificar se houve ou não figuras de referência para cada um deles. Como referem Mota & Matos, *“A capacidade para fazer face às dificuldades depende de um considerável número de variáveis, como a idade das C/J, os motivos inerentes à retirada do seio familiar, entre outros aspetos contextuais, antes e depois da transição, mas sobretudo da (des)estruturação interna que as C/J foram construindo ao longo da sua relação com as figuras significativas de afeto (...) relações de qualidade com figuras significativas de afeto na vida das C/J em acolhimento*

*residencial podem fazer a diferença*” (2021, p. 71). Assim, qual seria a importância das figuras de referência? Que papel podem desempenhar junto dos mesmos? Para cada um deles, houve alguma pessoa que se destacou ao longo do seu crescimento e desenvolvimento? Será que esta pessoa pode estar incluída na sua rede de relações? Como se pode constatar nos excertos a seguir apresentados, essas figuras existiram:

*“(...) quando apresentava aos meus amigos à minha mãe é aquela, a mãe social, que eu apresento porque será essa a minha referência (...) (Jovem B)*

*“tive uma relação boa com as técnicas, qualquer coisa que eu precisasse podia falar com elas seja a minha gestora de caso ou não, porque haviam várias não é? (...) a minha técnica ofereceu-se mas eu disse que queria procurar sozinha, mas ela ofereceu-se e às vezes por whatsapp mandava-me um link do género olha este quarto, não sei quê e eu ia vendo mas eu é que decidi que ia procurar sozinha.” (Jovem C)*

*“Mas a pessoa mais importante que sempre me ajudou e sempre esteve ali sempre que eu lhe ligava estava onde estivesse foi a Dra. X (refere o nome da técnica)” (Jovem D)*

O facto de os jovens conseguirem contar com o apoio dos profissionais mesmo após a saída do acolhimento residencial pode contribuir para a autoconfiança e estabilidade uma vez que sabem que podem contar com alguém. De qualquer forma, os próprios jovens admitem que só procuram esse apoio em último caso e que, sempre que possível, a prioridade é procurar resolver os problemas sozinho. O facto de ouvirmos isso também demonstra que eles têm autoconfiança e querem arriscar face aos desafios que enfrentam e que representam, com frequência, situações que nunca vivenciaram.

Esta forma de encarar os desafios só acontece porque estão reunidas algumas condições. Em primeiro lugar a relação que estes jovens conseguiram desenvolver com os profissionais que representam figuras de referência. Para além disso, as próprias características do ambiente em que se encontram e do modo como os acolhimentos residenciais estão organizadas e funcionam, nomeadamente no que concerne à promoção da realização de diversas atividades fora do contexto institucional e que contribuem para o desenvolvimento da autoconfiança e do bem-estar das crianças e dos jovens. Sendo

importante entender como o contacto com outras realidades, conhecimentos e saberes podem influenciar a vida destes jovens, foi-lhes colocada essa questão. O excerto seguinte é ilustrativo da importância desse contacto:

*“eu fui mentor num programa de outro miúdo de outra instituição (...) porque também já tinha bases de um outro projeto que a instituição hum, tinha através de outra entidade”* (elaboração de currículo) (Jovem B)

O contacto com o mundo exterior pode ajudar estes jovens a entender que existem outras realidades. Para Alberto *“O contacto e a interação com a comunidade é fulcral para o desenvolvimento de competências sociais, para o acesso a várias experiências (desportivas, culturais, recreativas) e serviços, e para a construção da rede social e informal”* (p.157, 2021). O facto de os jovens lidarem com outras pessoas e outras realidades faz com que consigam abrir os seus horizontes. A título de exemplo, quando se conhece pessoas novas, normalmente podemos comunicar com elas de forma a perceber quem é, isto pode fazer com que se consiga desenvolver a competência da comunicação e da atenção. Existem uma série de vantagens quando há relações entre os acolhimentos residenciais, projetos desenvolvidos por outras entidades e que requerem a participação de novos grupos.

### **3.1.4 Processo de saída e vida autónoma**

Trabalhar no processo de saída requer que se desenvolvam competências ainda no percurso de autonomia dos jovens ou até nos apartamentos de autonomia. São etapas pelas quais os jovens têm de passar. Que ações e desafios podemos lançar aos jovens para que estes consigam desenvolver as suas capacidades?

De acordo com Oliveira, *“Num sentido lato, as competências sociais e pessoais aparecem como um conjunto de ações, atitudes e pensamentos que a C/J apresenta em relação à comunidade, aos indivíduos com que interage e a ela(e) própria(o)”* (2021, pp. 189-190). Desta forma, a promoção e o desenvolvimento quer das capacidades quer das competências das crianças e dos jovens vão auxiliar no seu quotidiano, no desempenho de várias tarefas ao longo de toda a sua vida. Tal como Oliveira afirma *“A competência é um conceito integrador que reporta para a capacidade de gerar e coordenar respostas flexíveis e adaptativas a curto e longo prazo (...)”* (p. 190,2021).

Para além de todas as atividades exemplificadas anteriormente, levantamos uma outra questão: de que forma os jovens são ensinados a gerir o dinheiro? Será que ao longo do seu projeto de vida ou nos apartamentos de autonomia têm a possibilidade de treinar essa gestão? De seguida iremos analisar um excerto que retrata esta questão:

*“nós aqui temos uma mesada, desde o momento em que entramos para a escola no 1º ano, pronto, recebemos 3.5 euros do 1º ao 4º ano, do 5º ao 6º, 5.50 euros, do 7º ao 9º ano recebemos 7.50 euros do 10º ao 12º recebemos 11, pronto, depois entanto para a faculdade a mesada passa para os 100 euros, pronto, hum, os que transitam para a casa de autonomia a mesada automaticamente tem um acréscimo de 30 euros independentemente do ano em que se encontrem porque para que lhes seja inculcada o sentido de gestão financeira e assim, pronto, para terem um fundo de maneiio próprio que não tem de justificar esse dinheiro os gastos” (Jovem B)*

Tal como foi referido, uma das competências de um adulto passa por saber gerir os recursos económicos, isto é, saber gerir o dinheiro tendo em conta os gastos necessários quer a nível da alimentação, rendas, pagamento de contas, saúde, entre outros. De que forma é que os jovens conseguem lidar com os constrangimentos associados à gestão do dinheiro? Qual a importância de terem estas noções enquanto estão nos acolhimentos residenciais? De que forma as equipas podem fomentar as capacidades e as competências neste domínio? Note-se que o objetivo não é colocar todas as soluções nas mãos dos jovens, mas sim capacitá-los com o maior tipo de ferramentas para poderem, de forma consciente, ultrapassar determinadas situações.

Nas entrevistas referiram outros exemplos: Para que serve ir a uma loja de cidadão?; O que é que se pode tratar aí e de que forma podemos tratar?; Como requerer a água e a eletricidade quando se vai viver para uma casa?; Como tratar do IRS?; Como nos devemos apresentar numa entrevista de emprego? São dimensões que devem ser tratadas com os jovens durante o processo de institucionalização. O excerto seguinte retrata uma das dificuldades de um dos jovens:

*“(…) por exemplo ir ao talho, nunca fui ao talho” (Jovem A)*

Quando os jovens estão encarregues de cozinhar nos acolhimentos residenciais, seria importante promover a ida ao supermercado para experimentarem fazer a aquisição dos produtos: o que pedir/comprar?; que quantidades comprar?; como escolher tendo em conta o dinheiro disponível para a compra?. É necessário colocar e identificar estas questões de forma a pensar nas práticas.

Para além disso, uma das questões colocadas aos jovens é referente aos conhecimentos/atividades que tiveram um impacto mais significativo. Importa fazer esta reflexão principalmente para entender o que realmente foi importante e o que as equipas devem ter em consideração nestas situações. Mais uma vez destaca-se a participação do jovem no seu próprio projeto, entregar-lhe responsabilidades de forma a poder ter uma maior consciencialização do seu crescimento.

*“o que foi importante, a gestão do tempo sinto que foi uma boa base para depois agora na vida profissional e pessoal, acho que também é muito importante nós termos essa capacidade de gestão do tempo, por às vezes a gente quer fazer tudo e não ter tempo de nada, e então se nós nos sentarmos um bocadinho e gerirmos um bocadinho e dividir não é, as nossas coisas a fazer, pelo espaço que temos livre acho que é uma boa competência para levar para a vida” (Jovem C)*

*“Eu acho que sim, a socialização foi uma boa capacidade desenvolvida ali porque é muita gente e cada uma como seu feitio então temos de nos adaptar e hum, e ultrapassar ali algumas barreiras porque quer dizer somos 20 se nos damos mal é para esquecer então a gente tinha que arranjar forma de se dar não bem com toda a gente que as vezes também não corria assim muito bem mas, adaptarmo-nos umas as outras” (Jovem C)*

*“Representou muito. Eu nunca me arrependi, nunca de ter vivido cá sempre. Se eu olhasse para trás preferia vir para uma instituição porque se eu tivesse naquela vida, não era uma vida, atenção! Mas não era a melhor para uma criança de 5 anos a viver o que via. Sempre preferi vir para aqui porque sim. Porque, lá está, tinha o amor da minha mãe, mas aqui tinha sempre gente a apoiar, tanto nesta como noutra instituição, sempre a ajudar-me, a dar tudo, não o que eu queria obviamente, mas sempre aquilo que puderam dar, sempre deram, lá está para mim representou tudo” (Jovem D)*

Através destes excertos podemos destacar que tanto a gestão do tempo, bem como a promoção da socialização foram essenciais ao longo do percurso destes jovens. Para além disso, destacamos ainda o facto de estes entrevistados falarem sobre o apoio por parte dos profissionais no desenvolvimento e crescimento.

### **3.1.5 Apartamentos de autonomia**

Neste ponto importa perceber como é que os jovens pensam sobre esta etapa da vida: como reagiram a este processo?; Quais as dificuldades?; Quais os aspetos mais positivos? De seguida iremos analisar um excerto e refletir sobre as ideias transmitidas.

*“Eu acho que a partir do momento em que vais para a autonomia, só tens uma palavra na cabeça que é a saída, isso é assustador. É mesmo assustador. Tu vives o medo constante, do dia em que vais ter de sair e como é que isso vai correr. E quem é que, é que depois é inevitável pensar, quem e que me ajuda se falhar, eu que sinto que estou a fazer tudo para que essa transição seja mais pacífica possível para mim, penso, quem é que me vai ajudar se falhar? Não tens quem.” (Jovem B)*

Este excerto leva a questionar: de que forma é trabalhado com os jovens esta transição? Como lidar com os sentimentos e os receios face à saída de um contexto protegido? De que forma podem ser contornados os medos e os silêncios? Enquanto ser social, o ser humano vive com vários hábitos, pelo que a rutura brusca e não devidamente preparada com esses hábitos pode suscitar angústia, medo, entre outros sentimentos. Cada vez mais se torna fundamental trabalhar com o jovem a sua autonomia bem como debater certos pensamentos e ideias, isto é, quem estará lá para apoiar quando o jovem sair da instituição? Quais os meios a que podem recorrer? Fomentar a participação do jovem no seu projeto de autonomia pode, sem qualquer dúvida, facilitar no processo de crescimento e desenvolvimento, não esquecendo da sua própria autoconfiança.

*“Nós somos habituados a um registo não seja o registo de chegar a casa e ter a casa cheia e levar com os berros dos outros, por exemplo eu senti para mim, foi muito importante trabalhei isso nas minhas consultas de psicologia, que era a questão do barulho. Ninguém me disse que eu ia para lá e que aquilo*

*eu ia ouvir moscas, ninguém me ensinou, ninguém me disse o quão importante seria, se eu estaria preparado para lidar com o silêncio. Eu não sei estar sozinho. Eu não sabia quando fui para lá. E eu, o silêncio a mim amedronta, aquele vazio, porque o silêncio requer muito de nós. E hum, tu não, aquilo que o silêncio requer eu não queria que ele requeresse naquele momento. Percebes, porque o silêncio por norma obriga-nos a uma introspeção diferente, hum, e exigir isso de mim naquele momento eu acho que não estava à espera. Que aquilo tivesse aquele impacto.”* (Jovem B – transição do acolhimento residencial para o apartamento de autonomia)

*“Os níveis de receios não era receios, eram as coisas serem diferentes. Por exemplo, já não tinha as funcionárias que tinha em minha casa entende? E, pronto, a nível de convívio já não tinha 15 pessoas à minha beira, às vezes estava sozinha, era a nível de isso porque de resto...”* (Jovem D, aquando a saída da instituição)

Existem certos assuntos que podem ser difíceis de abordar em qualquer situação. Desde o tema da morte, do silêncio, do vazio, o estar só, entre outros pontos. De que forma é que isso pode influenciar o dia-a-dia? De que forma se pode trabalhar esses aspetos com os jovens?

Mesmo que os jovens tenham a oportunidade de vivenciar uma parte da sua autonomia, enquanto estão institucionalizados sabem que estão salvaguardados pela instituição, isto é, podem solicitar ajuda aos técnicos e aos diversos profissionais que ali trabalham. Através do seguinte excerto conseguimos ter essa perceção.

*(...) é uma coisa que se calhar é semelhante à outra (a ida para o apartamento de autonomia e estar num quarto alugado após a saída da instituição), mas na verdade também é totalmente diferente, porque uma coisa é passar de um lar para um apartamento onde ainda temos o acompanhamento da técnica, outra coisa é ir alugar um quarto onde estamos sozinhos. Apesar de estar a dividir casa estamos sozinhos, estamos por nós, nós é que temos que nos safar por assim dizer, não é? É claro que ela (a técnica) disponibilizou-se para qualquer dúvida ou assim eu ligar-lhe e ela ia acompanhando na mesma. Mas eu também não queria ainda ficar ali muito presa, não é? Então queria só, ok eu a partir de agora tenho que me safar. Vai ter que ser! Por isso tenho que me*

*lançar e vamos lá. Mas é diferente, não temos aquele apoio, não é? Não temos aquela pessoa que estava ali qualquer coisa 2 minutos punha-se lá. Poderia, mas não queria muito recorrer a isso. (Jovem C)*

### **3.1.6 Aspetos a melhorar**

Importava igualmente perceber o que pensam os jovens sobre os aspetos que poderiam ser melhorados nas estruturas de acolhimento com vista à promoção da autonomia. Dito por outras palavras, tendo por base as suas experiências, o que deveria de ser melhorado? Que obstáculos são apresentados por parte destes jovens, independentemente de terem saído, ou não, da instituição? Os excertos seguintes retratam os constrangimentos, preocupações e desafios:

*“o que é que poderia ter sido mais trabalhado? Se calhar, hum, a gestão económica. Porque apesar de, ok, os produtos de higiene tínhamos aquele dinheiro e íamos comprar, mas e o resto? Porque não é só produtos de higiene que a gente vai comprar é, comida, é pagar as contas. Depois isso, claro, foi mais aprofundado no apartamento de autonomia de vida, mas mesmo assim, nos tínhamos algum acompanhamento, mas não era se calhar tão 24 por 7.” (Jovem C)*

*“sim. Cozinhar, sei lá, por exemplo, pagar as contas, eu tenho dificuldades, não é dificuldades, não sei, nunca ninguém me explicou, por exemplo, pagar a conta da água, luz, contas de casa, sei lá...” (Jovem A)*

Como podemos auxiliar estes jovens a angariarem ferramentas para uma vida independente e autónoma? Utilizando os excertos transcritos acima, percebemos que existem algumas atividades que podem ser desenvolvidas aquando do processo de socialização. Um dos exemplos é a nível económico, pagar as contas seja, desde a água, luz ou rendas. Seria interessante pensar em atividades que envolvesse os jovens nestas ações visto que são tarefas que vão ter que fazer mês a mês quando saírem dos acolhimentos residenciais. É certo que, o valor que possam receber semanalmente ou ao fim do mês não pode ser comparado com um ordenado ao fim do mês. Contudo, envolver os jovens na prática destas tarefas pode ser uma mais-valia para cada um deles.

Através dos exemplos que estes jovens deram é possível ajustar algumas práticas nos processos de autonomia para que adquiram mais ferramentas úteis para o dia-a-dia na fase de autonomia e independência. O treino das competências básicas deve ser posto em prática ao longo dos dias. Desta forma, como é que a equipa técnica, juntamente com os jovens que estejam em processo de autonomia, podem desenvolver estas competências? É certo que uma ida às compras pode ser benéfica, pois ajudará a comparar os preços dos diversos produtos, vai inclusive treinar a parte da gestão económica, isto é, tendo um valor máximo para gastar o que pode trazer e qual a quantidade. Para além disso, imaginando que é necessário deslocar-se até à Segurança Social para resolver um assunto, seria importante envolver os jovens nessa situação. São pequenas ações que podem fazer toda a diferença.

Importa destacar que tendo por base as experiências vividas por parte dos jovens aquando a saída da instituição, podemos afirmar que nos acolhimentos residenciais é possível completar os processos de autonomia com estas informações. É certo que, estas ações terão como intuito fomentar as competências bem como as capacidades que os jovens necessitam para uma autonomia e independência na vida adulta.

Note-se que através destes exemplos é importante refletir sobre a forma como são desenvolvidos os projetos de vida destes jovens institucionalizados. Serão suficientemente coesos para fazerem face aos desafios e às adversidades da vida adulta? Importa realmente destacar que, estas entrevistas podem ajudar, não só os jovens como também as equipas técnicas a reformularem a forma como são desenvolvidos os projetos de vida com os mesmos.

Com isto pretende-se referir que o treino de competências é de facto bastante importante para a vida de qualquer pessoa. Assim, seria necessário identificar, de uma forma mais aprofundada, por parte das casas de acolhimento, junto dos jovens/adultos que já saíram, quais os desafios que encontraram ao longo do seu dia-a-dia e que dificuldades tiveram. Para além disso, deve-se também perceber quais foram as aprendizagens significativas que favoreceram o seu processo de autonomização e independência. Através destes pontos é possível melhorar os processos de autonomia nas estruturas de acolhimento residencial, contribuir para um desenvolvimento de competências mais coeso, bem como na capacitação dos jovens na sua fase de adulto. Mais uma vez, deve-se destacar que o objetivo não é dar diretamente as soluções para os

problemas/desafios que possam surgir na vida do jovem, mas sim de aumentar as ferramentas/competências de modo a fazerem face às adversidades.

Neste pequeno excerto conseguimos refletir sobre o que este jovem pensa relativamente à importância do que é a autonomia. Para além disso, tem consciência que há vida lá fora independentemente da instituição. Para além disso, o jovem tem noção que devem ser desenvolvidas competências e fomentadas capacidades para uma vida adulta.

*“Sim, acho que é extremamente importante porque são coisas, são competências que nós temos que levar para o nosso futuro que vai haver um dia que não vamos ter ninguém que nos leve ao colo. Há coisas que nós vamos ter que fazer e o nosso dia-a-dia não é, para além do trabalho, do emprego que poderemos seguir, acho que isso é mesmo importante e é um apoio que eu acho que todos os jovens deveriam ter numa casa de acolhimento.” (Jovem A)*

Após refletir sobre os aspetos que podem ser melhorados no processo de autonomização, podemos destacar outro aspeto que também é importante. Dito por outras palavras, ao longo do processo de autonomia é feito algum trabalho que esteja relacionado com os objetivos futuros/desejos ou sonhos dos jovens? Com isto pretende-se analisar se o gosto pelos sonhos e concretização de objetivos foram sendo alimentados ao longo dos seus projetos de vida. Ao perguntar aos jovens quais os seus projetos para futuro conseguimos entender quais são os seus sonhos que pretendem concretizar, seja a nível familiar ou a nível de trabalho. Mais uma vez destaca-se o papel que os profissionais podem ter na vida dos mesmos para poderem orientar o seu próprio caminho. Através dos seguintes excertos podemos exemplificar o que referimos anteriormente:

*“futuro? Agora é acabar o dezembro e assinar o contrato com aqui, já sai do X (sítio onde estava a trabalhar), tirar a carta que ainda não tirei vou tirar em fevereiro depois é organizar melhor a minha vida, ter a minha própria casa e depois é so andar.” (Jovem D)*

*“(…) ora bem, eu apesar de já ter terminado o curso de acompanhamento de crianças e jovens eu hum, de vez em quando tenho alguns contactos e vou dando explicações, então eu acho que o ideal para mim, e o que eu gostava*

*mesmo era abrir do género um centro de estudos com uma parte de artes marciais. Queria fazer um misto, acho que é um plano.” (Jovem C)*

Após esta análise relativamente aos projetos e sonhos destes jovens, importa refletirmos sobre o processo de adaptação após a saída dos acolhimentos residenciais. De seguida, teremos um pequeno excerto de uma das entrevistas que fala sobre a falta de apoio a nível económico após a saída da instituição:

*“se calhar na parte inicial, se calhar, um apoio económico. Não pela parte do lar, assim pela parte do Estado porque os apoios para este tipo de situações não são muito favoráveis. (...) Sim mas é super difícil, super super super. Principalmente esta parte de arranjar uma casa ou um quarto ou assim. E mesmo às vezes os próprios arrendatários hum, o que é que eles fazem eles pedem cauções duas e três rendas de uma vez para nós é impossível ter esse tipo de dinheiro todo junto porque já estamos antes a dar ali um apoio não é? E hum, ou fiador quem não tem retaguarda familiar ou amigos, como vamos arranjar fiador? Não vamos pedir ao vizinho do lado! E hum, essas coisas também são difíceis essa parte de arranjar casa ainda é um ponto um bocado negro por assim dizer, porque ok existem dois ou três projetos mas até chegar a ele, até chegar a eles” (Jovem C)*

Através deste excerto, é possível perceber que a jovem conhece programas que consigam ajudar a nível económico, contudo é difícil de conseguir ter esse apoio no momento certo, isto é, na altura que realmente precisa. Desta forma, uma das dificuldades sentidas após a saída do acolhimento residencial é a nível económico, por forma a fazer face às despesas iniciais, desde arranjar casa/quarto, pagar as contas, entre outros aspetos.

Por fim, após o decorrer das entrevistas surgiram algumas questões que devem ser refletidas com o intuito de analisar se as políticas e os projetos conseguem apoiar os jovens na sua autonomia e independência. Um dos aspetos que devemos ter em consideração é a idade limite que os jovens podem ficar nos acolhimentos residenciais. Será que em casa das suas famílias, os jovens também têm idade limite para saírem? Note-se que, os jovens não têm o mesmo tempo de aprendizagem, isto é, uns podem demorar mais que os outros. Para tal, a idade limite da permanência nos acolhimentos residenciais podem prejudicar o desenvolvimento do projeto de autonomia dos jovens.

Esta questão é de facto importante para perceber o excerto que se segue uma vez que, tendo por base as leis sobre o acolhimento residencial e esta reflexão, faz pensar na forma como podemos ajudar os jovens aquando da saída do acolhimento residencial ou até após os apartamentos de autonomia.

*“Um pai dito de uma forma família normal, não diz a um filho que faz 18 anos: olha tens 18 anos, vê lá se comesças a tirar a roupinha do armário, se compras uma malinha para pôr a tua roupa, se precisares de ajuda eu também meto as coisas dentro do caixote e manda-te embora. É que 18 anos está na altura não?» Alguém diz isto a um filho? Porque têm de nos dizer a nós? Não há, não, isso para mim é das coisas que são incompreensíveis” (Jovem B)*

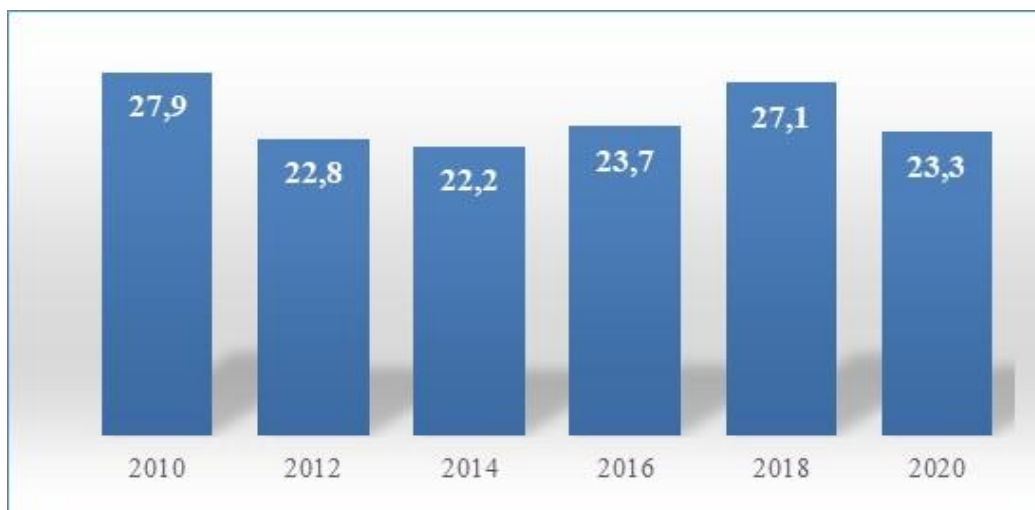
É certo que ao longo dos anos as leis foram alterando consoante as diversas situações e acontecimentos. O artigo 5º alínea a) da LPCJP refere o seguinte: *“Para efeitos da presente lei, considera-se: a) Criança - a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional”* (Assembleia da República, 1999). O prolongamento da medida de acolhimento veio dar a oportunidade aos jovens de se organizarem quando saírem da instituição, caso não tenham retaguarda familiar. Como é que com apenas 18 anos, alguns apenas com o 12º ano (ou ainda a terminar) conseguem acarretar as responsabilidades de um adulto?

Sabemos que antigamente era isso que acontecia. O conceito de infância e adolescência foram sofrendo alterações de forma a consciencializar as sociedades das necessidades destes jovens para poderem ter uma vida adulta o mais estável possível. Desta forma, ter 21 ou 25 anos de idade é condição suficiente para que os jovens enfrentem uma vida de responsabilidades? São questões que devem ser refletidas de forma cuidada principalmente com as entidades competentes.

Quando no momento da saída da casa de acolhimento, os jovens não podem contar com o apoio familiar e têm de aceder a um alojamento, surgem problemas como os evidenciados anteriormente por um dos entrevistados: difícil acesso a casas/quartos para alugar, exigência de pagamentos adiantados e de fiador. Com efeito, apenas com um trabalho regular e qualificado os jovens poderão ter condições para se autonomizarem.

Os dados que se apresentam de seguida sustentam as dificuldades que enfrentam estes jovens. No gráfico 6 pode observar-se a % de jovens dos 15 aos 24 anos que exercem uma atividade profissional. Os valores rondam quase sempre perto de ¼ dos jovens dessa faixa etária, tendo sido mais baixa durante os anos de intervenção da Troika.

**Gráfico 6.** *Jovens entre os 15 e os 24 anos que trabalham (%)*



**Fonte:** Pordata

Se se tiver em consideração a remuneração média mensal de base por sexo e idade para o último ano disponível – 2019 – constatamos que os mais jovens têm remunerações inferiores à média nacional, sendo as mulheres ainda mais prejudicadas neste domínio (cf. tabela 5).

**Tabela 5.** *Remuneração média mensal de base, total e para o grupo etário dos 18-24 anos, por sexo*

	População total	Pop. 18-24 anos
Homens	1073,82€	794,74€
Mulheres	922,63€	698,92€
Total	1005,09€	727,92€

**Fonte:** Ine, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Desta forma, tendo por base os dados do INE constantes na tabela XX, no ano de 2019 os homens tinham como remuneração base média 1073,82€, enquanto as mulheres nesse mesmo ano tinham 922,63€. O grupo etário dos 18-24 anos evidencia não só as desigualdades de género, mas também a maior fragilidade económica deste grupo etário. Se a estes dados se associarem os relativos às rendas das casas, confirma-se as dificuldades que enfrentam os jovens com percurso de institucionalização sobretudo quando não têm retaguarda familiar. Na tabela 6 estão retratados os dados relativos ao valor das rendas por m<sup>2</sup> na área metropolitana do Porto e em Portugal no 4º trimestre de 2020 e 2021.

**Tabela 6.** Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no 4ª trimestre de 2020 e 2021

Área geográfica	4º trimestre de 2020	4º trimestre de 2021
Área Metropolitana do Porto	6,35€	6,84€
Portugal	5,77€	6,25€

**Fonte:** INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

Deste modo, constata-se que a autonomização, que é já um processo difícil para a maior parte dos jovens, é ainda mais difícil para os jovens com percursos de institucionalização na medida em que o suporte familiar é mais frágil e os apoios do Estado são claramente insuficientes.

### 3.2 Análise das entrevistas aos técnicos

Neste ponto analisam-se entrevistas realizadas aos profissionais que exercem a sua atividade profissional em casas de acolhimento residencial. Importa destacar que o principal objetivo de entrevistar os técnicos era perceber de que forma são trabalhados os projetos de autonomia com os jovens. Esta análise estará dividida em subpontos tendo por base o guião de entrevista elaborado para entrevistar os profissionais. Desta forma, inicia-se este ponto fazendo uma caracterização académica e profissional. No segundo ponto discute-se o processo de acolhimento das crianças e dos jovens. Em seguida analisa-se o trabalho que é desenvolvido juntamente com as crianças e os jovens (rotinas que as crianças e os jovens têm, de que forma é desempenhado o acompanhamento em diferentes momentos, atividades que costumam praticar e por último se há

acompanhamento aos jovens após a sua institucionalização). No ponto a seguir, destacamos a relação entre os profissionais e os jovens. Desta forma, será analisado a importância de criar um vínculo e qual a sua importância na vida das crianças e jovens acolhidos. Importa perceber ainda quantas crianças e jovens estão institucionalizados e quantos profissionais existem, de modo a estabelecer os rácios. Por último, refletir-se-á sobre as dificuldades ou obstáculos que os técnicos possam sentir/ter ao longo do desempenho deste trabalho, de modo a criar um espaço de partilha de conhecimentos e experiências que facilite a melhoria das ações desenvolvidas nestes acolhimentos residenciais. No quinto ponto serão analisadas as principais causas para a institucionalização das crianças e dos jovens. Para além disso, importa perceber que relação existe entre as crianças, os familiares e os técnicos. Esta questão é bastante importante pois irá ajudar a entender se existe trabalho juntos dos familiares e se estes têm um papel ativo enquanto os seus filhos estão na instituição. Assim, caso haja retorno para a família, analisaremos de que forma é que foi feita a preparação e se ainda há acompanhamento após a saída da criança ou do jovem. Por último, e ainda neste ponto, procura-se dar espaço para uma reflexão em torno da avaliação do trabalho desenvolvido. Assim sendo, uma das questões feitas aos entrevistados consiste em: “*O que acha que poderia ser diferente no trabalho com as famílias*”. Sabemos que o principal foco é o bem-estar tanto das crianças como dos jovens, mas sabemos ainda que deve ser feito trabalho com as famílias, trabalhar com elas as suas próprias competências e capacidades para terem novamente os seus filhos. Devemos ter a consciência que são medidas colocadas por um período de tempo, isso quer dizer que poderá haver retorno do jovem às suas famílias. Quantos é que regressam a casa? Haverá nova institucionalização? Estas questões são fundamentais ter em mente para perceber de que forma podemos melhorar as nossas ações junto dos grupos-alvo. Não podemos esquecer ainda das interligações entre todos. Com isto pretendemos referir que se estamos a agir perante um fator de risco ou de perigo é necessário combater as causas que existiram e que desenvolveu essa consequência. Ao trabalhar com a família estamos a capacitá-la para que continue a desenvolver o seu papel de mãe, pai ou outro papel tão importante para aquela criança/jovem.

Por fim, no sexto ponto abordaremos o processo de autonomia. Isto é, que atividades específicas foram desenvolvidas durante a institucionalização, que aprendizagens foram importantes e que devem ser transmitidas para a autonomia dos

jovens. Quando há a possibilidade do jovem passar para os apartamentos de autonomia, de que forma é feito esse processo com o mesmo. Quando o jovem sai do acolhimento residencial ou do apartamento de autonomia como é desenvolvida essa transição.

### **3.2.1 Caracterização acadêmica e profissional**

#### ***Profissional 1***

Licenciado em Serviço Social. Trabalha há 14 anos na área da infância e juventude, sempre na mesma instituição. Fez formações adicionais ao nível de pós-graduação (Mediação Familiar) e outros cursos de curta duração (Intervenção Comunitária; Técnico de Apoio à Víctima).

#### **Principais tarefas desenvolvidas:**

*“Acompanhamento diário nas várias deles: o banho; alimentação; higiene; organização dos espaços pessoais; estudos; tudo, acompanhamos todos os momentos da vida diária deles”*

#### ***Profissional 2***

Licenciado em Serviço Social. Trabalha há 14 anos na área da infância e juventude, sempre na mesma instituição. Fez uma formação adicional na área dos Recursos Humanos.

#### **Principais tarefas desenvolvidas:**

*“(…) avaliação psicossocial do jovem e da família, elaboro os relatórios sociais das jovens depois faço todo o acompanhamento que o jovem necessita no seu dia-a-dia cá e fora da instituição, ao nível escolar, social, integração nas atividades e depois faço todo o contacto com também a segurança social, a nível da organização, a nível de cada jovem no âmbito das prestações familiares e também sou responsável (...) a legalização do todo o processo burocrático deles ou seja, jovens que não são portugueses, (...)”*

#### ***Profissional 3***

Técnica de Educação. Trabalha há 10 anos na área da infância e juventude, sempre na mesma instituição. Fez formações adicionais ao nível de pós-graduação (Crianças e jovens em instituição).

#### **Principais tarefas desenvolvidas:**

*“(…) diretora técnica, as funções aqui são diferentes, são mais relação humana, organização da equipa (...)”*

De acordo com os dados apresentados, destaca-se que as três profissionais trabalham na área há pelo menos 10 anos. Para além disso, todas têm formação adicional e complementar à licenciatura, sendo essa formação, orientada para o trabalho com crianças e jovens em situação de risco e de perigo e para gestão de pessoas. Destaca-se que a última entrevistada de momento desempenha a função de diretora técnica, contudo já foi gestora de casos. Para além disso, existem algumas tarefas em comum entre as duas primeiras profissionais sendo estas o acompanhamento do dia-adia e rotina dos mesmos.

### 3.2.2 Acolhimento das crianças e dos jovens

Neste subponto, importa identificar quais os principais procedimentos no acolhimento das crianças e dos jovens quando chegam à estrutura de acolhimento. Assim, através dos excertos seguintes será possível entender de que forma é feita a apresentação e o acompanhamento dos mesmos na sua chegada. Dito por outras palavras, de que forma é preparada a receção da criança ou do jovem.

*“Quando eles vêm cá na primeira vez tentamos já ter o espaço para eles, para eles já verem qual é o seu espaço, perceberem com quem é que eles vão ficar. Quando eles vêm, no dia do acolhimento tentámos ter sempre um ou duas jovens que conhecem mais a dinâmica da casa que são miúdos mais seguros e que os podem e que os ajudam a acolher e que depois vão mostrar a casa, e acabam por ficar um bocadinho mais com eles, não é? Pronto. Nesse primeiro momento em que eles vêm cá, nós dividimos sempre a equipa técnica, nós temos assistente social, psicóloga, educador social, e diretor técnico. Nós dividimos a equipa e então o que fazemos é...normalmente a diretora técnica fica com o técnico, o psicólogo fica com a criança e hum, dividimos mesmo os espaços e o educador social fica com a família ou com a pessoa que está com a guarda da criança ou do jovem, o miúdo vai dar uma volta com o psicólogo, pronto a ideia é ele também poder ter um momento dele para expressar aquilo que está a sentir como é que ele está a viver esta fase (...)*  
*“(...) Reunimos o grupo explicámos que vem uma criança ou um jovem, nós temos rapazes e raparigas, por isso, podemos receber de ambos os sexos e damos algumas indicações: a idade, qual é o ano que anda na escola. E informações pessoais é a criança que dá aos jovens, se quiser. Pronto. Mas eles são sempre avisados da chegada do novo elemento. Às vezes temos de fazer as adaptações dos quartos e por isso elas já tinham que participar neste acolhimento hum, e depois no dia em que os “miúdos” vem tentamos que esteja sempre alguém para isto não ser tão frio (...)” (Profissional 1)*

*“ (...) nós aquilo que fazemos, vemos o estado emocional da jovem, e mediante aquilo que ela quiser, por exemplo, há umas que veem mais angustiadas e querem saber logo como funciona a instituição, as regras e nós aí falamos um bocadinho. Se ela estiver extremamente chorosa e não quiser falar com ninguém, para quebrar um bocadinho o gelo nós apresentamos a*

*instituição por norma temos sempre cá algumas jovens e se for de manhã temos sempre uma ou outra, à tarde temos mais, pronto e acaba por ser um bocadinho ali um quebra-gelo (...). O acolhimento normalmente, elas também recebem um manual de acolhimento (...).” (Profissional 2)*

Como se pode verificar, há uma preocupação em envolver as crianças e jovens residentes no acolhimento dos novos membros, seguindo, deste modo, as orientações do Manual de Boas Práticas. Através dos excertos identificados acima, podemos destacar que o acolhimento e apresentação quer às equipas de profissionais quer às crianças e aos jovens apresentam bastantes semelhanças, desde as reuniões com as mesmas e o seu familiar. Nesse mesmo dia há todo o acompanhamento da criança ou do jovem até ao seu quarto, mas antes é feita uma visita guiada pelo acolhimento residencial apresentando os seus colegas e os restantes profissionais que trabalham (cozinheiros, funcionários de serviços gerais), entre outros. Ao longo da convivência com os outros jovens e os profissionais, importa que a criança ou o jovem tenha um acolhimento o mais tranquilo possível. A situação em si já é bastante delicada, e cabe aos profissionais envolver a criança num ambiente mais favorável. Não obstante, as outras crianças e jovens que já residam no acolhimento residencial também devem desempenhar um papel importante comunicando com o novo membro da casa e transmitindo algum conforto.

É necessário destacar que ao longo das entrevistas os profissionais abordaram o tema da figura de referência, isto é, no dia em que há o acolhimento, preocupam-se em ter algum jovem que seja de referência e que vai desempenhar um papel importante nos próximos dias. Assim, aquela pessoa foi destacada para ajudar a ambientar-se e a conhecer as rotinas já existentes.

*“ (...) temos duas educadoras a nível institucional, as referências das jovens. Chamámos a educadora que acompanha a jovem e vai-lhe mostrar as unidades, o espaço, o seu espaço, o quarto e vai também mostrar, apresentar as colegas, apresenta-lhe as colegas (...).” (Profissional 3)*

Desta forma, salientamos que esta nova adaptação é uma fase complexa e todos devem estar envolvidos de forma a contribuir para uma mudança gradual na vida da criança. Por mais que a mesma saiba que deixou de estar junto dos seus pais diariamente, no acolhimento residencial está rodeada de pessoas que podem e devem ajudá-la a

ambientar-se. É certo que a criança precisa de se adaptar às mudanças. Contudo, as figuras de referência devem demonstrar que estão ali para a apoiar.

### **3.2.3 Trabalho desenvolvido com as crianças e os jovens**

No trabalho que é desenvolvido com este grupo devemos ter em conta certos pontos cruciais, nomeadamente, qual a rotina que as crianças e os jovens têm no acolhimento residencial nos diferentes períodos (tempo letivo vs tempo de férias; semana vs fim de semana). Desta forma, de seguida será possível identificar uma das rotinas que costumam ter durante o ano letivo.

*“(...) eles levantam-se às 6h30 da manhã e saem de casa às 7h15/20. Os meninos que vão para Y ou Z (locais onde frequentam a escola) saem a essa hora, nós vamos levá-los a Y porque nós aqui não temos transportes públicos à porta e depois chegam por volta das 18.30/19h. Depois trabalhamos com a escola aqui de Z em que temos os meninos do 5º ao 9º e que aí, eles têm as tardes livres ou seja, eles também saem de casa às 7h15/20 mas tendo tardes livres, por volta das 14 h estão cá ou então só por volta das 19 h porque têm aulas até às 18h.” (Profissional 1)*

*“(...) durante a semana elas acordam por volta das 7h, tendo uma ou outra jovem eu possa ter de acordar mais cedo se a escola for longe. Normalmente vestem-se, organizam o quarto, descem para o pequeno-almoço, a mochila já esta preparada no dia anterior quando é para a escola. Depois acabam o pequeno almoço, vão fazer a sua higiene pessoal, lavar dentes e depois acabam por sair para a escola. São coisas, são espaços. É bastante movimentado nessa hora do dia porque tudo aquilo que elas tem para fazer é num curto espaço de tempo porque por volta das 8h/7h50 já estão a sair daqui da casa (...) Depois às 18 horas elas sobem aos quartos entre às 18h e às 19h, é o horário dos banhos onde, pronto, entre elas se organizam quem é que toma banho mais cedo, quem é que não toma, não é? Normalmente elas no quarto podem ser duas ou três, quatro ou seja, tem de estar mais ou menos organizadas por aí, já fazem, organizam mais o quarto, fazem a limpeza que têm que fazer pronto depois às 19h30 é o jantar, depois das 20h30 até às 21h30/45 é um horário livre delas, onde elas passam ou vem tv ou fazem jogos ou fazem as reuniões com os responsáveis do grupo (...)” (Profissional 2)*

De uma forma geral, através das entrevistas foi possível identificar que a rotina do dia-a-dia é muito semelhante pois existem as mesmas trajetórias diárias, isto é, casa-escola e escola-casa. O facto de existir uma rotina, isto é, hora para levantar, preparar-se (higiene, vestir), tomar o pequeno-almoço, apanhar o transporte público (quando aplicável) ou ir para a carrinha da instituição, faz com que crie responsabilidades. Para além da responsabilidade, estas rotinas exigem o treino do respeito pelos outros. Como as tarefas na primeira parte do dia são bastante agitadas, é preciso haver coordenação entre todos para que ninguém se atrase, pelo que o respeito e a ajuda são fundamentais.

Em relação às rotinas ao longo das férias, podemos verificar, através dos excertos seguintes, que os horários se alteram porque não há a rotina da escola. Para além disso, têm períodos de lazer e didáticos dependendo dos planos de atividades trabalhados com os próprios jovens.

*“(…) Ao fim de semana e período de férias esses horários alargamos mais uma hora, em vez de ser às 22h30, em vez de ser às 22 h passa a ser às 23h30, e assim alargamos mais um bocadinho porque já são os adolescentes (…)” (Profissional 1)*

*“Ao fim de semana, é livre, mais ou menos elas como nas férias. Elas dormem mais ou menos até que horas elas querem, pronto, normalmente é até as 11h/11h30 vai depender, depois em tempo de aulas à tarde tem sempre uma ou outra hora de estudo para fazer os trabalhos pronto, porque também tem cá as monitoras e acabam por ajudar podem ter saídas ou não, pronto, e é um bocadinho mais livre” (Profissional 2)*

Para além de refletirmos sobre os horários bem como sobre as rotinas, destacamos que os primeiros dias de adaptação podem ter momentos de alguma tristeza, ansiedade e de revolta. Desta forma, importa entender de que forma é que se lida com essas frustrações e as ações que os profissionais adotam. De seguida iremos exemplificar algumas destas situações.

*“(...) Nós temos miúdos que se estiverem tristes conseguem vir ter connosco: “olha eu preciso de falar”, ok já sei e pego neles e vou para a sala onde costumam estar com eles que nós falamos da sala da autonomia, ou então se vir que estão miúdos em casa vamos dar uma volta pela quinta, pelo espaço exterior e conversamos, há outros miúdos que funcionam bem por mensagem (...)” (Profissional 1)*

*“(...) vai depender de cada jovem por exemplo se é uma jovem que entra recentemente nós não conhecemos o perfil, claro que vamos intervir de imediato vamos ouvir, vamos tentar perceber de onde é que vem aquela tristeza, de onde é que vem aquela revolta. Agora se houver alguma agressividade junta, não vamos chamar à atenção, vamos só conter, dizer: olha, pronto daqui a pouco vamos falar, tentar acalmar porque normalmente aquilo que nós notamos é que, quando há aqui uma revolta, alguma agressividade se não formos tentar parar um determinado comportamento a agressividade ainda aumenta (...)” (Profissional 2)*

No tempo letivo, os profissionais costumam fazer um acompanhamento ativo nas escolas onde as crianças e os jovens frequentam? Com isto pretendemos perceber se costumam marcar reuniões para saberem o desempenho dos mesmos na escola de forma a colaborarem com esse acolhimento residencial o sucesso académico dos mesmos. Desta forma, podemos referir que a instituição escolar deve ser uma primeira aliada de forma a agir, conjuntamente com o lar, no sentido do crescimento e desenvolvimento das crianças e dos jovens. Importa ainda refletir que o trabalho deve ser feito nas diversas vertentes e caso seja possível todos os envolvidos trabalharem em sintonia, mais fácil será o aproveitamento das crianças e dos jovens.

*“(...) colegas que estão responsáveis por equipas, escolas e normalmente somos sempre, independentemente de ser a nossa jovem, nós fazemos o acompanhamento, entramos em contacto com o diretor de turma por email por telefone, vamos com regularidade a escola e em reunião inclusivamente fora de momentos só de avaliação normalmente fazemos sempre dependendo do jovens nos fazemos um contacto inicial em setembro, depois a meio do primeiro período depois no fim do primeiro período e fazemos isto normalmente em todos os períodos, pronto agora com os meios de*

*comunicação email e telefone os contactos passa a ser muito muito regulares, (...)*” (Profissional 2)

De forma para promover a participação do jovem no seu percurso na casa de acolhimento, importa perceber se, por exemplo, a mesma dá espaço para o jovem conseguir propor atividades para desenvolverem, não só em tempo letivo, como também nas férias. Não podemos esquecer que a participação ativa do jovem no seu projeto de autonomia é de extrema relevância na medida em que promove o interesse do jovem no seu crescimento, tenta perceber de que forma pode atingir os seus objetivos pessoais e necessidades mostrando quais são as equipas com quem colaboram diariamente. Através do seguinte excertos, é possível demonstrar que o planeamento das atividades é realizado com o apoio das jovens.

*“é tudo muito definido previamente antes das férias grandes, mas um bocadinho de acordo com aquilo que elas gostam pronto se houver a possibilidade”* (Profissional 2)

Para que serve fomentar a participação dos jovens nas atividades? De facto, envolver os jovens no desenvolvimento dos planos das atividades pode ser benéfico tanto para os técnicos como também para os jovens. Em primeiro lugar, torna os jovens ativos no seu próprio projeto de autonomia, visto que tenta desenvolver atividades que vão ao encontro das suas necessidades e objetivos. Para além disso, os técnicos conseguem colocar nos jovens um papel importante e com alguma responsabilidade, visto que estes têm que dar propostas de atividades para fazer num curto espaço de tempo. Desta forma, o desenvolvimento de tarefas/exercícios que visam os interesses dos jovens faz com que a participação dos mesmos seja maior. Com isto pretende-se referir que, caso haja atividades que não esteja de acordo com as necessidades e bem-estar dos jovens, certamente que os jovens podem não querer participar nas mesmas.

### ***3.2.4 Relação entre profissionais e crianças/jovens***

Neste ponto, é importante perceber quantos profissionais existem no acolhimento residencial por relação às crianças e jovens. Importa que os mesmos consigam ter um acompanhamento diário. É certo que mais crianças exigem equipas mais alargadas de

modo que se possa dar a todos a mesma atenção e acompanhamento ou até diferenciar os jovens nesta matéria em função das suas necessidades e particularidades. A existência de crianças e jovens com idades variadas exige uma diferenciação nos modos de agir já que as fases de desenvolvimento exigem cuidados distintos. Para (Erikson, 1976), existem 8 fases que decorrem ao longo da vida do indivíduo. Esses estados que o autor se refere são os seguintes: 1- “*Confiança Básica vs desconfiança básica*”; 2- “*Autonomia vs vergonha e dúvida*”; 3- “*Iniciativa vs culpa*”; 4- “*Indústria vs inferioridade*”; 5- “*Identidade vs confusão de papel*”; 6- “*Intimidade vs isolamento*”; 7- “*Generatividade vs estagnação*”; 8- “*Integridade do ego vs desesperança*” (p.6). Desta forma, importa destacar que os indivíduos estão em constante desenvolvimento ao longo da sua vida. Para o mesmo autor, sabe-se que “*Os pressupostos básicos (...) são: 1) que a personalidade humana se desenvolve em princípio de acordo com etapas predeterminadas na disposição do indivíduo em crescimento para se deixar dirigir no sentido de um raio social cada vez mais amplo, para se tornar ciente dele e para interatuar com ele; 2) que a sociedade, em princípio, tende a se construir de tal modo que satisfaça e provoque esta sucessão de potencialidades para a integração e de tentativas para salvaguardar e ativar a proporção adequada e a sequência apropriada de sua abrangência. Nisso, consiste a “manutenção do mundo humano”* (Erikson, 1976, p. 249). Neste caso particular, as fases de desenvolvimento acima indicadas podem tornar-se num desafio para os técnicos na sua atuação e diálogo com os jovens.

Após termos abordado estas etapas de desenvolvimento, de seguida, apresentamos a tabela 7 que retrata o discurso das entrevistadas sobre o ajustamento entre a quantidade de profissionais e a quantidade de crianças.

**Tabela 7.** *Nº de crianças e jovens por nº de profissionais*

<b>Profissional 1</b>	<i>“17 crianças e jovens por 12 profissionais mais o diretor”</i>
<b>Profissional 2</b>	<i>“nós não fazemos o rácio propriamente dessa forma nos temos 17 funcionários de forma geral, temos neste momento 4 técnicos mais um diretor técnico, nesses funcionários, e na equipa educativa temos (...) 8 elementos da equipa educativa, pronto nós nunca fazemos o rácio por cada jovem porque por exemplo nós temos uma funcionária de serviços gerais temos duas cozinheiras, e não podemos estar a contar propriamente esses funcionários alocados às jovens não, não nos temos é 8 elementos da equipa educativa e depois temos 5 funcionários da equipa técnica”</i>

<b>Profissional 3</b>	<i>“8 colaboradores desta equipa técnica, da equipa educativa temos 4 técnicos, e temos neste momento com 19 crianças e jovens”</i>
-----------------------	---

**Fonte:** *Construída a partir das entrevistas aos profissionais*

De acordo com os dados obtidos, podemos perceber que o número de profissionais destes acolhimentos residenciais varia entre os 12 até aos 17 funcionários. É certo que quanto mais a equipa for multidisciplinar, mais diversificado e pormenorizado pode ser o trabalho desenvolvido junto das crianças e dos jovens. Não podemos esquecer que cada jovem tem a sua família, as suas necessidades, outras preocupações, pelo que é fundamental dispor de uma equipa capaz, quantitativa e qualitativamente de fazer face às adversidades ao longo dos percursos de autonomia dos jovens.

Contudo, é certo que existem aspetos a melhorar, e daí a necessidade de fazerem as avaliações internas para que se identifique as dificuldades sentidas ao longo do trabalho dos profissionais. Após pensar na quantidade dos elementos por relação às crianças e aos jovens, foi solicitado aos técnicos que falassem sobre a importância das avaliações das práticas. Para além disso, se podiam identificar alguma dificuldade ou desafio no decorrer do seu trabalho junto destes jovens. Assim, nos excertos a seguir podemos destacar as dificuldades/receios que os profissionais têm vindo a sentir.

*“no dia-a-dia, a nossa maior preocupação é mesmo que eles que eles sejam felizes, que eles saiam daqui para a escola bem, que eles, não é que eles sejam bons alunos é que eles gostem de ir à escola porque antes de eles serem bons alunos nós ainda temos a tarefa de eles gostarem de ir a escola. Que às vezes não é fácil, eles muitos detestam ir à escola não percebem porque é que é importante ir a escola.”* (Profissional 1)

*“às vezes tem haver com o espaço de tempo, nós temos jovens a entrar muito tarde, e os processos de confiança demoram muito tempo não é, eu lembro-me que, quando entrei cá, da primeira vez, eu tive uma jovem que depois foi-me atribuída como gestão de caso mas ela só começou a falar comigo ao fim de dois anos e meio, se essa jovem tivesse 17 anos, ela ia sair daqui sem se calhar o processo daí a relação dela ter conseguida alguma coisa pronto na altura naquela ainda era jovem tinha 13 anos e ainda deu para fazer um trabalho com ela, pronto um bocadinho acho que é por aí. Depois tem haver*

*com a intensidade do trabalho, porque nós não nos conseguimos desligar, nós entramos cá de manhã, nós saímos daqui à tarde, nós saímos de casa para entrar noutra casa, e com o passar de anos esta também passa a ser a nossa casa durante o dia pronto, e é impossível nós não nos envolvermos com elas, pronto e ou seja, tem haver um bocadinho com aquele limite às vezes até profissional em que nós temos que nos afastar e essa parte é muito difícil, isto é muito intenso.” (Profissional 2)*

*“sentimos que eles tao mais imaturos apesar de sentirem que acham se maduros estão mais imaturos e isso é que nos assusta um bocadinho. Mas também acho que isto vai um bocadinho da sociedade. Nós vemos muitas vezes que tratamos jovens como adultos e tem que ser tratados” (exemplo que referiu para justificar esta afirmação: foi a comunicação com termos específicos com os médicos – isto é jovens têm dificuldade em entender a comunicação utilizada por parte dos médicos) (Profissional 3)*

Após identificar estes excertos, é possível refletir sobre alguns desafios e preocupações que estas técnicas têm. De que forma os acolhimentos residenciais conseguem contribuir para a felicidade das crianças e dos jovens? De que forma conseguem dar a entender a importância da escola, da capacitação, crescimento e desenvolvimento dos mesmos? É certo que é necessário que haja a criação de relação entre os técnicos e os jovens, para que haja confiança, respeito, entre outros aspetos. Quanto tempo pode demorar a estabelecer uma relação destas sabendo que estão dependentes do tempo da medida de promoção e proteção? A voz dos profissionais que estão diariamente a trabalhar nestas causas pode contribuir para a melhoria a nível das implementações dos projetos de autonomia, da forma como trabalham junto das crianças, dos jovens, das suas famílias e de outras entidades.

À medida que conseguem identificar os seus desafios, medos e dificuldades podem apelar a mais apoios por parte do governo. Efetivamente, quem está diariamente no terreno consegue ter uma melhor perceção das necessidades, das dificuldades encontradas e do que se pode fazer para colmatar as adversidades. A partir do momento que conseguem identificar essas dificuldades podem lutar pela criação de projetos de autonomia mais coesos e complexos por forma a ajudar os jovens a sentirem-se preparados para uma vida autónoma e independente.

Nas entrevistas questionou-se os técnicos sobre a relação que devem ter com as crianças e os jovens. Isto é, qual a importância de desenvolver uma relação de ajuda com cada um deles? Esta relação de ajuda tem como objetivo, neste caso concreto, os técnicos ajudam os jovens desenvolver as suas competências para conseguirem lidar com os desafios/obstáculos e adversidades com que se deparam após a institucionalização. A relação de ajuda deve centrar-se na pessoa, isto é, no próprio jovem; deve ser centrada nas vivências e histórias de vida dos mesmos, e por fim, para que haja mudança, a ação deve ser centrada no presente (Rogers, 1985).

Nos excertos seguintes podemos refletir sobre cada resposta a estas questões.

*“Todos os dias é este o desafio, mostrar-lhes que eles são capazes. Que eles são capazes de superar essas situações menos boas e aguentar, aguentar as frustrações”* (Profissional 1)

*“primeiro nós aqui fazemos um trabalho muito próximo, nós estamos cá, todos os dias, para além disso, o nosso trabalho investe-se muito na confiança e na relação que vamos trabalhando com eles pronto, e trabalha, muito de uma forma aqui muito honesta porque sem haver grandes mentiras porque não faz sentido às vezes aquilo que nós sentimos é que os jovens acabam por não conhecer que tipo de processo é que eles têm cá”* (Profissional 2)

Ao longo destas entrevistas, foi possível perceber o que cada técnica defendia que devia existir na relação entre técnico e jovens. Em primeiro lugar, falou-se do respeito, proximidade, confiança e no acreditar no outro. Demonstrar aos jovens que eles são capazes independentemente de tudo o que lhes têm acontecido, e que os deixassem mais fragilizados devido à situação que se encontram, estes são capazes de crescerem e desenvolverem competências importantes para as suas vidas. Sem que haja uma relação de confiança é impossível fomentar seja o que for. Para além disso, importa que tudo o resto que se encontra na sociedade consiga se adaptar a determinadas situações. Mais à frente pode-se exemplificar e justificar esta afirmação.

### ***3.2.5 Principais causas do acolhimento residencial e relação com as famílias***

Durante as entrevistas desenvolvidas, foi importante questionar quais eram as principais causas do acolhimento residencial das crianças e dos jovens. As profissionais

referiram razões semelhantes às identificadas pelos jovens e que vão de encontro aos dados estatísticos publicado:

*“Negligência”; “comportamentos muito desajustados”; “absentismo escolar”* (Profissional 1)

*“ausência de capacidade dos pais para fazer valer alguma regra em casa”* (Profissional 2)

*“Comportamentos desviantes; absentismo”; “os pais não são os pais de referência, não estão ali tão presentes”* (Profissional 3)

Tendo por base os excertos, podemos destacar que todas identificaram a negligência por parte dos pais. Para além disso, duas técnicas referiram os comportamentos desviantes por parte dos jovens. Desta forma, seria importante perceber de que forma é que as casas de acolhimento trabalham juntamente com as famílias de cada um dos jovens.

Após analisar o ponto anterior, é necessário perceber se as famílias das crianças e dos jovens desempenham um papel ativo no projeto de autonomia dos seus filhos. Não obstante, para além de fomentar as capacidades e competências dos jovens, é de extrema relevância envolver os pais (caso seja permitido por parte dos tribunais) no processo de capacitação quer dos seus filhos quer dos mesmos. Qual é o papel que os acolhimentos residenciais têm para estas famílias?

*“Os miúdos que vão para a família o que é que muitas vezes acontece, o que nós temos vindo a ver é que os miúdos evoluem há uma serie de questões que tu consegues trabalhar com eles, a escola, a minha segurança a minha autoestima, eles vão evoluindo, e que nos percebemos é que há uma estagnação das famílias e o trabalho que é feito com as famílias não consegue ser ao mesmo ritmo do trabalho que e feito com o miúdo (...)” “(...) tentamos, não conseguimos acompanhar da forma que nós queríamos porque se nós acompanhássemos as famílias de uma forma tão intensa como acompanhamos os miúdos podíamos estar a descurar os miúdos e o objetivo principal da casa são os miúdos. Não é, hum, trabalhamos com as famílias, temos ótima relação com as famílias mas não conseguimos trabalhá-las de*

*uma forma tão intensa. O que é que nos fazemos, começando a acompanhar a família detetamos alguma fragilidade, perguntamos à família se gostaria de ser acompanhado por outra entidade ter acompanhamento psicológico e as famílias têm aderido a isso, têm aderido, já encaminhamos várias situações para psicologia para os cafap o que é que está a acontecer, estas entidades externas estão sob lotadas, há imenso pedidos não há resposta no tempo (...)*  
(Profissional 1)

*“é muito difícil existir, por exemplo um CAFAP porque eles assumem o CAFAP sendo uma entidade que os está a capacitar para serem pais, mas eles são pais na cabeça deles isto é muito difícil, o que é que isto acaba por acontecer estas famílias são multi-assistidas porque elas tem o técnico de RSI, tem o técnico do CAFAP, tem o técnico do tribunal que acompanha o técnico da CPCJ, tem-nos a nós e depois são muitos técnicos, pronto o que é que isto acaba por acontecer, isto deveria ser menos técnicos em que por exemplo se nós podemos articular com a família”* (Profissional 2)

*“a comunicação é feita sempre pelo gestor de caso; (...) são sempre semanais as comunicações com os pais podem ser por telefone ou normalmente são sempre presenciais por exemplo aqueles jovens que vão de fim de semana e que os pais vêm cá buscar normalmente é sempre o técnico que faz a despedida do jovem e a saída dele, pronto e aí há sempre a comunicação, presencial num entanto há sempre a comunicação por telefone (...)*  
(Profissional 2)

*“são presenciais marca-se aqui na instituição, são as visitas domiciliárias, são maioritariamente por contacto telefónicos poucos serão neste momento até nem estou a ver por email mas quase sempre há um contacto com regularidade por telefone por vezes vem aqui há instituição, tem aqui também as conversas aqui na instituição e depois tem as visitas também domiciliários”* (Profissional 3)

Através dos excertos acima transcritos, podemos destacar que o trabalho que é desenvolvido com as famílias fica aquém das expectativas dos técnicos. Isto é, os profissionais têm consciência de que deve ser feito um trabalho mais aprofundado com os seus familiares, contudo não têm recursos humanos e tempo suficiente para o fazerem.

Será que deveria existir uma equipa em cada acolhimento residencial que promovesse apoio junto dos pais para apoiar e facilitar o trabalho desenvolvido pelos CAFAP's? Por mais que haja comunicação com os pais/responsáveis pelas crianças e jovens, há necessidade de envolver mais a família neste processo de crescimento e desenvolvimento. A comunicação deve ser priorizada com o intuito de demonstrar como está a correr o projeto de autonomia dos filhos.

Outra questão que foi abordada diz respeito às consequências que a pandemia trouxe à rotina e dia-a-dia da casa de acolhimento. Foi necessário fazer uma adaptação nas dinâmicas entre crianças/jovens, acolhimentos residenciais, famílias e medidas de confinamento implementadas pelo Governo. Podemos até dar um exemplo que foi referido numa das entrevistas.

*“nós fechamos a casa o ano passado em março e as nossas festas de aniversário foram só com os miúdos e com as pessoas que estavam ao serviço naquele horário o que é que nos fizemos, nos reinventamos um bocadinho, faço lhes sempre um vídeo com fotos desse ano de um aniversário ou outro o que é que nos fizemos pedimos as pessoas que sabemos que eles numa altura normal convidariam para os anos, pedíamos as pessoas para gravar vídeos juntamos ao vídeo deles e passa o vídeo da pessoa a desejar os parabéns foi uma forma de tentar aproximar um bocadinho as pessoas” (Profissional 1)*

O acolhimento residencial deixa sempre em aberto a possibilidade de os jovens poderem regressar para a família. Desta forma, podemos entender de que forma é desenvolvido esse processo de transição, isto é, será que é feito trabalho em conjunto (família e jovem com os profissionais) e ainda o que poderia ser feito de diferente nesses trabalhos que já fazem. De seguida analisaremos um excerto sobre este ponto.

*“nós temos duas situações: quando eles vão para a família biológica há situações em que eles desejam voltar outra vez, nós temos que acompanhar meio ano (...) se eles saírem bem, se for uma decisão que fomos trabalhando, se for uma coisa tranquila para eles com segurança, convenhamos o formalmente meio ano mas depois estamos sempre em contacto, não é sempre, vamos mantendo o contacto quando é a autonomia é exatamente a mesma coisa, nós temos miúdos que depois vamos acompanhando na mesma durante*

*este mio ano formal eles depois continuam a ser acompanhados pelo técnico da segurança social até manterem a medida de acolhimento para apoio de autonomia mesmo terminando este meio ano, se eles quiserem vir aqui vem se nós tivermos que ir tomar um café, se eles tiverem dúvidas ligam e vamos mantendo o contacto, não é um contacto diário, às vezes, é diários os primeiros tempos, passa a ser semanal, depois as vezes e mensal e depois é só parabéns feliz natal.” (Profissional 1)*

Através deste excerto podemos perceber que aquando do término da medida de acolhimento residencial, o mesmo deve continuar a acompanhar o jovem e a sua família durante um período de 6 meses. Após este tempo, há situações em que esta ligação entre o técnico e o jovem continua, isto é, devido à relação de ajuda criada durante o acolhimento, este sente-se à vontade para, caso necessite de apoio, pode recorrer a esta figura de referência.

### **3.2.6 Promoção da autonomia**

Neste último ponto que é parte integrante do guião de entrevista, são colocadas questões bastante importantes para entender quais podem ser os desafios que os jovens podem ter tido após a sua saída. Assim, numa primeira parte, serão analisadas as tarefas que eram desenvolvidas e que faziam parte do programa da autonomia dos jovens e quais eram as aprendizagens que realmente foram significativas. Desta forma, destacamos os seguintes excertos que retratam esta ideia.

*“Com os miúdos que ficam cá o que é que nós fazemos, fazemos a higiene dos quartos não é estar com eles, organizar os pertences deles organizar o guarda fatos, nós temos em funcionamento o grupo da autonomia e os miúdos que estão no grupo de autonomia fazem connosco a refeição do fim de semana, fica tudo em cru digamos e toda a refeição e toda preparada por eles connosco não e com a nossa orientação, depois à tarde pegamos na carrinha vamos por aí fora vamos ao café vamos a uma praia pronto, regressamos fazemos um lanche á depois as dinâmicas do posso ir para a playstation ou para os computadores ou para a televisão ou jogar bola ou temos aqui o parque ao lado também podemos ir para o parque” (Profissional 1)*

*“os técnicos trabalham mais a nível de gabinete trabalham também com o jovem a ir com eles muitas vezes a sítios e acompanhá-los à Segurança Social saber como e que se vai aos serviços públicos, faz com ele a saúde aos centro de saúde ao hospital (...) Mas também já aconteceu elas saírem e depois marcamos e irmos com elas acompanhar sejam já jovens adultas sejam os familiares que muitas vezes os familiares não conseguem também os acompanhamos sim, desde a alteração do abono como é que é como é que vão fazer, nos ajudamos (...)” (Profissional 3)*

Quando há a possibilidade de o jovem integrar os apartamentos de autonomia por forma a colocar em prática as aprendizagens promovidas nos acolhimentos residenciais, importa entender se foi ou não realizado um trabalho com o jovem nessa transição. Contudo, atendendo a que nenhuma das profissionais entrevistadas trabalha num acolhimento residencial com apartamento de autonomia não foi possível perceber como é que preparam os jovens para esta segunda etapa (se possível) dos seus projetos de autonomia.

Para entender se o jovem já tem capacidades para a autonomia, será que é feita uma avaliação que demonstre se as capacidades e competências desenvolvidas são suficientes para integrarem ativamente a sociedade? Nessa avaliação, é possível identificar as dificuldades sentidas por parte dos jovens? Como é trabalhado essas dificuldades com os mesmos? São pequenas questões que podem fazer toda a diferença aquando da saída dos jovens dos acolhimentos residenciais. Através destas indicações é possível analisar de que forma é que os profissionais que acompanham os jovens conseguem fomentar instrumentos e competências para fazerem face a estas adversidades aquando da saída da instituição. De seguida, analisaremos alguns excertos.

*“ida às finanças, à SS (Segurança Social) sim, também à saúde, mas mais às finanças e à SS e acabam sempre por fazer um contacto e pedir aqui alguma colaboração. Depois a nível, à uma coisa que eles têm muita dificuldade, e são poucos os que assumem, que nos estamos a perceber à poucas, que é a gestão de dinheiro ou falta de dinheiro nunca o verbalizam está sempre bem, tem sempre dinheiro nos sabemos que não e que têm algumas dificuldade não, verbalizam não, acaba por ser esta, precisa dizer que ali nas finanças que não sei aconteceu isto como é que é, e mais por ai, por vezes acontece, já*

*aconteceu e nós sabemos de até questões mais económicas e mas eles não são pouquíssimos e muito raro eles admitirem que sim.” (Profissional 3)*

As técnicas que foram entrevistadas sentem que os jovens ainda não estão preparados para uma autonomia. Através das mesmas sabemos que a idade média de idades pode rondar os 18/20 anos. Para além disso, estas profissionais conseguem identificar quais as lacunas existentes devido ao contacto que alguns jovens acabam por fazer após as suas saídas por forma a pedir auxílio. Como podemos verificar no excerto anterior, tratar da burocracia ou nas Finanças ou na Segurança Social ainda pode ser considerado como uma tarefa mais complicada para os mesmos.

Poderemos estar a pensar em haver mais transmissão de conhecimento acerca dessas duas entidades e as suas funções? Uma das técnicas referia que quando há a possibilidade, uma das atividades que desenvolve é a ida aos correios. É certo que são pequenas ações mas relevantes já que tratam de atividades do quotidiano. Outro exemplo destacado numa das entrevistas é o desenvolvimento de jantares temáticos que obrigam os jovens a fazer listas de alimentos necessários, quantidades, etc, para a sua preparação. Na autonomia não são apenas tratadas as tarefas domésticas. A gestão do dinheiro, mesmo que em pequena quantidade, é treinada com uma finalidade. Contudo, sabemos que não é a mesma coisa receber um ordenado e gerir esse dinheiro e receber 50 euros (por exemplo) para utilizar nas compras. Tal como foi possível verificar inicialmente, o facto de os jovens terem a responsabilidade de cuidar do espaço deles, terem horários a cumprir, é uma forma de desenvolver competências que são importantes para a vida autónoma e para o futuro, por exemplo, no emprego.

As pessoas que foram entrevistados também tem o seu papel importante neste trabalho, pois podem ser uma voz ativa a promover ações mais específicas tendo por base as dúvidas, as dificuldades e as questões assinaladas tanto pelos jovens como pelos técnicos. Para além disso, a avaliação destes procedimentos traz vantagens quando realmente são bem fundamentados e refletidos. Após identificar as dificuldades existentes nos processos de autonomização, quer por parte dos jovens, quer por parte dos técnicos, é de extrema relevância refletir sobre novas formas de contornar estas questões e adaptar as práticas existentes com o intuito de garantir as competências necessárias para uma vida adulta e autónoma. Se à saída do acolhimento residencial os jovens têm cerca de 18 anos de idade, tem que começar-se a trabalhar as competências mais cedo e com alguma calma.

Outra questão que foi identificada é a falta de gestão económica por parte dos jovens. É importante priorizar as ações que consigam atempadamente dar ferramentas a estes jovens para conseguirem lidar com estas situações.

Por último, ainda destacar certamente que o projeto de autonomia poderia ter outro rumo caso houvesse mais apartamentos de autonomia que garantissem alguma continuação do acompanhamento. À pergunta “*O que deve ser melhorado dos processos de autonomia?*”, foi destacada a seguinte ideia:

*“eu acho que deveria ser um subsídio para os jovens autónomos com acompanhamento não é, falo como lhe disse nós trabalhamos com a pré autonomia uma coisa muito remota não é, se nos tivéssemos a possibilidade de trabalhar aqui a autonomia temos também falo nós ate nível institucional, um apartamento em que se pudesse trabalhar a autonomia e nessa autonomia também os subsídios;”* (Profissional 3)

*“(...) deveria era essencial haver uma reposta e quando eu digo reposta tem de ser uma reposta mesmo dada com o apoio da segurança social porque haver um serviço, mas que eles não possam pagar também não adianta, não é, ou seja tinha que ser uma reposta para ajudar estes jovens neste processo”* (Profissional 2)

De forma a finalizar este capítulo, podemos destacar as seguintes dificuldades sentidas da parte dos técnicos: o acompanhamento às famílias não é feito da mesma forma devido ao reduzido número de pessoas a trabalhar nas casas de acolhimento residencial; devido ao trabalho burocrático, escasseia o tempo para poder trabalhar em conjunto com os próprios jovens. Para além disso, estas técnicas referiram que certamente conseguiam intensificar o trabalho no desenvolvimento e crescimento dos jovens ao longo do projeto de autonomia caso tivessem os apartamentos de autonomia, faz com que não consigam prolongar o acompanhamento do jovem.

Em relação às dificuldades identificadas pelos profissionais nos jovens podem ser as seguintes: dificuldade na gestão económica, dificuldade em tratar de certos assuntos nas entidades públicas (desde a segurança social, finanças, centros de saúde), entre outros. Estas dificuldades e desafios têm extrema relevância na medida em que é possível refletir sobre quais os modos de ação que possam ser melhorados mais tarde. Não podemos

esquecer que estamos em constante mudança ao longo dos anos e nas sociedades onde nos inserimos. Por esta razão, é imprescindível os técnicos destas valências analisarem e avaliarem todas as práticas, perceberem quais os obstáculos que os jovens que saem estão a passar para que, de alguma forma possam complementar e inovar modos de trabalhar junto das outras crianças e jovens que ainda estejam institucionalizados.

## Conclusão

Após o término desta investigação, é imprescindível refletir sobre todo o seu desenvolvimento, bem como, os desafios e os problemas encontrados. Para além disso, importa perceber se os objetivos estipulados anteriormente foram concretizados, caso contrário, identificar os motivos que levaram à não realização.

Em relação aos objetivos propostos inicialmente, é importante perceber se foram atingidos ou não, caso contrário identificar o motivo. Assim, o primeiro objetivo consistia em *“Analisar os percursos de acolhimento residencial”*. Podemos responder que conseguimos atingir este objetivo, apesar de termos realizado poucas entrevistas aos jovens.

Por sua vez, o segundo objetivo, elencado consistia em *“Analisar e compreender, a partir da visão dos jovens, os modos de vida dentro da casa de acolhimento”*. Este objetivo também foi bem-sucedido através da análise das entrevistas, quer aos jovens quer aos técnicos que trabalham nos acolhimentos residenciais.

O terceiro objetivo passava por *“Identificar os desafios que se colocaram aos jovens após o período do acolhimento residencial”*, esse objetivo também foi atingido apesar de apenas dois dos jovens entrevistados já terem saído da instituição.

Contudo, nas entrevistas aos profissionais também vieram contribuir de forma positivas para identificar os desafios encontrados após a saída da estrutura de acolhimento residencial. Por fim, através das entrevistas elaboradas quer aos jovens quer aos técnicos, foi possível atingir o objetivo *“Entender o papel dos interventores e como podem enriquecer e adequar as suas práticas de forma a capacitar os jovens para a sua autonomia e independência”*.

Após conseguirmos concretizar os objetivos estipulados, importa refletir sobre o papel que os Assistente Sociais podem ter nos projetos de autonomia. É através dos diagnósticos psicossociais que é possível identificar as necessidades e os interesses dos jovens. Não obstante, é através da inovação, da criatividade e dedicação que é possível fomentar a participação dos jovens no seu crescimento. Cada vez mais devemos priorizar a envolvência dos jovens no seu próprio projeto de autonomia. Para além disso, importa que se consiga estabelecer uma relação de proximidade, confiança e acima de tudo respeito com os jovens. Contudo, qual a importância de os jovens terem figuras de referência? De que forma as equipas técnicas podem fomentar essas interações? Qual a

importância da existência das atividades fora das casas de acolhimento? São questões que devem ser debatidas de forma a entender o valor das interações entre as diversas realidades.

Tal como referimos anteriormente, o que poderá faltar nos projetos de autonomia seria apoios centralizados na adaptação à nova rotina do jovem. Sendo assim, os profissionais podiam criar um projeto que fosse de acordo a essas necessidades. Contudo, como já foi abordado no último capítulo, existe alguma dificuldade em conseguir acompanhar de igual forma os jovens e as suas famílias. Estaremos perante o número inferior de profissionais por relação às necessidades e aos problemas da sociedade? Haverá falta de recursos humanos nas casas de acolhimento residencial por forma a contribuir para o bem-estar e necessidades das crianças e dos jovens? Por todos esses motivos pode-se desafiar, não só os profissionais como também, os jovens a serem ativos nos seus projetos de autonomia, só assim é que é possível entender o que realmente está a faltar e o que deve ser melhorado.

O papel do Assistente Social pode ser fundamental para estes aspetos que se referiu anteriormente, mas também para se mostrar ativo no desenvolvimento dos projetos. Com isto pretende-se referir que não é uma profissão que ocupa o lugar de outro profissional, contudo, pode dar os seus contributos. Podemos ainda relacionar esta ideia à importância das equipas multidisciplinares pois cada um na sua área terá um trabalho importante e devem saber trabalhar todos em conjunto com os mesmos objetivos. Contudo, sabemos que pode ser uma tarefa difícil, mas não quer dizer que seja impossível. Este trabalho de cooperação também deve ser feito com as crianças e os jovens. Envolvê-los no seu próprio crescimento e desenvolvimento vai consciencializá-los do que podem encontrar mais tarde na vida adulta.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foi possível identificar algumas dificuldades para a sua realização. Começamos por afirmar que a pandemia foi um entrave para a recolha de informação atempada e na identificação de entrevistados para participarem nesta investigação. Como por exemplo, as épocas de confinamento obrigatório, o facto de as pessoas estarem reticentes a fazerem uma entrevista presencial, levando assim a que o espaço físico desse lugar a um espaço virtual; dificuldade em reagendar as entrevistas caso as pessoas ficassem com Covid, entre outros.

Após o levantamento das medidas implementadas devido ao Covid (confinamentos, horários de recolher obrigatório, entre outros), foi possível agendar

algumas entrevistas. Porém, um dos grandes desafios na realização da dissertação foi encontrar jovens que estivessem disponíveis para as entrevistas. Como alternativa a uma entrevista presencial colocou-se a hipótese de realizar entrevistas via Zoom. Contudo, apenas uma foi agendada, mas que acabou por ficar sem efeito. Salva-se que a autora desta investigação tentou preservar o contacto direto com os entrevistados, desta forma, realizou sempre entrevistas presenciais.

Perante uma entrevista presencial, é possível observar o comportamento e a forma como se desenrola a comunicação entre os intervenientes. Aliado a isto, deve-se dar importância ao espaço onde a entrevista decorre, detendo todas as condições de conforto. A título de exemplo, se for feita uma entrevista no sítio onde haja barulho, poderá certamente desconcentrar ou até incomodar os intervenientes. De mencionar que, o uso de máscaras e o distanciamento social dificultaram a recolha de informações, não só verbais como comportamentais.

Outro aspeto importante abordar é a participação dos jovens nesta investigação. Assim, consideramos que deveríamos ter insistido e feito uma busca/procura mais intensiva de voluntários para realizarem as entrevistas, de forma que os testemunhos pudessem permitir uma análise mais explicativa da atuação das casas de acolhimento residencial relativamente aos projetos de autonomia, bem como dos desafios que os jovens encontram após a saída das mesmas. Contudo, ao longo do processo de procura de voluntários, existiu alguma dificuldade em chegar ao grupo-alvo, por esse motivo, optou-se por realizar entrevistas aos técnicos com o intuito de enriquecer esta investigação e de demonstrar as duas visões relativamente ao desenvolvimento dos projetos de autonomia.

Para além disso, é necessário também avaliar o trabalho realizado ao longo destes percursos para que, mais tarde, se consiga evoluir. A voz destes jovens e dos técnicos podem abrir portas para tantos projetos que podem ser criados. Desta forma, questiona-se qual a importância de avaliar o processo de adaptação aquando da saída da instituição?

Para além da avaliação do trabalho que se desenvolve nos acolhimentos residenciais, é fundamental compreender como está a decorrer a adaptação dos jovens à sociedade. Quais as maiores dificuldades ou obstáculos com que se deparam? De que forma o acolhimento residencial pode contribuir para diminuir esses constrangimentos? Importa dar ênfase às avaliações pois é através deste ponto que é possível dar mais um passo para a frente para que haja a mudança. É certo que estes tipos de avaliações podem ser morosos, contudo, poder-se-ia desafiar as casas de acolhimento residencial e os jovens

que já saíram das mesmas a agruparem-se e unirem-se de forma a todos conseguirem dar o seu contributo nestas avaliações.

O importante neste momento é contribuir para um projeto de autonomia mais complexo para que, cada um dos jovens, perante a sociedade onde estes se inserem, consigam ser independentes e autónomos. Para além disso, tendo por base os obstáculos, as diversas fases que os outros jovens passaram, pode-se investir nos que ainda estão sob o projeto de autonomia para que consigam ter sucesso na sua vida. Já se pensou na importância do testemunho dos jovens que já saíram dos acolhimentos residenciais para os que ainda estão integrados? De que forma podem ajudar os mais novos no seu percurso? Perante as dificuldades encontradas, como deveremos proceder para ultrapassá-las? Aqui a questão não é encontrar as soluções e respostas antecipadamente pelos jovens, mas sim, encontrar ferramentas mais específicas para fazerem face às adversidades de forma positiva.

Não obstante, como pode ser avaliado um projeto bem-sucedido? Pode-se ter em consideração do que se espera que o adulto consiga fazer ao longo da sua vida. Perceber quais as responsabilidades que tem e analisar se estão a ser cumpridas ou não. A título de exemplo, espera-se que um adulto saiba desenvolver mais do que as tarefas domésticas, isto é, tal como por exemplo, ser autónomo financeiramente.

Analisando os dados que foram recolhidos quer por parte dos jovens quer por parte dos profissionais, podemos destacar alguns desafios que foram atravessando. Um deles está relacionado com o silêncio. Aquela fase de transição do jovem da casa de acolhimento para o exterior ou para o apartamento de autonomia, há uma etapa de adaptação. Para além do espaço ser diferente, as pessoas que rodeiam os jovens são diferentes. Com isto pretendemos referir que enquanto o jovem está numa casa de acolhimento, este convive com várias pessoas, desde os seus colegas de quarto, do próprio acolhimento residencial e até os profissionais. Quando estes saem e vão para um apartamento de autonomia ou outros lugares, estes deparam-se com o silêncio e os momentos de calma.

É certo que de um momento para o outro, pode fazer alguma confusão esta mudança repentina na vida de cada um deles. Assim, destaca-se de que forma as casas de acolhimento residencial podem trabalhar juntamente com eles este aspeto? É certo que não basta apenas conversar e referir que vão ter momentos de silêncio. É preciso encontrar estratégias que facilitam os jovens a saberem lidar com estes momentos. Um dos jovens

entrevistados referiu que a música foi bastante importante para ele. Existem numerosas atividades relacionados com os gostos e interesses dos jovens que podem auxiliar nesta adaptação e ser colocado em prática.

Outra questão que os entrevistados foram referindo é a falta de apoios quer a nível económico, quer a nível de encontrar casa/quarto/outros. Com isto pretende-se referir que é necessário fazer um balanço entre as questões económicas e as rendas das habitações. Já refletimos sobre este ponto no capítulo anterior, contudo de que forma podemos auxiliar estes jovens nestas situações? Que medidas ou políticas poderiam ser implementadas para auxiliar os jovens nesta mudança?

É certo que seria importante existir um projeto que se acompanha os jovens após a saída dos acolhimentos residenciais até que estes consigam estagnar na vida adulta. Seria importante, por exemplo, arranjar casas “temporárias” com rendas mais baixas de forma a auxiliar estes jovens a conseguirem sustentar o seu espaço. Ao longo desse tempo, poderia solicitar de apoio de técnicos específicos caso houvesse necessidade para tal, mas o objetivo seria desenvolver a sua independência e autonomia bem como promover alguma estabilidade financeira. Um dia mais tarde (independentemente do tempo) consigam ir para a sua própria casa.

Não podemos descartar que existem jovens sem apoio familiar, isto é, sem rede de suporte. O desenvolvimento da rede relacionar deve ser fomentado ao longo do seu processo de autonomia. Isto é, deveria ser importante existir momentos de conhecimento de outras realidades, criação de laços com outras pessoas com horizontes diferentes. Com isto pretendemos refletir numa questão que até foi referido numa entrevista: “*Se te acontecer alguma coisa a quem é que ligas?*”. Quem são as figuras de referência destes jovens? Qual a necessidade de promover os laços entre as pessoas? Qualquer um de nós tem alguém com quem pode contar. É fulcral que estes jovens também o tenham.

É certo que estas medidas de promoção e proteção estão a evoluir de forma favorável, mas isso só é possível devido às conquistas que as pessoas envolvidas conseguiram. Se ainda faltam apoios, devemos trabalhar para que haja esses apoios. Tornar voz ativa destes jovens e técnicos pode fazer com que se crie um projeto de apoio após a saída dos acolhimentos residenciais, pode ajudar a diminuir os casos de insucesso, isto é, jovens que estejam na pobreza e na exclusão social.

Assim, desafiamos os técnicos e os jovens a tornarem-se voz ativa no processo da promoção da autonomia e criarem soluções para estes desafios que foram identificados ao longo do capítulo 3 da presente investigação.

É certo que esta investigação pode ser considerada como uma ferramenta para os técnicos que trabalham com os jovens nos processos de autonomia. Tal como já foi referido anteriormente, um dos objetivos consistia na identificação de desafios após a saída da instituição. Tendo por base a evolução da sociedade, os desafios/obstáculos que os jovens vão encontrando na sua fase de autonomia, estes aspetos podem facilitar a promoção de projetos de autonomia mais consistentes, isto é, num projeto com ferramentas necessárias para que os jovens consigam a sua independência e autonomia após a saída da instituição. Com isto pretende-se referir que através das experiências vividas por parte dos jovens após a institucionalização, é possível fomentar as ações que promovam a autonomia dos jovens que ainda estejam institucionalizados, bem como as suas necessidades e objetivos.

Contudo, sabe-se que é um estudo exploratório e que contém várias limitações, nomeadamente, não permite generalizações pelo facto de ter um conjunto de participantes bastante reduzido. Porém este trabalho pode acrescentar conhecimento ao que já existe. Permitirá certamente a criação de projetos mais alargados juntando assim os jovens e os técnicos para fomentar apoios a vários níveis. Para além disso, esta investigação permitiu inclusive na necessidade de repensar no papel do Estado no cuidado às crianças e aos jovens em risco e em perigo, isto é o que acontece quando saem da instituição?

Por último, importa destacar que este trabalho representa a insistência, a persistência e a vontade de acreditar. Deve-se insistir num projeto de crescimento e desenvolvimento para que, o jovem esteja munido de conhecimento e consciencialização da sua responsabilidade, aquando da fase de adulto e de que o seu percurso será repleto de desafios, mas que não são impossíveis de serem superados. A persistência tanto por parte dos técnicos como pelos jovens deve-se acreditar no valor de cada um de nós, e na possibilidade de promover a mudança.

É fulcral que todos saibamos quais os nossos direitos e quais os nossos deveres. Não podemos esquecer que estes jovens são o futuro da nossa sociedade. Assim, qual é o papel dos acolhimentos residenciais, das equipas, das pessoas que integram a vida dos jovens ao longo dos seus percursos? Persistir é uma palavra que nos acompanha quer a nível pessoal quer a nível profissional. Está nas mãos das pessoas poderem fazer a

diferença, não só nas suas próprias vidas, mas de quem os rodeia. Acreditar que o outro é capaz pode ser o primeiro passo para um projeto de autonomia bem-sucedido.

## Bibliografia

(de acordo com a APA, 7ª ed.)

- Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da universidade do Porto, Vol. XXI*, 121-139.
- Abrantes, P. (2016). Socialização, Onde a sociologia e as neurociências se encontram. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 11-25.
- Alberto, I. M. (2021). Uma Casa, um Lar, um Porto de Abrigo: Proteção, Cuidado, Identidade e Sentimento de Pertença no Acolhimento Residencial. Em C. S. Peixoto, & M. S. Oliveira, *Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo* (pp. 151-161). Lisboa: Pactor.
- Almeida, J. F. (1994). *Introdução à Sociologia*. Universidade Aberta.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada - Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII), 255-267.
- Assembleia da República. (1 de setembro de 1999). *Lei n.º 147/99 - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*.
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (20 de novembro de 1959). *Declaração dos Direitos da Criança*.
- Associação de Profissionais de Serviço Social (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. APSS.
- Bandura, A. (1979). *Modificação do comportamento*. Interamericana Lda.
- Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia*, 38(3), 639-648.
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bataller, J. C., Codina, J. M., & Coll, J. P. (1991). *La Insercion Social Y Profesional de Los Jovenes*. Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1996). *A Construção Social da Realidade*. Ed. Vozes.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade*. Dinalivro.
- Bourdieu, P. (1999). *Escritos de educação*. Ed. Vozes.
- Campenhoudt, L. V. (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Gradiva.

- Canhão, A. M. (2007). Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo Para a Infância. *Pretextos*, 28, 10-12.
- Cansado, T. (2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social. *E-Cadernos CES*, 2 [Online]. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1387>. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1387>
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora.
- Carmo, H., Esgaio, A., & Pinto, C. (2014). *Intervenção Social com Grupos*. Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas.
- Carneiro, M. d. (1997). *Crianças de Risco*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ- 2019*. CNPDPCJ.
- Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ- 2018*. CNPDPCJ.
- Dias, I., Gomes, A. R., Peixoto, A., Marques, B., & Ramalho, V. (2012). Treino de competências de vida: Conceptualização, intervenção e investigação. In L. S. Almeida, B. D. Silva, & A. Franco (Eds.), *Atas do II Seminário Internacional "Contributos da Psicologia em Contextos Educativos"* (pp. 35-45). Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho.
- Dubar, C. (2006). *A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação*. Edições Afrontamento.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity, Youth and Crisis*. W. W. Norton & Company, Inc.
- Erikson, E. H. (1976). *Infância e Sociedade*. Zahar Editores.
- Fortin, M. F. (2003). *O processo de Investigação da concepção à realização*. Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica Fundamentos Métodos e Técnicas*. Instituto Piaget.
- Gaulejac, V., & Taboada-Léonetti, I. (1994). *La lutte des places. Insertion et désinsertion*. EPI, Hommes et Perspectives.
- Giddens, A. (1997). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios Prisões e Conventos*. Editora Perspectiva S.A.

- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Editora Guanabara.
- Granja, B. P. (2008). *Assistente Social - Identidade e Saber*. Dissertação de doutoramento em Ciências do Serviço Social. ICBAS.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social/CID (2011). *Manual de Boas Práticas*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Príncípia.
- Henriquez, A, Netto, J. P. et al. (2001). *Serviço Social - Ética, Deontologia e Projectos Profissionais*. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.
- Instituto da Segurança Social, I.P (2010). *Recomendações Técnicas para equipamentos sociais – lares de infância e juventude*. Instituto da Segurança Social I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P (s.d). *Manual de processo chave lar de infância e juventude*. Instituto de Segurança Social, I.P.
- Kellerhals, J., Troutot, P.-Y., & Lazega, E. (1984). *Microsociologia da Família*. Publicações Europa-América.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and Personality*. Harper & Row, Publishers, Inc.
- Matos, M. G. et al. (2015). Novas e antigas dinâmicas familiares: influência no bem-estar dos adolescentes e seus cuidadores, *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 15-34.
- Mead, M. (1928). *Coming of Age in Samoa*. William Morrow & Company.
- Miles, A. (1982). *O Doente Mental na Sociedade Contemporânea*. Zahar Editores.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2021). Relações Significativas e Resiliência em Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial. Em C. S. Peixoto, & M. S. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (pp. 71-81). Lisboa: Factor.
- Mota, C. P., & Rocha, M. (2012). Adolescência e Jovem Adultícia: Crescimento Pessoal, Separação-Individuação e o Jogo das Relações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 357-366.
- Oliveira, A. M. (2021). Promoção de Competências e Inteligência Emocional em Contexto de Acolhimento Residencial. Em C. S. Peixoto, & M. S. Oliveira,

- Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo* (pp. 187-196). Lisboa: Pactor.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Olds, S. W. (2001). *O mundo da criança*. Mc Graw Hill.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Artmed.
- Pappámikail, L. (2013). *Adolescência e Autonomia: negações familiares e construção de si*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social*. Porto Editora.
- Peixoto, P. (2017). Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento, *Educação*, 40(2), 150-159
- Pinto, J. M., & Pereira, V. B. (2007). *Pierre Bourdieu, A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Edições Afrontamento.
- Reichert, C. B.; & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação. *PSICO*, 38(3), 292-299.
- Rocha, I. (Coord). (2015). *Código Civil*. Porto Editora
- Rodrigues, E. V. (2010). *Escassos Caminhos - Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Edições Afrontamento.
- Rogers, C. (1985). *La Relation d'aide et la psychotérapie*. Les Éditions ESF.
- Shirley, A. O. (2015). Intervenção com Crianças e suas Famílias: Qual a Melhor Estratégia?. In M. I. Carvalho (org.), *Serviço Social com Famílias* (pp. 25-42). Pactor.
- Soares, I. (2009). *Relações de Vinculação ao Longo do Desenvolvimento: Teoria e Avaliação*. Psiquilíbrios.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Quarteto.
- Sousa, T., & de Carvalho, M. I. (2015). Impacto da Violência Doméstica em Crianças e Jovens. In M. I. Carvalho (org.), *Serviço Social com Famílias* (pp. 163-194). Pactor.
- Strecht, P. (2002). *Crescer Vazio - Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor - notas sobre a delinquência juvenil*. Assírio e Alvim.
- Tomás, C., Malheiro, M., Gonçalves, S., Luís, E., Rodrigues, L., & Costa, A. (2018). Práticas que (de)marcam: autonomia, participação e transições das crianças e jovens na oficina de S. José (Braga). In M. J. Leote de Carvalho & A. Salgueiro (orgs.),

*Pensar o acolhimento residencial de crianças e jovens* (pp. 153- 171). Fundação Calouste Gulbenkian.

UNICEF, C. P. (2019). *Convenção sobre os direitos das crianças e protocolos facultativos*. UNICEF.

Vilariça, P., & Prata, A. T. (2017). Impacto da Institucionalização em Crianças e Jovens. In F. Xarepe, I. F. Costa, & M. R. Morgado, *O Risco e o Perigo na Criança e na Família* (pp. 245-258). Pactor.

Vinuto, J. (2014). A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um Debate em Aberto. *Temáticas*, 22(44), pp. 201-218.

# ANEXOS

## **Anexo 1. Guião de entrevista para jovens**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA PARA JOVENS COM PERCURSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

#### **I. Caracterização sociodemográfica**

- a) Sexo (masculino, feminino, outra situação)
- b) Idade
- c) Nível de escolaridade completo (se estiver a frequentar a escola, em que ciclo de estudos e ano)
- d) Condição perante o trabalho (trabalha, estuda, está desempregado...)
- e) Se estiver a trabalhar, qual a profissão, situação na profissão, tipo de contrato de trabalho.
- f) Com quem vive.

#### **II. Processo de institucionalização**

- a) Com que idade foi para um Lar de Infância e Juventude? Esteve apenas em um ou em mais do que um?
- b) Durante quanto tempo estive em acolhimentos residenciais? E na última em particular?
- c) Quais os motivos que levaram a institucionalização?
- d) Tem irmãos que tenham estado (ou estejam) institucionalizados? Se sim, porque motivos?
- e) A(s) instituição(ões) onde esteve ficava(m) na sua área de residência (no mesmo concelho)? Se não, onde ficava(m)?
- f) Teve visitas de familiares e/ou outros (amigos, vizinhos, professores,...)? Se sim, de quem? Se não, porquê? O que sentia por não ter visitas?

#### **III. A vida no acolhimento residencial e o trabalho de promoção da autonomia**

- a) O que sentiu quando entrou num acolhimento residencial pela primeira vez? Como foi acolhido pela equipa? E pelas outras crianças/jovens?
- b) Como era organizado o quotidiano na instituição? Que rotinas?
- c) Tinha um quarto só para si ou partilhava com outros? Podia decorá-lo ao seu gosto?
- d) Como caracterizaria a relação que estabeleceu com os outros jovens que estavam na instituição?
- e) Quais as atividades que eram desenvolvidas pelo acolhimento residencial (durante o período de aulas, durante as férias)?
- f) Tinham atividades específicas para preparação para a vida autónoma? Se sim, que tipo de atividades? Participava nelas? Se sim, quais considera que tenham sido as mais importantes?

- g) Se não participava nas atividades promovidas com vista à autonomização: porquê? E como avalia hoje essa não participação?
- h) Na sua opinião quais foram os profissionais que mais contribuíram para a aquisição de competências para a vida? Como era a relação estabelecida entre si e a equipa técnica que o acompanhou?
- i) Considerando as aprendizagens adquiridas no decorrer do seu percurso, quais as mais relevantes para si?
- j) Na sua opinião, qual a importância da criação e desenvolvimento de um projeto de autonomia nos acolhimentos residenciais?

#### **IV. Processo de saída da instituição**

- a) Com que idade saiu do LIJ? Há quanto tempo saiu?
- b) Quando saiu para onde foi viver?
- c) Quais eram os seus maiores receios quando saiu da instituição? Que dificuldades enfrentou em matéria de integração social (vida escolar, profissional, pessoal...)?
- d) Se foi para um apartamento de autonomia
  - 1. No apartamento de autonomia teve oportunidade de treinar competências como a responsabilidade, a cuidar de si próprio, a autoprotoger-se, entre outras)?
  - 2. Quais foram as maiores dificuldades que sentiu na vida no apartamento?
  - 3. Que tipo de acompanhamento teve durante o tempo em que esteve no apartamento de autonomia?
  - 4. O que foi mais e menos positivo nessa experiência?
- e) Se retornou à família
  - 1. Retornou à família? Se sim, como foi esse processo de reintegração no contexto familiar?
  - 2. Que apoio tem/teve da família em matéria de autonomização e de preparação para a vida?
- f) Atualmente considera-se economicamente independente?
- g) Quais são os seus planos para o futuro?

#### **Balço final**

O que representou para si viver numa instituição? Que aprendizagens trouxe desse período? Que aspetos foram mais negativos?

## **Anexo 2. Guião de entrevista para técnicos**

### **Guião de entrevista: Profissionais das Casas de Acolhimento e o Processo de Autonomia dos Jovens**

#### **I. Caracterização académica e profissional**

- Qual é a sua área de formação inicial?
- Após a formação académica fez alguma formação específica que esteja relacionada com a esta vertente (acompanhamento dos jovens na instituição/apartamentos de autonomia)?
- Há quanto tempo trabalha na área das crianças e jovens?
- Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
- Quais são as tarefas principais que desempenha na instituição?

#### **II. Organização no acolhimento de crianças**

- Quais os procedimentos de acolhimento das crianças/jovens quando estes chegam à instituição?
- Como se processa a apresentação dos novos elementos às crianças e jovens que já estão integrados na instituição?
- Como se processa a apresentação dos novos elementos aos profissionais que já estão integrados na instituição?

#### **III. Trabalho desenvolvido com as crianças e jovens**

- Qual a rotina dos jovens na instituição?
- O que costumam fazer quando há momentos de revolta, tristeza, desânimo, (entre outros) provocado por diversas situações da vida do jovem?
- Como é feito o acompanhamento escolar das crianças e dos jovens na vossa instituição? (ex: reuniões ao longo do ano letivo por cada semestre/período, outros exemplos)
- Quais são as atividades que desenvolvem na instituição, durante o ano letivo?
- Quais são as atividades que desenvolvem nas férias?

- Os jovens costumam propor atividades? Se sim, quais?
- Essas atividades são desenvolvidas ao longo do tempo? Se não, Porquê?
- Após a institucionalização dos jovens, é realizado um acompanhamento aos mesmos?

#### **IV. Relação profissionais vs crianças/jovens**

- Qual o número de funcionários por cada criança/jovem?
- Qual a importância do trabalho dos técnicos junto dos jovens?
- Quais as dificuldades que sente ao longo do seu trabalho com os jovens?
- Como deve ser a relação entre técnico e o jovem?
- Existe uma figura significativa (mais concretamente um adulto) dentro da instituição, para cada criança e ou jovem?

#### **V. Causas da institucionalização e relação com as famílias**

- Quais são as principais causas do acolhimento?
- As famílias participam nas atividades de vida diária e/ou em outras atividades desenvolvidas na instituição?
- Como é a comunicação entre profissionais e as famílias?
- Considera importante fomentar os laços afetivos significativos existentes antes do acolhimento?
- Na criação, no desenvolvimento e na implementação do projeto de vida das crianças/jovens, as famílias são envolvidas ou são parte “ativa”? E os jovens, como são envolvidos na construção desse projecto?
- Quando as crianças/jovens retornam a casa, qual é o trabalho feito com eles e com as suas famílias?
- O que acha que poderia ser diferente no trabalho com as famílias?

#### **VI. Promoção da autonomia**

- Quais as atividades desenvolvidas para promover a autonomia nos jovens?
- Quais são as aprendizagens mais importantes que devem ser transmitidos aos jovens ao longo do seu processo de autonomia?
- Como é trabalhado o sentido de autonomia junto dos jovens?

- Como é feita a transição do jovem do acolhimento residencial para os apartamentos de autonomia?
- Como é feita a avaliação do jovem no processo de autonomia?
- Como é desenvolvida essa preparação? Quais as dúvidas, receios ou dificuldades que os jovens transmitem?
- Quais as dificuldades mais sentidas por parte dos jovens ao longo do processo de autonomia?
- Como é feita a preparação para a saída do jovem?
- Com quanto tempo de antecedência é que o jovem sabe que vai sair da instituição?
- Qual é a média de idades que os jovens saem desta instituição?
- Na sua opinião, de um modo geral os jovens sentem-se preparados para a saída do acolhimento residencial quando chega esse momento?
- Como é feito o acompanhamento nos apartamentos de autonomia?
- Quando o jovem termina a sua institucionalização e regressa a casa, é feito algum acompanhamento?
- O que deve ser melhorado dos processos de autonomia?
- Conhece algum acolhimento residencial ou projeto que acompanhe o jovem após a saída da instituição?
- Qual a importância de avaliar o processo de adaptação dos jovens após a saída da instituição?
- Mantém contacto com as crianças e os jovens que saem da instituição?

### Anexo 3. Modelo de Consentimento Informado

#### Consentimento Informado

##### *“Do acolhimento residencial para o mundo exterior: que desafios no processo de autonomização”*

O meu nome é Joana Alves, aluna do segundo ano de Mestrado em Intervenção na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Venho por este meio convidá-lo a participar na investigação da minha dissertação denominada por: *“Do acolhimento residencial para o mundo exterior: que desafios no processo de autonomização”*.

Este trabalho tem como objetivo conhecer os desafios de jovens, que desenvolveram os seus projetos de autonomização nos Lares de Infância e Juventude (LIJ). Para além disso, pretendo conhecer os desafios que estes jovens/adultos tiveram de superar, após a saída do acolhimento residencial, em matéria de integração e participação ativa na sociedade, nas dimensões pessoal, social e profissional.

A sua participação nesta investigação vai ajudar a conhecer e perceber de que forma os projetos de autonomia influenciam a integração na sociedade. Para além disso, é importante perceber quais as lacunas existentes de modo a contribuir com sugestões de melhoria para os projetos de autonomia.

Caso pretenda voluntariar-se para participar nesta investigação, será feita uma entrevista com o intuito de abordar algumas questões em relação ao seu percurso de vida. Como por exemplo: o processo de autonomia, a relação entre si e os técnicos bem como os seus colegas, a saída da instituição.

Para a realização da entrevista será solicitado uma data, hora e local onde será desenvolvida a entrevista contando com toda a segurança que é necessário devido à pandemia que estamos a passar. Ressalvo que, caso concorde, esta entrevista será gravada (apenas a voz de ambos) para auxílio da análise e tratamento de dados recolhidos. Após a transcrição da entrevista, o ficheiro áudio será devidamente destruído.

Em relação ao tratamento dos dados recolhidos na entrevista, importa destacar que será feito tendo por base o anonimato e as informações serão apenas utilizados no trabalho académico. Nenhum dado será publicado sem que o entrevistado dê o seu consentimento.

Importa destacar que a realização da entrevista é voluntária, e caso a determinada altura não quiser continuar a mesma é livre para o fazer.

Li (ou alguém me leu) o conteúdo deste documento e aceito participar voluntariamente na pesquisa.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do investigador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_